



Boletim de Transparência Fiscal

RIO DE JANEIRO | 3º BIMESTRE DE 2013



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

George André Palermo Santoro

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO

FINANCEIRA

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Juliana Azevedo Cruz

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Flávia Augusta Melgaço Rocha Lima

Guilherme Vasconcelos Severino

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

José Elias do Nascimento Neto

João Souza

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Silva Carvalho

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pablo Villarim Gonçalves

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe Moura

Raul José Piedade De Macedo

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Victor Hugo Martins Bello Honaiser



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, nº 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910



SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.....	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	16
I.III Labor Market.....	20
I.V External Sector.....	22
I. Panorama Econômico	22
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	23
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro.....	25
I.III Mercado de Trabalho.....	29
I.IV Inflação	30
I.V Setor Externo	31
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	32
Cronograma de Desembolso do Estado do RJ	37
III. Resultados Fiscais.....	40
III.I Resultado Orçamentário.....	40
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	41
III.III Resultado Primário	43
IV. Receita Estadual	45
IV.I Receitas Correntes.....	47
IV.I.1 Receita Tributária	48
Box 01 - O FUNDEB e a redução do coeficiente do Estado	52



IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	55
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	59
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	62
IV.I.3.1 Receita de Transferências	65
IV.I.3.2 Transferências da União	66
IV.II Receitas de Capital	70
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	73
V.I Despesa Total	73
V.II Créditos Adicionais.....	74
V.IV Despesas por Grupo	77
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	84
Box 02- DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS.....	99
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	105
VI.1 Cota Financeira	105
VI.2 Pagamento de PD's	106
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	107
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	108
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	110
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento.....	112
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública.....	115
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios	125
VI.9 Operação de Crédito	127
VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's	128



Apresentação

Este é o trigésimo terceiro número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro referente ao exercício de 2013. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.



A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 15/07/2013.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, assim como demonstrativos da execução do PAC e do DER. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro apresentou, no terceiro bimestre de 2013, crescimento de 15% (+R\$ 1.757,21 milhões) nas suas receitas totais. Tal desempenho se encontra acima das metas acumuladas de arrecadação (+ 8,5%).

As Receitas Correntes cresceram 10,2% se comparadas ao 3º bimestre de 2012 (+12,9% no semestre), impulsionadas, principalmente, pelas Receitas Tributárias (+18,7% no bimestre / +16,6% no acumulado), por conta das elevações na arrecadação do ICMS (+19,7% no bimestre, implicando crescimento de 16,4% no acumulado) e IRPF (+ 23,7% no bimestre e 53,1% no primeiro semestre do ano).

A arrecadação de ICMS, principal item de receita do Estado, foi estimulada por alguns setores econômicos, a saber: Petróleo, Combustíveis e Gás Natural (+72,3%, no bimestre; e 40,7% no semestre); Alimentação (+41,5% no bimestre e 30,5% no acumulado); e Telecomunicações, com respectivamente +4,3% e 6,9% no bimestre e no acumulado do ano.

As receitas oriundas da exploração do petróleo e gás natural foram o destaque negativo do bimestre, com queda de 16,6%. Mesmo favorecidas pela elevação do câmbio (+9,4%), a queda na produção na ordem de 10,2% e a redução do preço do óleo em 14,1% afetaram negativamente as participações especiais, implicando queda de 25% nesta categoria de receitas. Ao final do primeiro semestre as receitas patrimoniais apresentaram desempenho 9,2% abaixo do auferido no mesmo período de 2012.

As Receitas de Capital permanecem em patamares bem superiores ao observado em 2012. No terceiro bimestre deste ano o desempenho atingiu crescimento de 112,3% e, no acumulado, de 174,3%. Esse resultado foi significativamente influenciado pela venda de recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA, que garantiu a entrada de aproximadamente R\$ 1 bilhão na Receita de Alienação de Bens no primeiro semestre do ano.

O Resultado Orçamentário, do terceiro bimestre de 2013, apresentou acréscimo em relação ao mesmo período do ano passado, tendo atingido R\$ 1.089,88 milhões, uma variação de +77,7%. O resultado acumulado também apresentou um bom desempenho, atingindo R\$ 4.061,47 milhões, com uma variação de 378,4% frente ao acumulado de 2012.

O Resultado Primário do primeiro semestre de 2013 registrou R\$ 4.067,76 milhões (+125,3%) sendo impulsionado pelo bom desempenho da receita tributária. Para esta conjuntura colaborou o resultado registrado no terceiro bimestre de 2013 (+R\$ 1.335,45 milhões), implicando elevação de 31,2% em comparação ao mesmo período de 2013.

As despesas do ERJ, para o exercício 2013, foram fixadas, na Lei Orçamentária Estadual, em R\$ 72,74 bilhões, revelando um crescimento de 13,60% quando comparada a executada em 2012.

Neste primeiro semestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 77,95 bilhões, motivado pelos créditos adicionais de R\$ 5,21 bilhões, dos quais R\$ 3,85 bilhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro



Estadual e R\$ 1,14 bilhão as Demais Fontes de Recursos. O acréscimo principal ocorreu por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento inicial: R\$ 3,74 bilhões contratados em Operações de Crédito, R\$ 444 milhões por Convênios e R\$ 692 milhões em outras fontes de recursos (superávits financeiros e excesso de arrecadação).

Os créditos adicionais abertos nesses primeiros seis meses do exercício financeiro foram aplicados diretamente em programas estratégicos de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 1,28 bilhão foi destinado à Implantação de Novas Linhas Metroviárias, R\$ 692,03 milhões para Projetos de Infraestrutura, e R\$ 398,29 milhões para ações de Apoio a Grandes Eventos.

Em relação à execução, R\$ 29,43 bilhões foram liquidados até o 3º bimestre, excluídos aqui o valor do FUNDEB. Deste montante, a execução das despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentou considerável destaque no semestre: R\$ 8.095,21 milhões liquidados, apresentando um crescimento de 18,92% em relação a 2012 (+R\$ 1.288,19 milhões). Tal variação foi motivada, em grande parte, pelas melhorias realizadas nas carreiras da Segurança Pública, aqui incluídas as Secretarias de Defesa Civil e de Segurança (PCERJ e PMERJ), resultado do reajuste salarial das categorias e do aumento do auxílio moradia e soldo; e nas da Educação - pagamentos da Gratificação por Qualificação Profissional; Programa Nova Escola; e reajuste salarial de 8% concedido aos servidores ativos da Secretaria, do DEGASE e da FAETEC.

As Outras Despesas Correntes do ERJ correspondem a 56,39% do total liquidado neste primeiros seis meses do ano, excluído aqui o valor do FUNDEB, apresentando, assim, um crescimento de 13,17% em relação ao último exercício. Esta elevação é justificada pelo fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado: na função social, a Operacionalização do Bilhete Único, o Renda Melhor e o Aluguel Social somaram R\$ 405,13 milhões de despesas liquidadas até o bimestre, apresentando um crescimento de 32,43% (+R\$ 99,20 milhões) em relação ao mesmo período de 2012; e na Saúde Pública, a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento; ações dos Programas Gestão Compartilhada Parcial e Integral em Unidades Próprias; a contratação de Serviços de Saúde; e a Assistência Hospitalar e Ambulatorial em Medicina de Alta Complexidade foram responsáveis pelo aumento de 50,62% (+R\$ 239,89 milhões) neste primeiro semestre.

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras até junho somaram R\$ 1.910,67 milhões, apresentando uma variação positiva de 34,35% em relação ao mesmo período de 2012, ou seja, uma elevação de R\$ 488,54 milhões. O montante liquidado foi imprescindível para o financiamento de importantes ações do estado: Reforma do Complexo do Maracanã; Implantação de Projetos de Infraestrutura; Implantação de Novas Linhas Metroviárias; Implantação do Arco Metropolitano; dentre outras.

As Transferências Constitucionais Obrigatórias apresentaram uma execução a maior (+9,01%, +R\$ 127,06 milhões) ao apurado no mesmo bimestre do exercício de 2012. No acumulado, o incremento dos recursos repassados pelo ERJ também foi constatada: +8,72%, ou seja, +R\$ 506,39 milhões. Os cálculos dos



índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.

O índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+1,15 pontos percentuais). Entretanto, numa análise mais apurada, pode-se observar o fortalecimento na execução do índice: o aumento de 16,71% de sua receita base (+R\$ 2,31 bilhões) resultou numa maior liquidação neste ano (22,49%, +R\$ 723,79 milhões).

Na Saúde, o índice constitucional permaneceu praticamente igual ao verificado no mesmo período de 2012: variação positiva de 0,07 pontos percentuais no acumulado. Todavia, devem-se salientar os crescimentos apurados tanto na receita base como na despesa liquidada do índice: 16,71% e 17,59% respectivamente.

A FAPERJ apresentou um ritmo de execução mais lento, alcançando 1,56% de aplicação de sua receita base. Comparativamente a 2012, sua execução demonstrou um importante crescimento de 17,33%.

O FECAM também teve uma execução pequena: 2,73% sobre a receita base, entretanto, sua liquidação exibiu um destacado acréscimo quando contraposto ao mesmo período de 2012 (+41,32%).

O FEHIS foi o único índice que apresentou variação negativa neste primeiro semestre, passando de 7,54% em 2012 para 6,41% este ano, uma queda de 1,13 pontos percentuais. Contudo, cabe ressaltar o crescimento constatado em sua receita base (+8,65%, +R\$ 110,43 milhões) e a queda apurada na despesa liquidada até o bimestre: -7,67%, ou seja, -R\$ 7,38 milhões.

Por fim, o Box deste terceiro bimestre destaca o Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE. Criado pelo Decreto nº 18.493, de 26/01/93, o DEGASE é um órgão do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei.

Com o objetivo de auxiliar os jovens infratores do Estado, o DEGASE realiza uma importante função social: a reeducação e a integração na sociedade. Desde 2007 o órgão vem implementando várias ações, voltadas para a melhoria do atendimento a esses jovens – reformas, construções de novas unidades, modernas instalações e equipe especializadas – visando sempre a melhoria do serviço prestado à sociedade.



EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro presented in the third quarter of 2013, growth of 15% (+ R \$ 1,757.21 million) in total revenues. This performance is above target accumulated collection (+ 8.5%).

The Current Revenue grew 10.2% compared to the 3rd quarter of 2012 (+12.9% in the first half), driven mainly by Tax Revenues (+18.7% in the quarter / +16.6% accumulated) on account of increases in the ICMS (+19.7% in the quarter, a growth of 16.4% in the year) and PIT (+ 23.7% in the quarter and 53.1% in the first half of the year).

The ICMS tax, the main item of state revenue, was stimulated by some economic sectors, namely: Petroleum, Fuels and Natural Gas (+72.3% in the quarter, and 40.7% in the first half), Food (+ 41.5% in the quarter and 30.5% in the year), and Telecommunications, with respectively 4.3% and 6.9% in the quarter and the year.

The revenues derived from the exploitation of oil and natural gas were the highlight negative quarter, down 16.6%. Even favored by rising rates (+9.4%), the fall in production in the order of 10.2% and a reduction in the price of oil at 14.1% negatively affected cameos, implying 25% fall in this category revenue. At the end of the first half revenues sheets showed performance earned 9.2% below the same period in 2012.

Revenues Capital remain well above the levels observed in 2012. In the third quarter of this year reached the performance increase of 112.3% and a cumulative of 174.3%. This result was significantly influenced by the sale of receivables RIOPREVIDÊNCIA, which ensured the entry of approximately U.S. \$ 1 billion in revenue from sale of assets in the first half of the year.

The Budget Results from the third quarter of 2013, showed an increase over the same period last year, reaching R \$ 1,089.88 million, a change of +77.7%. The cumulative result also performed well, reaching R \$ 4,061.47 million, with an increase of 378.4% compared to the cumulative 2012.

The Primary Results of the first half of 2013 recorded R \$ 4,067.76 million (+125.3%) being driven by the good performance of tax revenue. Contributed to this situation the result recorded in the third quarter of 2013 (+ U.S. \$ 1.33545 billion), implying an increase of 31.2% compared to the same period of 2013.

The expenses of the ERJ, for the year 2013 were set in State Budget Law in R\$ 72.74 billion, showing a growth of 13.60% as compared to running in 2012.

In the first half, the appropriation authorized reached R\$ 77.95 billion, driven by additional credit of R\$ 5.21 billion, of which R\$ 3.85 billion funding sources supplemented the State Treasury and R\$ 1.14 billion to Other Sources of Funds. The increase was due to the main entrance of linked resources, which were not part of the initial budget: R\$ 3.74 billion contract for loan, R\$ 444 million per Covenants and R\$ 692 million in other funding sources (surpluses financial and excess storage).



The additional credits opened these first six months of the financial year were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on loans, R\$ 1.28 billion was allocated to the deployment of new subway lines, R\$ 692.03 million for Infrastructure Projects, and R\$ 398,29 million to support the actions of Major Events.

Regarding implementation, R\$ 29.43 billion were settled until the 3rd quarter, excluding the value of FUNDEB here. Of this amount, the execution of expenditure related to the group of Payroll showed considerable prominence in the semester: R\$ 8,095.21 million settled, an increase of 18.92% compared to 2012 (+ R\$ 1,288.19 million). This change was motivated in large part by the improvements made in the careers of Public Security, here included the Departments of Civil Defense and Security (PCERJ and PMERJ), a result of the wage increase of the categories and the increase in housing allowances and wages, and in Education - Bonus payments for Vocational Training, New School Program, and 8% wage increase granted to active employees of the Secretariat, and DEGASE FAETEC.

Other current expenditure ERJ correspond to 56.39% of total paid first six months of this year, excluding the value of FUNDEB here, presenting thus a growth of 13.17% over the last year. This increase is explained by the strengthening of certain strategic actions of the state: the social function, the operationalization of the Ticket Single, Surrender and Best Rental Social totaled R\$ 405.13 million in expenses paid by the quarter, an increase of 32.43 % (+ R\$ 99.20 million) over the same period of 2012, and Public Health, the maintenance of the Emergency Care Units; actions of Shared Management Program Partial and Complete Units Owned; hiring Health Services; and the Hospital and Outpatient Care Medicine High Complexity were responsible for the increase of 50.62% (+ R\$ 239.89 million) in the first half.

The funds invested in Investment and Financial Investments through June totaled R\$ 1,910.67 million, an increase of 34.35% over the same period of 2012, ie an increase of R\$ 488.54 million. The amount paid was essential to fund important state actions: Reform of Maracanã Complex; Implementation of Infrastructure Projects, Deploying New subway lines; Implementation of the Metropolitan Ring Road, among others.

The Constitutional Transfers Mandatory showed the highest execution (+9.01% + R\$ 127.06 million) than in the same quarter of fiscal year 2012. The accumulated increase in the funds transferred by the ERJ was also observed: +8.72%, ie + R\$ 506.39 million. The calculations of partial indexes show the evolution of expenses, will be enforced at the end of the year, as established by Law.

The index of Education showed a small improvement compared to the same period of the last fiscal year (+1.15 percentage points). However, a closer analysis, one can observe the strengthening implementation of the index: the increase of 16.71% of its revenue base (+ R\$ 2.31 billion) resulted in a higher settlement this year (22.49%, + R\$ 723.79 million).



In Health, the constitutional index remained virtually unchanged from the same period in 2012: increase of 0.07 percentage points accumulated. However, one should stress the calculated growth in both revenue base as spending settled index: 16.71% and 17.59% respectively.

FAPERJ presented a pace slower execution, reaching 1.56% application of its revenue base. Compared to 2012, its implementation has shown a significant growth of 17.33%.

The FECAM also had a short run: 2.73% based on revenue, however, settlement exhibited an outstanding growth as opposed to the same period in 2012 (+41.32%).

The FEHIS was the only index that showed negative growth in the first half, from 7.54% in 2012 to 6.41% this year, down 1.13 percentage points. However, it is worth noting the growth seen in its revenue base (+8.65% + R\$ 110.43 million) and the fall in spending liquidated ascertained until the quarter: -7.67%, ie, - R\$ 7.38 million.

Finally, the third quarter of this Box highlights the General Department for Socio - DEGASE. Created by Decree No. 18,493, of 26/01/93, DEGASE is an agency of the Executive Branch of the State of Rio de Janeiro, responsible for the implementation of educational measures, recommended by the Child and Adolescent (ECA), applied by the Power Judiciary youth in conflict with the law.

With the aim of helping young offenders State, DEGASE performs an important social function: the reeducation and integration into society. Since 2007 the agency has implemented several actions aimed at improving the care of these young people - reforms, construction of new units, modern facilities and specialized staff - always aiming at the improvement of service to society.



I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The expectation for the global economy² in 2013 is to maintain the growth rate of the previous year, 3.1%. The factors that led to this result are between (1) the prolonged recession in the euro zone, (2) the recovery of the American economy lower than expected at the beginning of the year, (3) lower growth in emerging economies.

The decline of the European economy in 2012 carried their effects to the beginning of 2013, and it had its effect combined with the low demand performance in the first half of 2013, resulting in the maintenance of the actual product in Europe in 2013 (+0.1% compared to 2012³). At the current stage, consumption and investment are still being affected by the combination of widespread uncertainty, prolonged balance sheet adjustment and the factors of production adjustment. The expectation for the year is the inflation to close at 2.0% pa and unemployment rate at 11.1%. For the Eurozone, it is projected for 2013 to close with a fall in real GDP (-0.3%), inflation of 1.8% pa and unemployment rate at 12.2%.

As for the U.S. economy is expected (IMF) growth in 2013 (+1.7%) slightly lower than in 2012 (+2.2%), due to the strong fiscal adjustment. Despite the uncertainties generated by reduced demand from the public sector, private sector demand remained stable, due to the recovery of the housing market, which resulted in an increased income and a household credit. This stability in the private sector has urged the Federal Reserve Bank (FED) to project the growth of the American economy⁴ for 2013 from 2.3% to 2.6%.

The weak recovery observed in the world at the beginning of the year had a positive impact in Japan (IMF: 2.0%), and the Japanese domestic demand, which has proved resistant to the effects of loose monetary policy, as well as various economic policy measures. The Bank of Japan projects⁵ growth in 2013 from 2.4% to 3.0%, and inflation reaching 0.8% pa.

Among BRICS, China stands out with expected growth for 2013 at 7.8% (IMF), repeating the feat in 2012 (well below 2011: 9.3%). The Bank of China⁶ points to two factors as key to slowing Chinese economic growth in the first half: the poor performance of exports and excess production capacity. Added to this scenario the increase in production costs, prompting many companies to accelerate the process of inventory adjustment and, thus, affect the normal production.

In this scenario of slow recovery in global economic activity, Brazil has low economic growth for 2013, estimated by the IMF at 2.5% and 2.2% by the Central Bank of Brazil⁷. Considering first half, the IBC-BR,

¹ This analysis uses data available to August 19, 2013.

² World Economic Outlook – FMI, July 09, 2013.

³ European Economic Forecast – Winter 2013.

⁴ Economic Projections of Federal Reserve Board Members & Federal Reserve Bank Presidents, June 2013.

⁵ Outlook for Economic Activity and Prices – April 2013.

⁶ Economic Review, Bank of China (Hong Kong) – June 2013.

⁷ Focus Report August 16, 2013.



index used as a proxy of GDP, shows 2.9% growth of the economy in the period, compared to the same period last year.

Segmenting economic activities, in the first half there was a low growth industry. The Monthly Survey of Industry shows that the general industry index was 1.9% higher than in the same period of 2012. This result was only possible thanks to the exceptional performance of the manufacturing industry in the sectors of 'Oil refining and alcohol' (+8.7%) and 'Motor Vehicles' (+14.9%). Following the industry is trade (limited concept), with growth of 3.0% in the same period. However, the main component of the index of retail trade, 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco', showed very low growth in half: 0.3%.

Although the indicators of production and consumption are following the global trend of slowdown, employment continues to grow, but at decreasing rates. According to data from the Monthly Employment Survey, the total number of people employed in the first half of the year is 1.2% higher than the previous year's, while the unemployment rate, adjusted for seasonality, remains around 5.5% for 20 consecutive months. The formal jobs grew 2.8% in the period, accounting for 54% of employment in June 2013. In conjunction with the growth of the occupation, the average real income of Brazilian workers grew 2.5% in the first half.

The combination of low growth, low production and increased purchasing power results in maintaining a high level of inflation (IPCA June/2013: +6.7% in 12 months). With the index above the upper band of the target, though May and June slowed, Copom in July raised the Selic rate to 8.5%. The Central Bank estimates that this slowdown should continue in the coming months, ending the year at the rate of 5.7%. Assessing the index for products, among which most contributed to the high prices is 'Food and Beverage', growing in double digits (+12.8%) in June/2013, accumulated in 12 months, followed by 'Personal Expenses' (+8.7%) and 'Education' (+7.8%).

It should be noted that the component 'Housing' grew in the period only 2.9%. However, the low range is exclusively the result of a 16% reduction in average prices of 'Residential Energy', since the remaining items showed strong growth: Rental and Fees +9.7%, Repairs +7.5% , Cleaning Articles +6.9% and Fuel (domestic) +4.9%. The latter, in particular, is with the price level reduced by the lack of adjustment by the government (administered price), which has been receiving several requests for adjustment by Petrobras, but still does not indicate whether it will be attended.

Interestingly 'Fuels and Lubricants' is the export item which more decreased (-47.3%) and the import item which grew most (+10.6%). These variations were strong enough to generate trade balance deficit in Brazil in the first half (\$ 3.1 billion). In this scenario, the high dollar should help improve the result for the second half.

On the other hand, the high dollar is one of the complicating factors faced by the government to keep the inflation rate low, since imported products and priced in dollars, such as fuel, achieve higher prices to the final consumer.



The collection of revenues administered by the IRS in Brazil achieved the amount of R\$ 525,288 million in the first half of 2013. This result represented nominal increase of 7.3% and real (IPCA) increase of 0.79% over the same period of 2012. In May 2013, the monthly federal revenue increased significantly by 13.6% in nominal terms and 6.7% in real terms (IPCA). In the following month, in June 2013, although revenues have grown 5.9% in nominal terms, it fell -0.75% in real terms (IPCA).

Among the several factors that contributed to this result in the semester, we must highlight: reduction of 48.7% in the payment of the annual adjustment of IRPJ/CSLL, related to triggering events of the calendar year 2012; extraordinary collection of R \$ 4.0 billion related to judicial deposits and sale of equity; tax cuts, especially payroll, Cide-Fuels, IPI-Vehicles and Individual Credit and performance of the main macroeconomic indicators that influence the collection of taxes.

It is observed that the main real decreasing (IPCA) for the period were recorded in the following taxes: Cide-fuels (-99.8%); IPI-Cars (-35.4%); IPI-Linked imports (-18.6%); IOF (-13.7%) and IRRF-Capital income (-13.2%). On the positive side, showed significant real increases (IPCA): Import (+10.0%); IRRF-Income Residents Abroad (+9.1%); COFINS (+5.6%); PIS/PASEP (+4.2%); IRPF (+3.5%); CSLL (+3.0%) and IRPJ (+2.9%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The industry of the state increased 2.2% in June 2013 compared to the previous month, in the series free of seasonal effects, recovering, therefore, much of the accumulated loss in the period from April to May (-2.5%) compared to March. Despite the volatility in the first half, industrial activity expanded 1.4%. This scenario shows some industry recovery in RJ, although uncertainty about the macroeconomic domestic and international situation. In 12 months, the State industry accumulated growth of 5.2%, higher than the growth in the country (3.1%).

In terms of the main aggregates, state quarrying and manufacturing industries in the first half of 2013 decreased by 8.0% and grew 3.8% respectively over the same period last year. Nationally, the quarrying and manufacturing industries also declined by 6.4% and grew 2.5% in the same period.

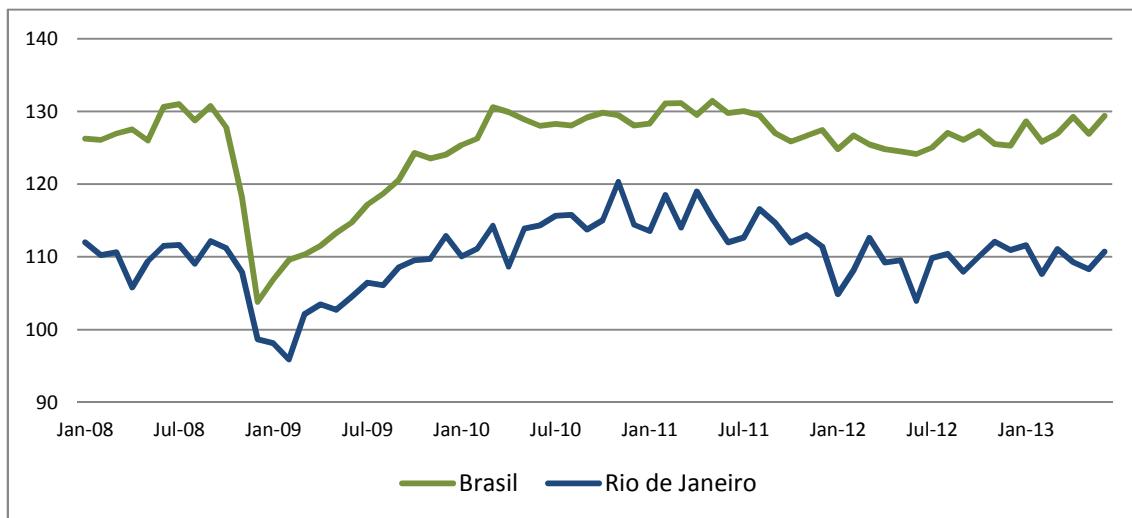
The analysis of the twelve industrial activities in the disaggregated sector in ERJ reveals that seven of the twelve activities showed growth over the period. The main positive impact occurred in the production of motor vehicles, whose production increased by 50.3% in the period. This performance is explained not only by the increased production of trucks, cars, buses and chassis with engines for buses and trucks, but also by the low base of comparison, since activity has indicated a fall of 39.7% in the first half of 2012, in comparison to the same period in 2011. It's also worth mentioning the advances coming from Pharmaceuticals (+16.2%), Rubber & Plastic (+11.7%) and Other Chemicals (+6.4%) explained largely by increased production of medicines in the first, tires and parts and accessories for motor vehicles in the second, polypropylene, herbicides for use in agriculture and preparations for catalytic cracking of petroleum in the third. On the other hand, the major negative influences came from Basic Metallurgy (-15.5%), Perfume, Soaps, Detergents and Cleaning Products (-8.7%).



On a quarterly basis, the industry of the state increased 1.6% in the second quarter of 2013, second consecutive positive rate in this type of confrontation, and with a slight gain momentum over the result of the accumulated in the first three months of the year (1.2%), both compared to the same period last year. The growth in both quarters was driven by growth in the manufacturing industry.

Graph 1

General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)



Source: PIM/IBGE

Oil. The state of Rio de Janeiro presented in May-June a slight recovery of successive declines in oil production since the beginning of 2013, reaching higher values, but still below the same period in 2012 (-4.4%). According to ANP, the production in the first half was 41 million m³. Highlight the report of ANP on production in pre-salt, which hit production of 376,100 BOE/day in June, up 14.4% compared to the month of May (328,800 BOE/day). The backdrop of falling production slowed and we expect a resumption of production. The average price of Brent sustained the level of U.S. \$ 102 per barrel, devaluation maintained since February. However, still above U.S. \$ 100 in recent months, which enables the production of pre-salt (average cost of U.S. \$ 45 per barrel). In the second half there is the expectation of the entry into production of new platforms that can increase production.

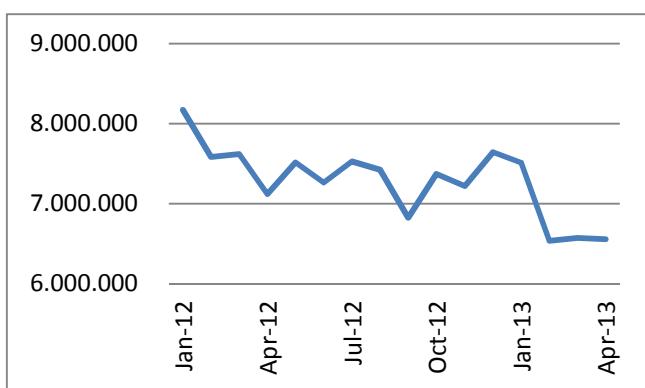
Table 1
General data on Oil Production and average Oil Price

Production and Price	2012	2013	Variation
Oil Production (m ³) – January/June	52,793,119	41,303,508	-21.8%
Average Brent (US\$) – January/ June	113	108	-5.2%

Source: ANP & EIA.

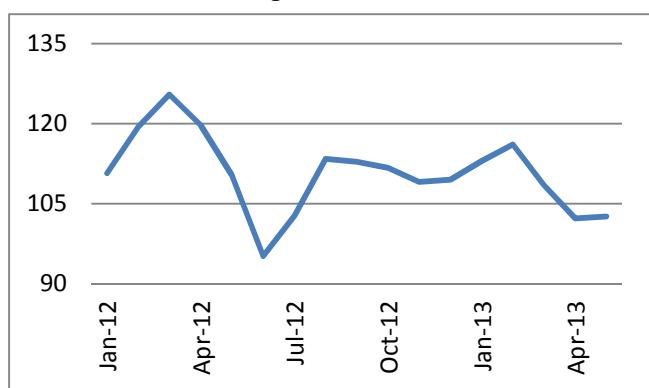


Graph 2
Oil Production - m³



Source: ANP.

Graph 3
Average Oil Price - Brent

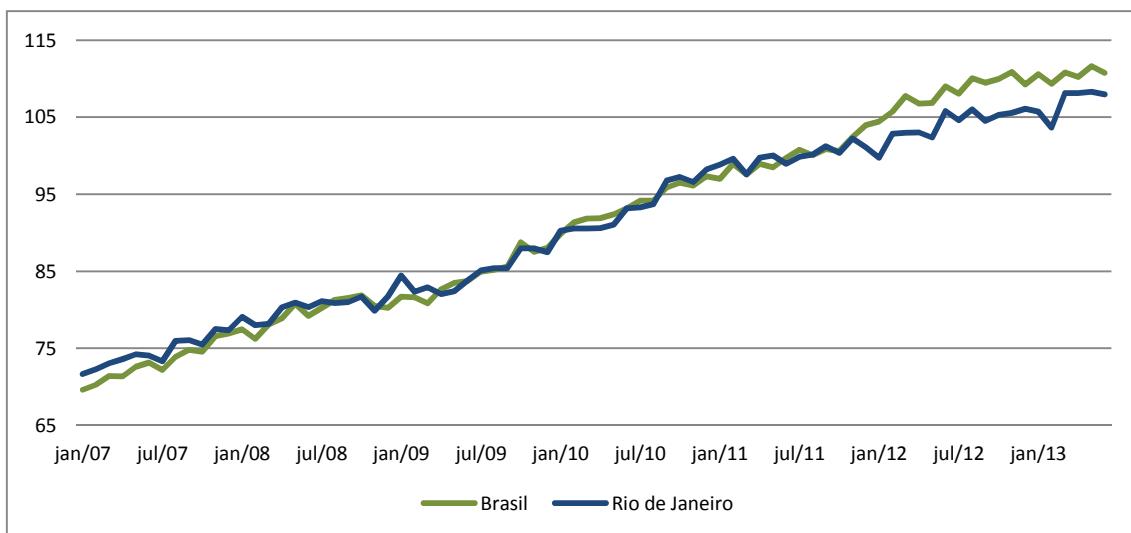


Source: EIA.

Commerce. The state of Rio de Janeiro showed growth in sales volume in 8 (out of ten) expanded retail segments in the third two months of the year compared with the same two months of the previous year, according to table 2. In 5 of these, the increase was higher than in the country. While in the first half, the ERJ does not exceed the expanded index in only three segments: 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco', 'Textiles, clothing and footwear' and 'Furniture and appliances'.

The first half of 2013 showed strong growth in the volume of the State retail sales (+4.2%), higher than the country (+3.0%). This difference is explained by the growth in the segment 'hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco' which grew 1.5% in the state, while only 0.3% growth was observed in Brazil. This growth is explained by the approaching between State and National index, whose difference became significant as of December 2011, as per the chart below.

Graph 4
Volume index of retail sales seasonally adjusted⁸



Source: PMC/IBGE

⁸ Seasonally adjusted by author.



Besides the segment 'Hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco' which represents almost half of the index, the segments that stood out in the semester in State market were: 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+ 36.9%) and 'Other articles of personal and domestic use' (+18.7%).

The negative highlight in the first half in Rio de Janeiro is the segment 'Furniture and appliances' (-3.9%), even with growth in the third quarter (+2.8%). In the country, this segment grew 3.8% in the first half. Featured negative also for 'Textiles, clothing and footwear', with a slight drop in sales (-0.6%) over the same period.

Table 2
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	BR		RJ	
	May-Jun	Jan-Jun	May-Jun	Jan-Jun
Fuels and lubricants	8.6	6.2	8.2	8.5
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco.	0.9	0.3	1.4	1.5
Textiles, clothing and footwear	-1.1	3.0	-4.1	-0.6
Furniture and appliances	4.7	3.8	2.8	-3.9
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	7.4	8.6	6.0	7.5
Books, newspapers, magazines and stationery	-1.1	4.4	-4.5	6.3
Equipment and office supplies, computer and communication	3.0	3.7	42.5	36.9
Other articles of personal and domestic use	8.1	9.8	15.3	18.7
Retail Trade	0.9	3.0	3.1	4.2
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-3.0	4.2	4.5	7.2
Building material	5.0	6.8	5.7	10.0
Expanded Retail Trade	1.1	0.9	4.3	3.7

Source: PMC/IBGE



I.III Labor Market

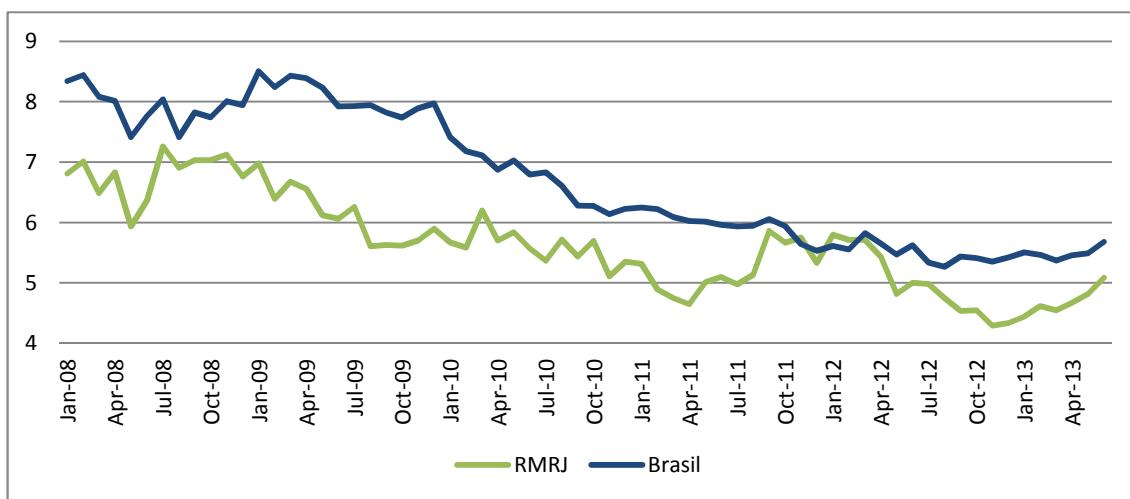
The economically active population in the metropolitan area of Rio de Janeiro (RMRJ) according to PME/IBGE closed the first half of 2013 slightly higher (+0.5%) compared to the first half of 2012. This growth is lower than occurred nationally (+1.0%) for the same period. Observing the creation of jobs (people employed during the reference week), the Metro Region showed an increase of jobs (+1.2%) in the period, equal to the growth in the country.

The growth of jobs in RJRM was driven by hiring in sectors 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+5.4%), 'Construction' (+1.7%) and 'Financial Intermediation and Real Estate, Rental and Service to the Company' (+1.4%). The sectors of economic activity that were retracted were 'Quarrying and Manufactory Industries and Production and Distribution of Electricity, Gas & Water Supply' (-1.3%), corresponding to 11% of the activities; 'Home Services' (-3.2%) and 'Other Activities' (-7.9%), the latter represents only 1% of the occupation. Considering the index accumulated in 12 months in June 2013, Rio de Janeiro presented the creation of jobs higher than the country (+1.5% and +0.6%, respectively). In this period, the sectors that contributed most to the growth in RJRM were: 'Public Administration, Defense, Social Security, Education, Health and Social Services' (+8.9%) and "Financial Intermediation and Real Estate, Rental and Service to the Company" (+5.4%).

The position indicator in the main job occupation brings the information that kept the process of formalization of the RMRJ labor market. The formal jobs increased (+3.7%) in the first half of 2013, compared to the same period last year, whereas the unregistered employment and self-employed decreased (-1.7% on average), as a result of the considerable decrease of unregistered jobs (-6.6%) and increases in self-employed (+2.0%).

Despite the increase in jobs above the increase in the economically active population, there is a slight increase in the unemployment rate, seasonally adjusted, at the end of the semester, from 5.0% in June 2012 to 5.1% in June 2013.

Graph 5
Unemployment rate seasonally adjusted



Source: PME/IBGE



Considering only the formal jobs, the information from the General Register of Employed and Unemployed (CAGED) shows that in the first half of 2013 there was net admissions in the State of Rio de Janeiro of 42,063 posts. This result is due to the net admissions in the Manufacturing Industry (+9,409), Construction (+13,023), and especially Services (+29,084). The sector of Trade, in contrast, showed net disconnections (-13,095) in the period, which was also observed in the same period in 2012 (-9,248).

As for the average real income – prices of May, 2013 – of the workers in RJRM, there was a considerable real increase (+6.0%) in the first half of 2013, compared with the same quarter of 2012. This growth is higher than in the country (+2.5%) for the same period.

I.IV Inflation

In 2013, the Index of Consumer Price Index – IPCA in the State of Rio de Janeiro registered an increase of 0.63% and 0.65% in the months of May and June, respectively. Regarding Brazil, the index in the same period was 0.37% and 0.26%.

It should be noted that the Rio de Janeiro reached 3.2% for the year, equal variation to the same period in 2012. In the last 12 months, this was 7.3%, up from 5.8% observed in the same period of 2012. With respect to Brazil, in the last 12 months was 6.7%.

It is clear that the State of Rio de Janeiro surpassed the ceiling of the inflation target in the months of May and June, reaching respectively 6.9% and 7.3% over the past 12 months. But Brazil, in May, reached the ceiling of the target (+6.5%) and exceeded in June (+6.7%). Due to higher rates of inflation, the Central Bank in the last two meetings of the Monetary Policy Committee – COPOM decided to raise the Selic rate by 0.75% to 8.0% per annum, to contain the advance of the inflationary process.

Table 3
Variation of IPCA

Period	RJ		YTD Through June		Last 12 months (June)	
	May	Jun	RJ	BR	RJ	BR
General Index	0.63	0.65	3.16	3.15	7.34	6.70
Foods and Beverages	0.37	0.72	6.64	6.02	12.97	12.80
Housing	1.46	0.11	0.28	-0.18	5.17	2.96
Household Articles	0.84	-0.16	2.31	3.04	3.00	4.78
Clothing	0.52	1.03	1.92	2.18	7.22	6.52
Transport	0.10	1.33	1.96	1.18	3.64	2.84
Health and Personal Care	1.34	0.31	5.11	4.36	8.23	6.90
Personal Expenses	0.74	1.00	1.48	4.13	10.15	8.69
Education	0.04	0.27	6.14	6.73	6.89	7.82
Communication	-0.20	0.35	-0.01	0.09	0.15	0.92

Source: IPCA/IBGE.



In June, the groups that suffered the greatest increases in the IPCA-RJ were Transport (+1.3%), Apparel (+1.0%) and Personal Expenses (+1.0%); weighing 17.9%, 5.1% and 23.5%, respectively in the monthly index. With regard to Transport, despite government retreat over the increase in tariffs, this was computed in the month of June. In the sector of Personal Expenses, Hairdresser Services and Employee Domestic pressured the group increasing.

Among the groups that suffered the greatest deceleration from May to June we can highlight: Housing (from 1.5% to 0.11%), influenced mainly by the fall in the price of cooking gas and residential electricity; Health and Personal Care (1.3% to 0.31%), due to lower prices of pharmaceuticals and optics, and Household Articles (from 0.84% to -0.16%), due to lower prices furniture and fixtures and electronics.

I.V External Sector

The trade balance of Rio de Janeiro closed at U.S. \$ 892 million deficit in two months from May to June. Exports mobilized U.S. \$ 3.1 billion, a decrease of 19.7% compared to the same period, while imports noted slight decrease of 0.59%, about U.S. \$ 4 billion in the two months. In detailed analysis, we note that the basic steel product exports totaled \$ 256 million in the quarter, resulting -28% below that achieved in May-June 2012 (\$ 355 million).

Imports advanced on the state in a lower level than the national average this period, mainly due to the lower input of Fuels and Lubricants, which added U.S. \$ 1.24 billion, a decrease of 15%. Of these, oil imports amounted to U.S. \$ 803 million. In percentage terms, especially the increase in imports of liquefied natural gas – LNG, product with great use in power plants. This accumulated U.S. \$ 1.3 billion in January-June this year. Reflection of federal policy to save the fluvial reservoirs.

On the other hand, exports of manufactures had their negative performance, tempered by industry sales of vehicles which advanced 67.9%, with sales totaling U.S. \$ 200 million from January to June this year.

In overall performance, the state's exports in the first half collapsed (deficit of R\$ -1.8 billion) as a result of the reduction in exports of Fuels and Lubricants (-50.7%), the main product of the agenda, which recorded U.S. \$ 5.4 billion. Imports during the period grew above the national level (16.9% and 6.7%, respectively).



I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁹.

A expectativa para a economia mundial¹⁰ em 2013 é de manutenção da taxa de crescimento do ano anterior, 3,1%. Os principais fatores que levaram a este resultado são: (1) a prolongada recessão na zona do euro; (2) a recuperação da economia Americana abaixo do esperado no início do ano; e (3) baixo crescimento nas economias emergentes.

A retração da economia europeia em 2012 carregou seus efeitos para o início de 2013, e isso teve seu efeito combinado com o baixo desempenho da demanda no primeiro semestre de 2013, resultando na manutenção do produto real europeu em 2013 (+0,1% em relação a 2012¹¹). No estágio atual, o consumo e os investimentos ainda estão sendo afetados pela combinação de incerteza generalizada e ajuste prolongado dos balanços e dos fatores de produção. A expectativa é que feche o ano com inflação em 2,0% a.a. e taxa de desemprego em 11,1%. Para a Zona do Euro, projeta-se que 2013 feche com queda do PIB real (-0,3%), inflação de 1,8% a.a. e taxa de desemprego em 12,2%.

Já para a economia Americana se espera (FMI) crescimento em 2013 (+1,7%) ligeiramente inferior ao observado em 2012 (+2,2%), decorrente do forte ajuste fiscal. Apesar das incertezas geradas pela diminuição da demanda do setor público, a demanda do setor privado manteve-se estável, consequência da recuperação do mercado imobiliário, que resultou em aumento da renda e crédito das famílias. Esta estabilidade no setor privado incitou o Federal Reserve Bank (FED) a projetar o crescimento da economia americana¹² para 2013 entre 2,3% e 2,6%.

A fraca recuperação observada no mundo no início do ano teve impacto positivo no Japão (FMI: +2,0%), além da demanda interna japonesa, que tem se demonstrado resistente pelos efeitos da política monetária frouxa, bem como diversas medidas de política econômica. O Bank of Japan projeta¹³ crescimento em 2013 entre 2,4% e 3,0%, e inflação chegando a 0,8% a.a.

Entre os BRICS, destaca-se a China com crescimento esperado para 2013 em 7,8% (FMI), repetindo o feito de 2012 (muito aquém de 2011: 9,3%). O Bank of China¹⁴ aponta dois fatores como os principais para a desaceleração do crescimento econômico chinês no primeiro semestre: o fraco desempenho das exportações e o excesso de capacidade de produção. Soma-se a este cenário o aumento dos custos de produção, motivando muitas empresas a acelerar o processo de ajuste de estoques e, portanto, afetar a produção normal.

⁹ Esta análise utiliza dados disponíveis até 19/08/2013.

¹⁰ World Economic Outlook – FMI, 09/07/2013.

¹¹ European Economic Forecast – Winter 2013.

¹² Economic Projections of Federal Reserve Board Members & Federal Reserve Bank Presidents, June 2013.

¹³ Outlook for Economic Activity and Prices – April 2013.

¹⁴ Economic Review, Bank of China (Hong Kong) – June 2013.



Neste cenário de morosa recuperação da atividade econômica mundial, o Brasil apresenta baixo crescimento econômico para 2013, estimado em 2,5% pelo FMI e em 2,2% pelo Banco Central do Brasil¹⁵. Considerando o primeiro semestre, o IBC-BR, índice usado como aproximação do PIB, mostra crescimento 2,9% da economia no período, frente o mesmo período do ano anterior.

Segmentando as atividades econômicas, neste primeiro semestre observou-se baixo crescimento da indústria. A Pesquisa Mensal da Indústria mostra que o índice da indústria geral ficou 1,9% acima da observado no mesmo período de 2012. Este resultado somente foi possível graças ao excepcional desempenho da indústria de transformação nos setores de 'Refino de petróleo e álcool' (+8,7%) e 'Veículos automotores' (+14,9%). Acompanhando a indústria encontra-se o comércio (conceito restrito), com crescimento de 3,0% no mesmo período. Contudo, o principal componente do índice de comércio varejista, 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo', apresentou crescimento muito baixo no semestre: 0,3%.

Apesar dos indicadores de produção e consumo estarem seguindo a tendência mundial de desaceleração, o emprego continua crescendo, porém a taxas decrescentes. Segundo os dados da Pesquisa Mensal do Emprego, o total de pessoas empregadas no primeiro semestre do ano é 1,2% superior ao total do ano anterior, enquanto a taxa de desocupação, com ajuste para sazonalidade, mantém-se em torno de 5,5% por 20 meses consecutivos. Os empregos com carteira assinada cresceram 2,8% no período, correspondendo a 54% dos empregos em junho de 2013. Em conjunto com o crescimento da ocupação, o rendimento médio real do trabalhador brasileiro cresceu 2,5% no primeiro semestre.

A combinação de baixo crescimento, baixa produção e aumento do poder de compra resulta na manutenção da inflação em patamar elevado (IPCA em junho/2013: +6,7% acumulado em 12 meses). Com o índice acima do limite superior da meta, ainda que no terceiro bimestre do ano tenha desacelerado, o Copom em julho elevou a taxa Selic para 8,5%. O Banco Central estima que esta desaceleração deva continuar nos próximos meses, fechando o ano com o índice em 5,7%. Avaliando o índice por produtos, entre os que mais contribuíram para a alta dos preços está 'Alimentação e Bebidas', com crescimento em dois dígitos (+12,8%) no acumulado de 12 meses em junho; seguido por 'Despesas Pessoais' (+8,7%) e 'Educação' (+7,8%).

Cabe observar que o componente 'Habitação' cresceu no período apenas 2,9%. Contudo, a baixa variação é exclusivo resultado da redução de 16%, em média, dos preços de 'Energia Elétrica Residencial', uma vez que os demais itens apresentaram forte crescimento: Aluguel e Taxas +9,7%, Reparos +7,5%, Artigos de Limpeza +6,9% e Combustíveis (doméstico) +4,9%. O último, em especial, está com o nível de preços reduzido pela falta de reajuste por parte do governo (preço administrado), que vem recebendo vários pedidos de reajuste pela Petrobras, mas ainda não sinaliza se vai atender.

É interessante observar que 'Combustíveis e Lubrificantes' é o item da pauta de exportação que mais diminuiu (-47,3%) e o da pauta de importação que mais cresceu (+10,6%). Estas variações foram fortes o suficiente para gerar déficit na Balança Comercial brasileira neste primeiro semestre (US\$ 3,1 bilhões). Neste cenário, a alta do dólar deve ajudar a melhorar o resultado para o segundo semestre.

¹⁵ Focus – Relatório de Mercado, 16/08/2013.



Por outro lado, a alta do dólar é um dos complicadores que o governo enfrenta para manter a taxa da inflação em baixa, uma vez que produtos importados e cotados em dólar, como os combustíveis, chegam mais caros para o consumidor final.

Já a arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil atingiu o valor de R\$ 525.288 milhões no primeiro semestre de 2013. Esse resultado representou um aumento nominal de 7,3% e real de 0,79% (IPCA), em relação ao mesmo período de 2012. Em maio de 2013, a arrecadação federal mensal apresentou um aumento significativo de 13,6% em termos nominais e de 6,7% em termos reais (IPCA). Já no mês seguinte, junho de 2013, a arrecadação apesar de ter crescido 5,9% em termos nominais, apresentou queda real de -0,75% (IPCA).

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no semestre, destacam-se: a redução de 48,7% no pagamento do ajuste anual do IRPJ/CSLL, relativo a fatos geradores do ano calendário de 2012; arrecadação extraordinária no valor de R\$ 4,0 bilhões referentes a depósito judicial e venda de participação societária; desonerações tributárias, em especial, folha de pagamento, Cide-Combustíveis, IPI-Automóveis e IOF Crédito Pessoa Física e desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos.

Observa-se que os principais decréscimos reais (IPCA) no período foram registrados nos seguintes tributos: Cide-Combustíveis (-99,8%); IPI-Automóveis (-35,4%); IPI-Vinculado à importação (-18,6%); IOF (-13,7%) e IRRF-Rendimentos de Capital (-13,2%). Pelo lado positivo, apresentaram aumentos reais (IPCA) significativos: Importação (+10,0%); IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+9,1%); COFINS (+5,6%); PIS/PASEP (+4,2%); IRPF (+3,5%); CSLL (+3,0%) e IRPJ (+2,9%).

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. A indústria fluminense avançou 2,2% em junho de 2013 em relação ao mês anterior, na série livre de efeitos sazonais, recuperando, portanto, grande parte da perda acumulada no período abril-maio (-2,5%) em relação a março. Apesar da volatilidade no semestre, a atividade industrial expandiu 1,4%. Esse quadro mostra certa recuperação da indústria no RJ, embora as incertezas quanto ao quadro macroeconômico doméstico e à situação internacional. No acumulado em 12 meses, o setor industrial fluminense acumula crescimento de 5,2%, acima do crescimento no país (3,1%).

Em termos dos principais agregados, a indústria extractiva e de transformação fluminense no primeiro semestre de 2013 apresentaram queda de 8,0% e crescimento de 3,8%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação também apresentaram queda de 6,4% e crescimento de 2,5% no mesmo período.

A análise das doze atividades industriais em que o setor é desagregado no ERJ revela que sete das doze atividades apresentaram crescimento em relação no semestre. O principal impacto positivo ocorreu na produção de Veículos automotores, cuja produção teve um aumento de 50,3% no período. Esse desempenho é explicado não só pela maior produção de caminhões, automóveis, ônibus e chassis com

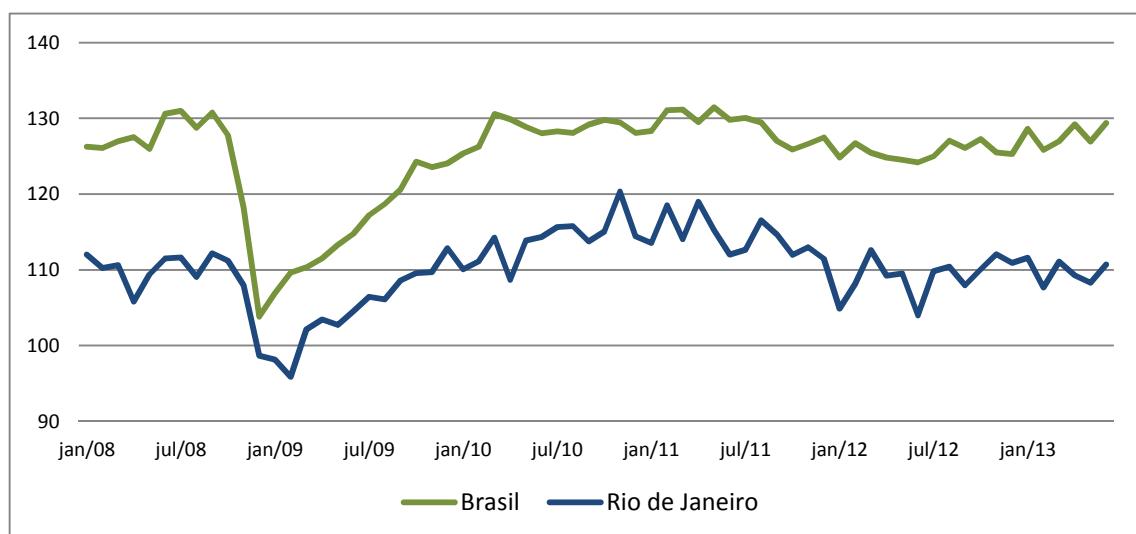


motor para ônibus e caminhões, mas também pela baixa base de comparação, uma vez que está atividade assinalou recuo de 39,7% no primeiro semestre de 2012 em relação ao mesmo semestre de 2011. Vale mencionar também os avanços vindos de Farmacêutica (+16,2%), Borracha e Plástico (+11,7%) e Outros Produtos Químicos (+6,4%) explicados, em grande medida, pela maior fabricação dos itens medicamentos no primeiro ramo, pneus e peças e acessórios para veículos automotores no segundo, polipropileno, herbicidas para uso na agricultura e preparações catalíticas para craqueamento de petróleo no terceiro. Por outro lado, as influências negativas mais importantes vieram de Metalurgia básica (-15,5%), Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (-8,7%).

Em bases trimestrais, a indústria fluminense avançou 1,6% no segundo trimestre de 2013, segunda taxa positiva consecutiva neste tipo de confronto, e com ligeiro ganho de dinamismo frente ao resultado do acumulado nos três primeiros meses do ano (1,2%), ambas as comparações contra igual período do ano anterior. O crescimento em ambos trimestres foi sustentado pelo crescimento na indústria de transformação.

Gráfico 1

Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

Petróleo. O estado do Rio de Janeiro apresentou no bimestre maio-junho uma leve recuperação das sucessivas quedas na produção de petróleo desde o início de 2013, atingindo valores superiores, mas ainda abaixo do mesmo período de 2012 (-4,4%). Segundo os dados da ANP, a produção no primeiro semestre foi de 41 milhões de m³. Destaque para o informe da ANP sobre a produção no pré-sal, que atingiu a produção de 376,1 mil BOE/dia em junho, alta de 14,4% na comparação com o mês de maio (328,8 mil BOE/d). O cenário de queda da produção desacelerou e espera-se uma retomada da produção. O preço do brent médio sustentou o patamar de US\$ 102 por barril, desvalorização mantida desde fevereiro. Contudo, ainda acima de US\$ 100 nesses últimos meses, que viabiliza a produção do pré-sal (custo médio de US\$ 45 por barril). No segundo semestre existe a expectativa da entrada em produção de novas plataformas que podem aumentar a produção.

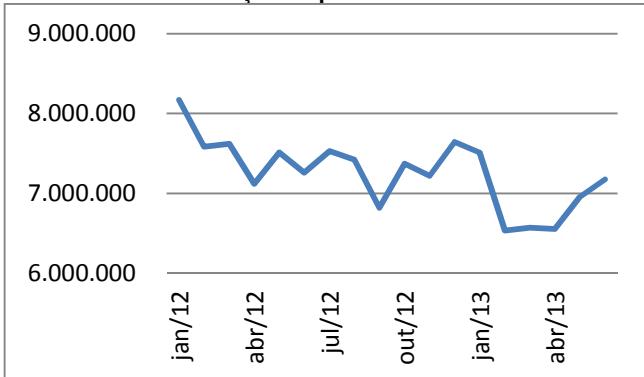


Tabela 1
Dados gerais sobre a produção de petróleo

Discriminação	2012	2013	Variação
Produção Óleo (m ³) – janeiro/junho	52.793.119	41.303.508	-21,8%
Brent médio (US\$) – janeiro/junho	113	108	-5,2%

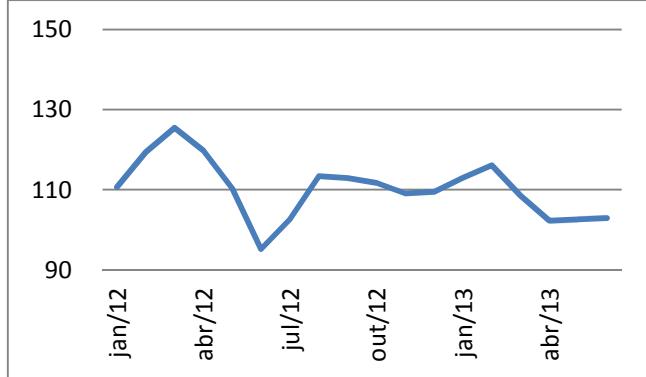
Fonte: ANP e EIA

Gráfico 2
Produção de petróleo - m³



Fonte: ANP.

Gráfico 3
Preço médio do petróleo – Brent



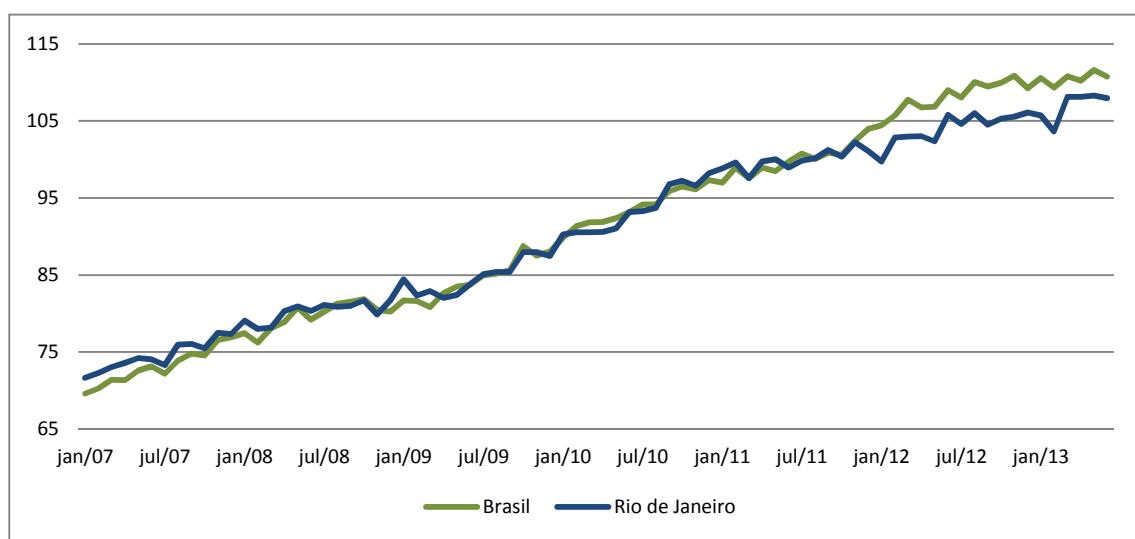
Fonte: EIA.

Comércio. O estado do Rio de Janeiro apresentou crescimento no volume de vendas em 8 (de dez) segmentos do comércio varejista ampliado no terceiro bimestre do ano, quando comparado com igual bimestre do ano anterior, conforme a Tabela 2. Destes, em 5 o crescimento se deu maior que no país. Já no acumulado no ano, o ERJ não supera o índice ampliado em apenas três segmentos: ‘Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo’, ‘Tecidos, vestuário e calçados’ e ‘Móveis e eletrodomésticos’.

O primeiro semestre de 2013 apresentou um crescimento forte no volume de vendas no varejo fluminense (+4,2%), maior que no país (+3,0%). Essa diferença é explicada pelo crescimento no segmento ‘Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo’ que cresceu 1,5% no estado, ao passo que cresceu apenas 0,3% no Brasil. Este crescimento é explicado pela aproximação do índice de comércio estadual ao nacional, cuja diferença se tornou significativa a partir de dezembro de 2011, conforme gráfico abaixo.



Gráfico 4
Índice de volume de vendas no comércio varejista com ajuste sazonal¹⁶



Fonte: PMC/IBGE.

Fora o segmento de 'Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo' que corresponde a quase metade do índice, os segmentos que mais se destacaram no semestre no mercado fluminense foram: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+36,9%) e 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+18,7%).

O destaque negativo no semestre no Rio de Janeiro fica por conta do segmento 'Móveis e eletrodomésticos' (-3,9%), mesmo apresentando crescimento no terceiro bimestre (+2,8%). No país, este segmento cresceu 3,8% no semestre. Destaque negativo também para 'Tecidos, vestuário e calçados', com ligeira queda do volume de vendas (-0,6%) no mesmo período.

Tabela 2
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	BR		RJ	
	Mai-Jun	Jan-Jun	Mai-Jun	Jan-Jun
Combustíveis e lubrificantes	8,6	6,2	8,2	8,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,9	0,3	1,4	1,5
Tecidos, vestuário e calçados	-1,1	3,0	-4,1	-0,6
Móveis e eletrodomésticos	4,7	3,8	2,8	-3,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,4	8,6	6,0	7,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,1	4,4	-4,5	6,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	3,0	3,7	42,5	36,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,1	9,8	15,3	18,7
Comércio varejista	0,9	3,0	3,1	4,2
Veículos, motocicletas, partes e peças	-3,0	4,2	4,5	7,2
Material de construção	5,0	6,8	5,7	10,0
Comércio varejista ampliado	1,1	0,9	4,3	3,7

Fonte: PMC/IBGE.

¹⁶ Dessazonalização própria.



I.III Mercado de Trabalho

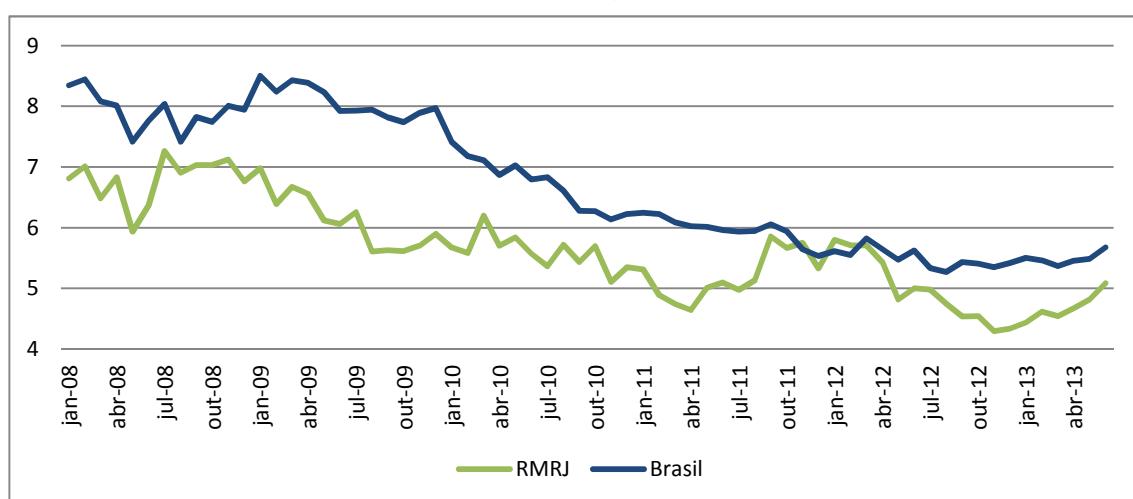
A população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), conforme a PME/IBGE, fechou o primeiro semestre de 2013 ligeiramente superior (+0,5%) em relação ao primeiro semestre de 2012. Este crescimento é inferior ao ocorrido em nível nacional (+1,0%) para o mesmo período. Observando a criação de empregos (pessoas ocupadas na semana de referência), a RMRJ apresentou aumento de postos de trabalho (+1,2%) no período, igual ao crescimento observado no país.

O crescimento dos postos de trabalho na RMRJ foi impulsionado pelas contratações nos setores 'Administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e serviços sociais' (+5,4%); 'Construção' (+1,7%); e 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (+1,4%). Os setores de atividade econômica que retraíram foram 'Indústria extractiva e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (-1,3%), corresponde a 11% das atividades; 'Serviços Domésticos' (-3,2%); e 'Outras atividades' (-7,9%), este último representa apenas 1% da ocupação. Considerando o acumulado em 12 meses, em junho de 2013, o Rio de Janeiro apresentou criação de postos de trabalho superior à do país (+1,5% e +0,6%, respectivamente). Neste período, os setores que mais contribuíram com o crescimento na RMRJ foram: 'Administração pública, defesa, segurança social, educação, saúde e serviços sociais' (+8,9%); e 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (+5,4%).

O indicador de posição na ocupação no trabalho principal traz a informação que se manteve o processo de formalização no mercado de trabalho da RMRJ. Os empregos com carteira assinada cresceram (+3,7%) no primeiro semestre de 2013, frente ao mesmo período do ano anterior; já os empregos sem carteira assinada e por conta própria diminuíram (-1,7%, em média), resultado da diminuição considerável dos postos sem carteira assinada (-6,6%) e aumentos dos postos por conta própria (+2,0%).

Apesar do aumento dos postos de trabalho acima do aumento da população economicamente ativa, observa-se um ligeiro aumento da taxa de desocupação, com ajuste sazonal, no fim do semestre, de 5,0% em junho de 2012 para 5,1% em junho de 2013.

Gráfico 5
Taxa de desocupação com ajuste sazonal



Fonte: PME/IBGE.



Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram que no primeiro semestre de 2013 houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 42.063 postos. Este resultado é decorrente das admissões líquidas na Indústria de Transformação (+9.409), Construção Civil (+13.023) e, principalmente, Serviços (+29.084). O setor de Comércio, em contraste, apresentou desligamentos líquidos (-13.095) no período, o que também foi observado no mesmo período em 2012 (-9.248).

Quanto ao rendimento médio real – preços de maio de 2013 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real considerável (+6,0%) no primeiro semestre de 2013, em comparação com o mesmo bimestre de 2012. Este crescimento é superior ao observado no país (+2,5%) para o mesmo período.

I.IV Inflação

Em 2013, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA no Estado do Rio de Janeiro registrou variação de 0,63% e 0,65% nos meses de maio e junho, respectivamente. Em relação ao Brasil, o índice apresentado no mesmo período foi de 0,37% e 0,26%.

Ressalte-se que o Rio de Janeiro alcançou no acumulado do ano 3,2%, variação igual ao mesmo período de 2012. Nos últimos 12 meses, essa foi de 7,3%, acima dos 5,8% registrados no mesmo período de 2012. No que tange ao Brasil, o acumulado nos últimos 12 meses foi de 6,7%.

Cabe esclarecer que o Estado do Rio de Janeiro ultrapassou o teto da meta de inflação nos meses de maio e junho, quando atingiu respectivamente 6,9% e 7,3% no acumulado em 12 meses. Já o Brasil, no mês de maio atingiu o teto da meta (+6,5%) e o ultrapassou em junho (+6,7%). Em função do aumento dos índices de inflação, o Banco Central, nas duas últimas reuniões do Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu aumentar a taxa SELIC em 0,75%, atingindo 8,0% a.a., para conter o avanço do processo inflacionário.

Tabela 3
Variação do IPCA sem ajuste sazonal

Período	RJ		Acumulado 2013		Acumulado 12 meses	
	Mai	Jun	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	0,63	0,65	3,16	3,15	7,34	6,70
Alimentação e bebidas	0,37	0,72	6,64	6,02	12,97	12,80
Habitação	1,46	0,11	0,28	-0,18	5,17	2,96
Artigos de Residência	0,84	-0,16	2,31	3,04	3,00	4,78
Vestuário	0,52	1,03	1,92	2,18	7,22	6,52
Transportes	0,10	1,33	1,96	1,18	3,64	2,84
Saúde e Cuidados Pessoais	1,34	0,31	5,11	4,36	8,23	6,90
Despesas Pessoais	0,74	1,00	1,48	4,13	10,15	8,69
Educação	0,04	0,27	6,14	6,73	6,89	7,82
Comunicação	-0,20	0,35	-0,01	0,09	0,15	0,92

Fonte: IPCA/IBGE.



Em junho, os grupos que sofreram os maiores aumentos no IPCA-RJ foram Transportes (+1,3%), Vestuário (+1,0%) e Despesas Pessoais (+1,0%); com peso de respectivamente 17,9%, 5,1% e 23,5%, no índice do mês. No que tange aos Transportes, apesar do recuo do governo em relação ao aumento das tarifas, este foi computado no mês junho. Nas Despesas Pessoais, os Serviços de Cabelereiro e de Empregado Doméstico pressionaram o aumento do grupo.

Entre os grupos que sofreram as maiores desacelerações de maio para junho estão os seguintes: Habitação (de 1,5% para 0,11%), influenciada, principalmente, pela queda do preço do gás de botijão e da energia elétrica residencial; Saúde e cuidados pessoais (1,3% para 0,31%), devido à redução de preço dos produtos farmacêuticos e óticos; e Artigos de residência (de 0,84% para -0,16%), em função da redução dos preços de móveis e utensílios e aparelhos eletroeletrônicos.

I.V Setor Externo

A balança comercial do Rio de Janeiro fechou em déficit US\$ 892 milhões no bimestre de maio-junho. As exportações mobilizaram US\$ 3,1 bilhões, redução de 19,7% em comparação com o mesmo período, enquanto as importações anotaram ligeira baixa de 0,59%, cerca de US\$ 4 bilhões no bimestre. Em análise detalhada, nota-se que as exportações de produtos siderúrgicos básicos totalizaram US\$ 256 milhões no bimestre, resultado -28% inferior ao atingido em maio-junho de 2012 (US\$ 355 milhões).

As importações do estado avançaram em nível inferior à média nacional neste bimestre, devido, sobretudo à entrada menor de combustíveis e lubrificantes, que adicionaram US\$ 1,24 bilhão, decréscimo de 15%. Destes, as importações de petróleo totalizaram US\$ 803 milhões. Em termos percentuais, destaque para o aumento nas importações de Gás Natural Liquefeito – GNL, produto com grande uso nas usinas termelétricas. Este acumulou US\$ 1,3 bilhão em janeiro a junho deste ano. Reflexo da política federal de poupar os reservatórios fluviais.

Por outro lado, as exportações de manufaturados tiveram seu desempenho negativo, amenizado pelas vendas da indústria de material de transporte que avançaram 67,9%, com vendas que somam US\$ 200 milhões de janeiro a junho deste ano.

No desempenho geral, as exportações do estado no primeiro semestre desabaram (déficit de R\$ -1,8 bilhões) em consequência da redução nas exportações de combustíveis e lubrificantes (-50,7%), principal produto da pauta, qual registrou US\$ 5,4 bilhões. Já as importações cresceram no período acima do nível nacional (16,9% e 6,7%, respectivamente).



II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais¹⁷ de arrecadação para 2013 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 586/2013, publicada no mês de janeiro

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 13.445,65 milhões / 115,0% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 36.350,16 / 108,5% da meta realizada.

Tabela 4 - Metas de Receita (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2013	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA	(R\$ milhões)
RECEITAS CORRENTES (1)	9.889,59	11.117,07	112,4%	29.622,42	32.235,83	108,8%	
RECEITAS DE CAPITAL (1)	1.798,84	2.328,58	129,4%	3.891,96	4.114,33	105,7%	
TOTAL	11.688,44	13.445,65	115,0%	33.514,37	36.350,16	108,5%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

A Receita Total realizada, no terceiro bimestre de 2013, superou a meta em 15% (+ R\$ 1.757,21 milhões), totalizando R\$ 13.445,65 milhões. No acumulado, o resultado também foi positivo, uma vez que a Receita Total realizada foi de R\$ 36.350,16 excedendo a meta em R\$ 2.835,79 milhões (+ 8,5%).

O bom resultado do bimestre pode ser explicado por uma variação positiva tanto das Receitas Correntes, quanto pelas Receitas de Capital. No primeiro caso, as receitas atingiram R\$ 11.117,07 milhões (12,4% acima da meta traçada para o período) e, no segundo, as receitas realizaram R\$ 2.328,58 milhões, um aumento de R\$ 529,74 milhões perante a meta estimada para o bimestre.

No acumulado, o cumprimento e a superação das metas devem-se também às duas categorias econômicas. As Receitas Correntes obtiveram um resultado 8,8% acima da meta, alcançando R\$ 32.235,83 milhões. As Receitas de Capital, 5,7% acima da meta, totalizando R\$ 4.114,33 milhões.

A meta estipulada para o período foi superada, principalmente, pelo bom desempenho das Receitas Correntes, que permitiram arrecadar R\$ 1.227,48 milhões acima do projetado.

¹⁷ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intraorçamentárias.

**- Receita Corrente Realizada****Bimestre: R\$ 11.117,07 milhões / 112,4% da meta realizada.****Acumulado: R\$ 32.235,83 milhões / 108,8% da meta realizada.****Tabela 5 - Metas de Receitas Correntes (em R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2013	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2013	(R\$ milhões)
						% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	9.889,59	11.117,07	112,4%	29.622,42	32.235,83	108,8%
TRIBUTÁRIA	6.001,12	6.837,53	113,9%	19.169,40	20.540,34	107,2%
CONTRIBUIÇÕES	214,07	200,70	93,8%	641,26	690,93	107,7%
PATRIMONIAL	1.761,46	1.792,19	101,7%	4.104,34	4.442,06	108,2%
AGROPECUÁRIA	0,07	0,01	11,8%	0,24	0,04	15,8%
INDUSTRIAL	18,04	103,21	572,3%	54,11	103,35	191,0%
SERVIÇOS	85,21	-18,44	-21,6%	258,07	183,28	71,0%
TRANSF. CORRENTES	995,63	876,39	88,0%	3.015,09	2.895,23	96,0%
OUTRAS	306,52	957,96	312,5%	864,05	1.783,24	206,4%
INTRAORÇAMENTÁRIA	507,47	367,52	72,4%	1.515,86	1.597,37	105,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As Receitas Correntes obtiveram uma boa performance tanto no bimestre quanto no acumulado, conforme já comentado nos parágrafos anteriores. As que mais se destacaram, em valores absolutos, no bimestre e no acumulado, foram as Receitas Tributárias, Receitas Patrimoniais e as Outras Receitas Correntes.

No bimestre, as Receitas Tributárias superaram o previsto em 13,9%, ou seja, R\$ 836,41 milhões acima da meta. O desempenho deve-se, principalmente, às Receitas do ICMS, que alcançaram R\$ 5.157,42 milhões, 19,7% a mais do que em 2012. Dentre as Receitas provenientes de Taxas, as que mais se sobressaíram no bimestre foram as Taxas de Prevenção e Extinção de Incêndios atingindo R\$ 103,84 milhões e as Taxas de Serviço de Trânsito, com R\$ 97,02 milhões. Já as Receitas Patrimoniais totalizaram R\$ 1.792,19 milhões, com destaque para as Receitas provenientes de Petróleo, com R\$ 1.667,32 milhões, o que equivale a 93% das receitas dessa origem.

No acumulado, as Receitas Tributárias realizaram R\$ 20.540,34 milhões, 107,2% da meta prevista, com destaque para as Receitas de ICMS, que atingiram o valor de R\$ 14.964,97 milhões, uma variação

As Receitas Tributárias foram as Receitas que mais contribuíram para o desempenho das Receitas Correntes, tanto no bimestre quanto no acumulado de 2013.



positiva de 16,4% sobre o ano de 2012. As Receitas Patrimoniais também apresentam importante papel no alcance da meta das Receitas Correntes, ultrapassando-a em 8,2% (+ R\$ 337,72 milhões do que o previsto).

As Outras Receitas Correntes tiveram um aumento expressivo tanto no bimestre (312,5% da meta prevista, ou seja, superou a meta em R\$ 651,44 milhões), quanto no acumulado (206,4%; crescimento de R\$ 919,19 milhões), como consequência direta do desempenho das Receitas Indenizações e Restituições.

O desempenho das Receitas Correntes será apresentado com maiores detalhes mais a diante na Seção IV.I.



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 2.328,58 milhões / 129,4% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 4.114,33 milhões / 105,7% da meta realizada.

Tabela 6– Metas de Receitas de Capital (em R\$ milhões)

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - JUN) 2013	RECEITA REALIZADA (MAI - JUN) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - JUN) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - JUN) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL₍₁₎	1.798,84	2.328,58	129,4%	3.891,96	4.114,33	105,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.092,56	1.966,46	180,0%	2.707,08	2.659,90	98,3%
ALIENAÇÃO DE BENS	542,96	1,36	0,2%	613,52	1.005,93	164,0%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	36,78	103,60	281,7%	109,68	106,17	96,8%
TRANSF. CAPITAL	119,13	239,52	201,1%	443,83	288,43	65,0%
OUTRAS	0,17	0,00	-	0,52		0,0%
INTRAORÇAMETÁRIA	7,24	17,65	243,7%	17,33	53,90	311,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As Receitas de Capital, no terceiro bimestre de 2013, obtiveram um valor acima da meta prevista para o período: R\$ 2.328,58 milhões (129,4% da meta estimada). Contribuiram para este resultado, todas as Receitas de Capital, com exceção da Receita de Alienação de Bens, que obteve um desempenho aquém da meta estimada.

As Receitas de Alienações de Bens alcançaram apenas 0,2% da meta. Este desempenho é reflexo da não realização de algumas alienações previstas para o começo do ano, como: alienação do terreno na Av. Presidente Vargas, do terreno do Batalhão da PM localizado na Rua Evaristo da Veiga e de outro localizado na Rua São Clemente. A previsão de entrada dessas Receitas de Alienações de Bens foi prorrogada para o 2º semestre de 2013. Ainda que frustradas essas receitas no período, não foi suficiente para prejudicar o alcance da metas das Receitas de Capital.

Por sua vez, as Receitas de Operações de Crédito obtiveram uma boa performance e, no bimestre, atingiram 180% da meta prevista (R\$ 1.966,46 milhões).

No acumulado, as Receitas de Capital atingiram R\$ 4.114,33 milhões, superarando a meta em R\$ 222,37 milhões (5,7%). O resultado é reflexo das Alienações de Bens do segundo bimestre de 2013 em que houve o ingresso financeiro da receita proveniente da venda de recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA no valor de um bilhão de reais. e permitiu que fosse superada a meta em 64%, ou seja, em R\$ 392,42

As Receitas de Capital, no 3º bimestre, superaram a meta em 29,4% (+ 529,74 milhões), reflexo, principalmente, das Receitas de Operação de Crédito.



milhões. Mais informações sobre as Receitas de Capital na seção IV.II deste boletim.

**Cronograma de Desembolso do Estado do RJ**

- Despesa Total Realizada: R\$ 29.700 milhões / 97,6%¹⁸

Neste item estamos avaliando e comparando a Meta prevista para o semestre no Cronograma Mensal de Desembolso (artigo 8º da LRF), divulgado pela Resolução SEFAZ nº 587/2013, R\$ 30,42 bilhões, com a meta realizada neste primeiro semestre que alcançou R\$ 29,70 bilhões, em percentual igual ao registrado até o quarto bimestre – 97,6%.

Conforme Tabela 7 – Metas de Execução até o 3º Bimestre abaixo, a meta de execução estimou que neste primeiro semestre os gastos de Pessoal e Encargos Sociais poderiam requerer cerca de 25,06% e as Outras Despesas Correntes 57,72%. O total indicado inclui os pagamentos de parte do RP 2012 (R\$ 2.610,27 milhões), parcelados em até 7 (sete) meses.

Tabela 7 – Metas de Execução até o 3º Bimestre

GRUPO DE DESPESA	JAN A JUN				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2012 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	7.625	7.341	767	8.109	106,3%
OUTRAS DESP. CORRENTES	17.560	15.500	1.056	16.556	94,3%
INVEST /INVERSÕES	2.443	1.779	427	2.205	90,3%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	2.796	2.830		2.830	101,2%
TOTAL	30.423	27.450	2.250	29.700	97,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

***Considerado apenas o pagamento de RP Total inscrito em 2012.

A despesa paga até o bimestre continua próxima à estimada no Cronograma de Desembolso, tendo alcançado 97,6% da meta, com uma ligeira diferença a menor (-R\$ 724 milhões). Do total de obrigações pagas até o período, R\$ 2.250 milhões (7,57%) são

Com uma meta de execução de R\$ 30.423 milhões, o ERJ apresentou uma despesa total, até o 3º bimestre, de R\$ 29.700 milhões: alcance de 97,6% da meta traçada.

¹⁸ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.



Restos a Pagar inscritos em 2012, restando pouco mais de R\$ 360 milhões (13,82%) a serem quitados.

Na análise por grupo de despesa, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais superaram em 6,3% a meta inicial (+R\$ 484 milhões). As funções com maior peso foram: Segurança Pública com R\$ 2.218,05 milhões realizados até o período (30,21% do total apurado no grupo); Educação com R\$ 1.541,67 milhões (21,00%), Judiciária com R\$ 1.003,83 milhões (13,67%) e Saúde com R\$ 546,55 milhões (7,44%).

Nos Investimentos e Inversões, até o 3º bimestre, foram pagos de R\$ R\$ 427 milhões, 19% no total da despesa realizada no grupo, restando a pagar apenas R\$ 110 milhões dos R\$ 537 milhões inscritos. Do montante executado no 1º semestre do exercício vale destacar alguns importantes projetos: na função Desporto e Lazer, as obras executadas na Reforma do Complexo do Maracanã (R\$ 424,75 milhões); na função Urbanismo, a Implantação do Arco Metropolitano (R\$ 74,93 milhões), a Implantação de Projetos de Infraestrutura (R\$ 101,16 milhões) e a Recuperação da Região Serrana (R\$ 18,49 milhões); na função Transporte, a Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 642,66 milhões).

As Outras Despesas Correntes, apesar da variação constatada em relação à meta traçada inicialmente (-5,72%, -R\$ 1.004 milhões), continuam com elevada representatividade no montante executado até o terceiro bimestre, respondendo por 55,74% do total apurado até junho. Justificando esse percentual, estão aqui inclusos os gastos com a folha de inativos e pensionistas (R\$ 5,69 bilhões) e as vinculações constitucionais, repartição de receitas, (R\$ 4,88 bilhões), despesas não discricionárias diretamente relacionadas às receitas arrecadadas, que somadas responderam por 68,22% do total apurado no período.

Por fim, as despesas requeridas pelo pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações), até o 3º bimestre, apresentaram uma realização ligeiramente superior à meta traçada (101,2% = +R\$ 34 milhões). Sua execução considera as condições contratuais pactuadas e a média móvel da Receita Líquida Real dos últimos 12 meses.

Aqui vale destacar que as alterações orçamentárias, de liberação de recursos contingenciados ou suplementação de dotações com despesas não previstas na LOA, tem impacto na execução das



Metas, pois refletem o maior comprometimento de recursos na execução da despesa.

Confirmando essa tese, o bom momento atravessado pela economia fluminense, evidenciado, principalmente, na contínua superação das metas de arrecadação da receita tributária possibilitou significativa redução do montante de recursos inicialmente contingenciados (R\$ 3.351,94 milhões) Ao final do semestre permanecem indisponíveis 2,63% do orçamento autorizado (R\$ 2.053,08 milhões).

Ainda na esteira das alterações orçamentárias e o respectivo reflexo nas Metas de Desembolso, acrescentamos que, até o mês de junho, R\$ 5.212 milhões foram incorporados à dotação inicial, evidenciando um aumento de 7,17% no orçamento inicial autorizado, valor discriminado nos itens V.I e V.II deste Boletim. A tabela a seguir evidencia os movimentos orçamentários citados.

O bom cenário econômico do ERJ possibilitou uma relevante redução no contingenciamento aplicado no orçamento inicial, liberando R\$ 1.299 milhões para a execução das atividades planejadas pelos órgãos.

Tabela 8 – Lei Orçamentária 2013

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ					
Análise do Orçamento ao longo do Exercício					
Bimestres	Até Fevereiro	Até Abril	Variação (%)	Até Junho	Variação (%)
DOTAÇÃO	INICIAL	72.739.524.652	-	72.739.524.652	-
	ATUAL	73.595.595.706	4,27%	77.952.483.238	1,58%
	DISPONÍVEL	69.893.866.719	5,00%	75.899.407.824	3,42%
CONTINGENCIADO	3.701.728.987	3.351.944.988	-9,45%	2.053.075.415	-38,75%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA	856.071.054	3.999.845.428	367,23%	5.212.958.586	30,33%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

Ao longo do exercício financeiro, a capacidade arrecadatória do Estado, fundamentado na tendência do exercício, orientará a liberação gradativa das dotações antes indisponíveis por contingenciamento ou para a incorporação de excesso de arrecadação, caso se configure, o que afetará sobremaneira o cronograma de desembolso inicial.

As despesas realizadas no período estão analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.



III. Resultados Fiscais¹⁹

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: + R\$ 2.491,82 milhões / + 77,7%
 Acumulado: + R\$ 5.134,81 milhões / + 378,4%

Tabela 9 - Resultado Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
	11.270,51	13.445,65		29.777,92	36.350,16	
I. RECEITA TOTAL (A)	11.270,51	13.445,65	19,3%	29.777,92	36.350,16	22,1%
I.1 RECEITA CORRENTE	9.758,72	10.749,55	10,2%	27.126,51	30.638,47	12,9%
I.1.1 Tributária	5.762,43	6.837,53	18,7%	17.618,55	20.540,34	16,6%
I.1.2 Patrimonial	2.147,89	1.792,19	-16,6%	4.893,71	4.442,06	-9,2%
I.1.3 Transferências	927,41	876,39	-5,5%	2.755,68	2.895,23	5,1%
I.1.4 Demais Correntes	921,00	1.243,44	35,0%	1.858,58	2.760,84	48,5%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	1.088,65	2.310,93	112,3%	1.480,11	4.060,43	174,3%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	423,14	385,18	-9,0%	1.171,30	1.651,26	41,0%
II. DESPESA TOTAL (B)	9.868,57	10.953,84	11,0%	28.704,58	31.215,35	8,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	8.342,76	8.762,08	5,0%	25.088,51	26.117,71	4,1%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.183,99	4.857,53	16,1%	12.164,11	14.144,39	16,3%
II.1.2 Demais Correntes	3.739,79	3.376,18	-9,7%	11.656,09	10.548,20	-9,5%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	418,97	528,37	26,1%	1.268,31	1.425,12	12,4%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.120,93	1.750,53	56,2%	2.478,75	3.315,69	33,8%
II.2.1 Invest.	748,29	1.307,32	74,7%	1.313,70	1.852,85	41,0%
II.2.1.1 Obras e Instalações	545,79	1.169,83	114,3%	791,80	1.494,40	88,7%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	11,41	12,14	6,4%	16,67	28,35	70,0%
II.2.1.3 Demais Investimentos	191,10	125,35	-34,4%	505,23	330,10	-34,7%
II.2.2 Inv. Financ.	30,68	14,73	-52,0%	108,43	57,82	-46,7%
II.2.3 Amort. Dívida	341,96	428,48	25,3%	1.056,62	1.405,01	33,0%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	404,89	441,23	9,0%	1.137,32	1.781,95	56,7%
RES. ORÇAM. (A-B)	1.401,94	2.491,82	77,7%	1.073,34	5.134,81	378,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

O Resultado Orçamentário, proveniente do Balanço Orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O bom desempenho das Receitas Correntes, principalmente as Tributárias, e Receitas de Capital, tanto no bimestre quanto no acumulado, foi suficiente para assegurar um Resultado Orçamentário

¹⁹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº 42/2010.



positivo. No bimestre, as Receitas totais excederam as Despesas totais em R\$ 2.491,82 milhões gerando uma variação de 77,7% frente ao mesmo resultado no ano de 2012. Já no acumulado, o Superávit Orçamentário total foi de R\$ 5.134,81 milhões, com uma variação de 378,4% frente o acumulado de 2012.

Mais detalhes sobre as Receitas na seção IV deste boletim.

O Resultado Orçamentário até junho foi positivo (+R\$ 5.134,81 milhões) devido ao bom desempenho das Receitas Correntes e Receitas de Capital.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: + R\$ 2.555,03 milhões / + 180,9%
Acumulado: + R\$ 5.444,54 milhões / + 213,5%

Tabela 10 - Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		(R\$ milhões)
	2012	2013		2012	2013	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	4.956,49	11.522,55	132,5%	25.381,61	30.900,10	21,7%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	8.112,86	8.967,53	10,5%	23.644,73	25.455,56	7,7%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-3.156,38	2.555,03	180,9%	1.736,88	5.444,54	213,5%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	2.398,28	1.923,10	-19,8%	4.396,31	5.450,06	24,0%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.755,71	1.986,31	13,1%	5.059,85	5.759,80	13,8%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	642,58	-63,21	-109,8%	-663,54	-309,73	-53,3%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-2.513,80	2.491,82	199,1%	1.073,34	5.134,81	378,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

No terceiro bimestre de 2013, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o Resultado Orçamentário atingiu o valor de + R\$ 2.555,03 milhões (180,9% a mais do que em 2012). Este valor suavizou o resultado negativo do RIOPREVIÊNCIA, uma vez que as despesas do fundo superaram as receitas em R\$ 63,21 milhões.

O resultado acumulado segue o padrão do resultado bimestral, mas reduz o déficit orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA por conta do crescimento de 114,2%; o Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA é superavitário em R\$ 5.444,54 milhões (+ 213,5%).

Observa-se também um aumento nas Despesas do RIOPREVIDÊNCIA do ano de 2012 para 2013. No bimestre, houve um incremento de R\$ 230,60 milhões (+ 13,1%), e, no acumulado, R\$ 699,94 milhões (+13,8%). Este crescimento pode ser explicado pelo

As Receitas do RIOPREVIDÊNCIA não foram suficientes para pagar suas despesas no terceiro bimestre de 2013.



reajuste salarial de algumas categorias com grande quantidade de servidores aposentados, que acabam gerando um impacto na folha.

**III.III Resultado Primário²⁰**

Bimestre: + R\$ 1.335,45 milhões / + 31,2%
Acumulado: + R\$ 4.067,76 milhões / + 125,3%

Tabela 11 - Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITAS TOTAL	11.270,51	13.445,65	19,3%	29.777,92	36.350,16	22,1%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.133,88	2.177,44	92,0%	1.567,79	4.038,51	157,6%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	423,14	385,18	-9,0%	1.171,30	1.651,26	41,0%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	9.713,50	10.883,04	12,0%	27.038,83	30.660,39	13,4%
DESPESAS TOTAL	9.868,57	10.953,84	11,0%	28.704,58	31.215,35	8,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	767,87	965,01	25,7%	2.333,67	2.840,77	21,7%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	404,89	441,23	9,0%	1.137,32	1.781,95	56,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	8.695,81	9.547,59	9,8%	25.233,58	26.592,63	5,4%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	1.017,69	1.335,45	31,2%	1.805,25	4.067,76	125,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

O resultado primário procura medir o comportamento fiscal do Governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

O Resultado Primário, no terceiro bimestre de 2013 foi de R\$ 1.335,45 milhões, no bimestre, e de R\$ 4.067,76 milhões, no acumulado. Este valor é decorrente do melhor desempenho das Receitas não financeiras (R\$ 10.883,04 milhões) frente às Despesas não financeiras (R\$ 9.547,59 milhões).

No acumulado, observa-se que o Resultado Primário atingiu, até junho, o montante de R\$ 4.067,76 milhões, o que acarretou uma variação de 125,3% frente ao mesmo período de 2012.

²⁰ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

**Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA**

Bimestre: + R\$ 1.632,33 milhões / 151,3%
 Acumulado: +R\$ 6.669,81 / 86,7%

Tabela 12 - Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	3.759,81	9.205,10	144,8%	23.747,60	27.515,19	15,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	6.940,77	7.572,76	9,1%	20.175,67	20.845,38	3,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV.(A-B)	-3.180,96	1.632,33	151,3%	3.571,93	6.669,81	86,7%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREV.	282,91	-296,88	-204,9%	-1.766,69	-2.602,05	-47,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

Nesta metodologia, é apresentado o Resultado Primário sem o RIOPREVIDÊNCIA. Observa-se que, bimestralmente, o resultado foi superavitário em + R\$ 1.632,33 milhões, representando uma variação de 151,3% frente a 2012.

Analizando o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA, destaca-se que o valor foi deficitário em - R\$ 296,88 milhões no 3º bimestre de 2013. Pode-se perceber então, o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA, que executou despesas à conta do Superávit Financeiro nos anos anteriores.

**IV. Receita Estadual²¹**

Bimestre: R\$ 13.445,65 milhões / + 19,3%²²
 Acumulado: R\$ 36.350,16 milhões / + 22,1%

Tabela 13 - Execução da Receita Estadual

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
REC. CORRENTES	9.758,72	10.749,55	10,2%	27.126,51	30.638,47	12,9%
REC. CAPITAL	1.088,65	2.310,93	112,3%	1.480,11	4.060,43	174,3%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	423,14	385,18	-9,0%	1.171,30	1.651,26	41,0%
Total	11.270,51	13.445,65	19,3%	29.777,92	36.350,16	22,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

No terceiro bimestre de 2013, a Receita Estadual totalizou R\$ 13.445,65 milhões, um acréscimo de 19,3% (+ R\$ 2.175,14 milhões) frente ao mesmo período de 2012. No acumulado, observa-se um ganho de R\$ 36.350,16 milhões (+ 22,1%).

O resultado positivo da Receita do Estado, no bimestre, deve-se ao desempenho tanto das Receitas Correntes, quanto das Receitas de Capital. As primeiras totalizaram R\$ 10.749,55 milhões, representando um acréscimo de 10,2% (+ R\$ 990,83 milhões), enquanto as segundas realizaram R\$ 2.310,93 milhões, 112,3% a mais do que no mesmo período do ano anterior.

A maior contribuição do resultado das Receitas Correntes se deve às Receitas Tributárias que alcançaram R\$ 6.837,53 milhões, representando um adicional de 18,7% frente a 2012. As Receitas de Capital, como dito anteriormente, também influenciaram positivamente o resultado da execução das Receitas Estaduais, fruto, principalmente, das Receitas de Operações de Crédito que totalizaram R\$ 1.966,46 milhões, no bimestre.

No acumulado, repete-se o desempenho das Receitas Estaduais, alcançando R\$ 36.350,16 milhões. A execução de janeiro a junho de 2013 é representada por um acréscimo de R\$ 6.572,24 milhões (+ 22,1%) em relação ao mesmo período de 2012. Este resultado é reflexo tanto das Receitas Correntes quanto das Receitas de Capital.

²¹ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

²² As informações representam a arrecadação no período e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior, respectivamente.



Mais informações sobre as essas receitas serão pormenorizadas a seguir.

**IV.I Receitas Correntes**

Bimestre: R\$ 10.749,55 milhões / +10,2%
Acumulado: R\$ 30.638,47 milhões / +12,9%

Tabela 14 – Receitas Correntes por Origem

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
TRIBUTÁRIA	5.762,43	6.837,53	18,7%	17.618,55	20.540,34	16,6%
CONTRIBUIÇÕES	188,41	200,70	6,5%	582,70	690,93	18,6%
PATRIMONIAL	2.147,89	1.792,19	-16,6%	4.893,71	4.442,06	-9,2%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,01	-54,5%	0,07	0,04	-47,3%
INDUSTRIAL	0,02	103,21	453514,6%	0,12	103,35	86051,4%
DE SERVIÇOS	97,49	-18,44	-118,9%	168,57	183,28	8,7%
TRANSF. CORRENTES	927,41	876,39	-5,5%	2.755,68	2.895,23	5,1%
OUTRAS CORRENTES	635,06	957,96	50,8%	1.107,12	1.783,24	61,1%
TOTAL	9.758,72	10.749,55	10,2%	27.126,51	30.638,47	12,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

As Receitas Tributárias foram o principal destaque dentro das Receitas Correntes, com um acréscimo de R\$ 1.075,10 milhões (+18,7%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, sendo a arrecadação de Impostos Sobre a Produção e a Circulação o principal responsável pelo resultado apresentado, como indicado a seguir na seção IV.I.1.

No acumulado, houve um crescimento de 16,6% (+ R\$ 2.921,79 milhões) também reflexo, em sua maior parte, pelo desempenho do ICMS.

Destaca-se, também, a arrecadação de Outras Receitas Correntes, que obteve um acréscimo de 50,8% (+ R\$ 322,89 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano anterior.

No acumulado, estas receitas geraram em aumento de 61,1% (+ R\$ 676,13 milhões). As subfontes que a compõe serão abordadas na seção IV.I.3.

A Receita Patrimonial sofreu uma redução de 16,6% (- R\$ 355,69 milhões) no bimestre, e 9,2% (- R\$ 451,64 milhões) no acumulado.

**IV.I.1 Receita Tributária**

Bimestre: R\$ 6.837,53 milhões / +18,7%
 Acumulado: 20.540,34 milhões / + 16,6%

Tabela 15 - Receita Tributária

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.762,43	6.837,53	18,7%	17.618,55	20.540,34	16,6%
ICMS	4.308,04	5.157,42	19,7%	12.861,02	14.964,97	16,4%
Adicional do ICMS	381,98	464,35	21,6%	1.266,38	1.375,38	8,6%
IRRF	449,73	556,21	23,7%	778,60	1.191,92	53,1%
IPVA	241,80	174,92	-27,7%	1.448,72	1.588,76	9,7%
ITD	91,28	92,53	1,4%	240,49	251,98	4,8%
Taxas	289,60	392,10	35,4%	1.023,34	1.167,33	14,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

No terceiro bimestre de 2013, a Receita Tributária total atingiu o montante de R\$ 6.837,53 milhões, o que ocasionou uma variação de 18,7% frente ao mesmo período em 2012. Este desempenho foi influenciado pela arrecadação de todos os tributos, com exceção do IPVA que apresentou um decréscimo de 27,7% (- R\$ 66,88 milhões) quando comparado a 2012. Pode-se destacar a arrecadação do ICMS, que, em valores absolutos, atingiu R\$ 5.157,42, representando 75,4% da Receita Tributária total.

No acumulado, a Receita Tributária apresentou um acréscimo de 16,6%, totalizando R\$ 20.540,34 milhões. Este desempenho está concentrado em todos os tributos, uma vez que todos os impostos e as taxas obtiveram um resultado positivo, porém, a ênfase se encontra no ICMS que até junho arrecadou R\$ 14.964,97 milhões.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.157,42 milhões / + 19,7%
 Acumulado: R\$ 14.964,97 milhões / + 16,4%

O ICMS foi o tributo que mais se destacou, tanto no terceiro bimestre de 2013, quanto no acumulado. No bimestre, o tributo atingiu R\$ 5.157,42 milhões, obtendo uma variação positiva de 19,7% frente a 2012. Já no acumulado, houve um acréscimo de 16,4% (+ R\$ 2.103,95 milhões).

As Receitas Tributárias aumentaram R\$ 1.075,1 milhão (+ 18,7%) na análise bimestral de 2012 para 2013. Este aumento foi motivado, principalmente, pelas Receitas advindas do ICMS.

O crescimento do ICMS (+R\$ 849,37 milhões no bimestre) impulsionou o crescimento da arrecadação tributária no terceiro bimestre de 2013 influenciado, principalmente, pelos setores de Telecomunicações e Petróleo, Combustíveis e Gás Natural.



Os setores que mais contribuíram para o alcance dessa receita em 2013, tanto no bimestre quanto no acumulado foram Petróleo, Combustíveis e Gás Natural e de Telecomunicações. Já o setor de Energia Elétrica, que também possui participação significativa no total arrecadado do ICMS, apresentou queda bimestral ainda que tenha apresentado aumento no acumulado. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):

Bimestre: R\$ 174,92 milhões / - 27,7%

Acumulado: R\$ 1.588,76 milhões / + 9,7%

O IPVA, no terceiro bimestre de 2013, obteve uma queda de 27,7% (- R\$ 66,88 milhões) em comparação com 2012.

No Boletim de Transparência Fiscal do terceiro bimestre de 2012, foi explicado o aumento da receita bimestral do IPVA como decorrência da postergação do calendário de pagamentos deste imposto em 2012 para o segundo bimestre do ano, inflando a base de comparação e implicando queda bimestral em 2013.

Devido à diferença de 2012, a análise feita pelo acumulado é mais acurada. Em relação a ao ano anterior, houve um acréscimo de 9,7% (+ R\$ 140,04 milhões). Este aumento nas Receitas de IPVA é um reflexo das vendas da indústria automobilística ao longo do ano de 2012 e que impactou positivamente o ano de 2013.

- Imposto de Renda (IRRF):

Bimestre: R\$ 556,21 milhões / + 23,7%

Acumulado: R\$ 1.191,92 milhões / + 53,1%

O IRRF teve como arrecadação R\$ 556,21 milhões no terceiro bimestre de 2013, representando um aumento de R\$ 106,48 milhões (+ 23,7%) frente ao mesmo período de 2012. Este aumento foi motivado, principalmente, pelos seguidos aumentos concedidos a diversas classes, em 2012, entre elas a PMERJ cujo salário base passou a estar incluído na alíquota de 7,5% para a tributação desse imposto. Tal fato impactou também o acumulado, que obteve uma variação positiva de 53,1% (+ R\$ 413,31 milhões) em relação a 2012.

A arrecadação de IRRF no terceiro bimestre de 2013 apresentou um acréscimo de 23,7% em relação ao mesmo período de 2012.



– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

Bimestre: R\$ 92,53 milhões / + 1,4%
Acumulado: R\$ 251,98 milhões / + 4,8%

Conforme comentado em boletins anteriores, o sistema de ITD sofreu modificações no começo do ano, o que facilitou a arrecadação do imposto. No bimestre, houve um incremento de R\$ 92,53 milhões (+ 1,4%) e, no acumulado, de R\$ 11,49 milhões.

– Taxas:

Bimestre: R\$ 392,10 milhões / + 35,4%
Acumulado: R\$ 1.167,33 milhões / + 14,1%

Tabela 16 - Taxas

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
Taxas	289,60	392,10	35,4%	1.023,34	1.167,33	14,1%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	47,12	43,13	-8,5%	222,84	288,83	29,6%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	42,13	36,39	-13,6%	208,03	268,43	29,0%
Outras	4,99	6,74	35,2%	14,81	20,40	37,7%
Taxas pela Prestação de Serviços	242,48	348,97	43,9%	800,49	878,50	9,7%
Emolumentos e Custas Judiciais	74,06	78,14	5,5%	202,66	217,15	7,2%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	45,61	65,08	42,7%	128,11	161,33	25,9%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	122,81	205,75	67,5%	469,72	500,01	6,4%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	90,48	97,02	7,2%	333,27	351,83	5,6%
Outras	32,33	108,73	236,3%	136,45	148,19	8,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A Receita Tributária proveniente das Taxas obteve um acréscimo de 35,4% no terceiro bimestre de 2013 (+ R\$ 102,5 milhões). Este resultado foi influenciado, principalmente, pelas Taxas de Prestação de Serviços Judiciais que aumentaram a receita em 43,9% (+ R\$ 106,49 milhões) e que representam 89,0% das Receitas advindas das Taxas. Dentro deste grupo, as que mais tiveram relevância, em valores absolutos, foram as Outras Taxas pela Prestação de Serviços que finalizaram o período com R\$ 205,75 milhões (+ 67,5%), com destaque para as Taxas de Prevenção e Extinção de Incêndio com acréscimo de R\$ 76,83 milhões (+ 285%)



No acumulado, as Taxas atingiram R\$ 1.167,33 milhões, com destaque, para a Taxa do Exercício do Poder de Polícia, especialmente quanto à Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (+ 29%, + R\$ 60,40 milhões), e Taxa pela Prestação de Serviços que, até fim do terceiro bimestre, arrecadou R\$ 878,50 milhões (+ 9,7%, R\$ 78,01 milhões), destacando-se Emolumentos e Custas Extrajudiciais (+ 25,9%, R\$ 33,22 milhões).

**Box 01 - O FUNDEB e a redução do coeficiente do Estado**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é um fundo de natureza contábil que busca a manutenção e desenvolvimento do ensino público, instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente.

A implantação do FUNDEB iniciou-se em 1º de janeiro de 2007 e foi realizada de forma gradual, alcançando sua plenitude em 2009. Como a Emenda Constitucional nº 53 estabeleceu um prazo de vigência de 14 anos, durará até o final de 2020.

O fundo é formado por recursos provenientes dos impostos dos estados, Distrito Federal e municípios e transferências recebidas decorrente de impostos, sendo constituído por 20% (a partir de 2009) de: FPE, FPM, ICMS, IPlexp, desoneração de exportações (LC 87/96), ITCMD, IPVA, ITR e receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes citadas, podendo haver ainda complementação da União caso no âmbito de cada Estado e no Distrito Federal, o valor médio ponderado por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Cada estado e seus municípios contribuem com os 20% de suas receitas e recebem, a título de retorno, o valor relativo ao coeficiente calculado pelo FNDE.

Assim, o FUNDEB promove a distribuição dos seus recursos com base no número de alunos da educação básica, conforme dados do Censo Escolar mais atualizado, sendo computados os alunos matriculados nos respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211 da Constituição Federal). Deste modo, Estados e Municípios recebem seus recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio. No caso do Estado do Rio de Janeiro o valor recebido é aplicado através da Secretaria de Educação.

Como os recursos a serem repassados dependem da arrecadação de impostos, é natural que a cada ano haja uma variação no montante a ser distribuído entre Estado e Municípios. Além disso, os valores a receber por determinado ente dependem da participação do mesmo na quantidade total de matrículas públicas. Ou seja, os valores a serem repassados aos Municípios e ao Estado dependem do quanto foi destinado ao FUNDEB e do coeficiente de distribuição de cada um.

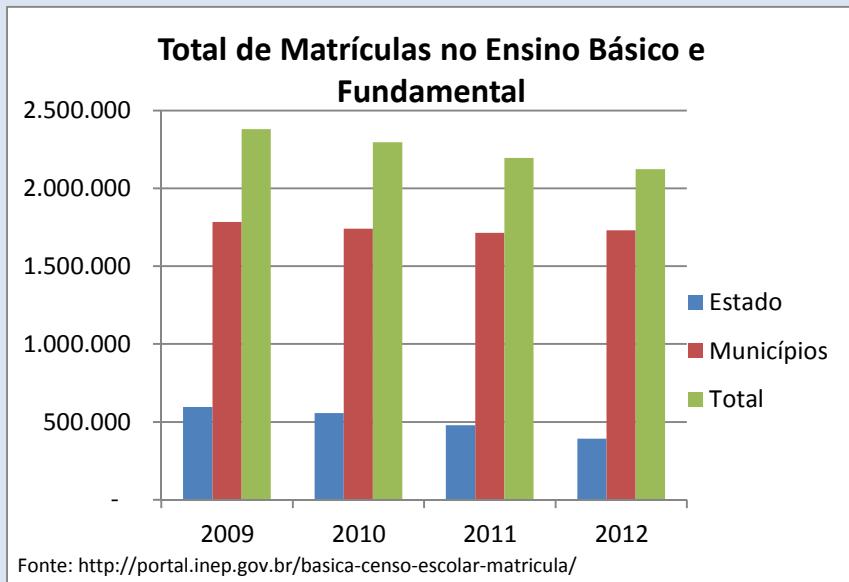
Ocorre que o Estado do Rio de Janeiro tem tido uma redução considerável no seu coeficiente. Isto se deve, conforme será visto abaixo, principalmente pela municipalização do ensino fundamental.

No ano de 2009 o Estado possuía 595 mil matrículas no ensino básico e fundamental, ao passo que em 2012 foram apenas 391 mil matrículas, observando-se uma variação de -34,19% entre os anos. Já a soma dos mesmos tipos de matrículas de todos os Municípios era de 1.785 mil matrículas em 2009, enquanto que em 2012 era 1.731 mil matrículas, ocorrendo uma variação de -3,03%.

Cumpre ressaltar que a queda no total de matrículas públicas (estaduais e municipais

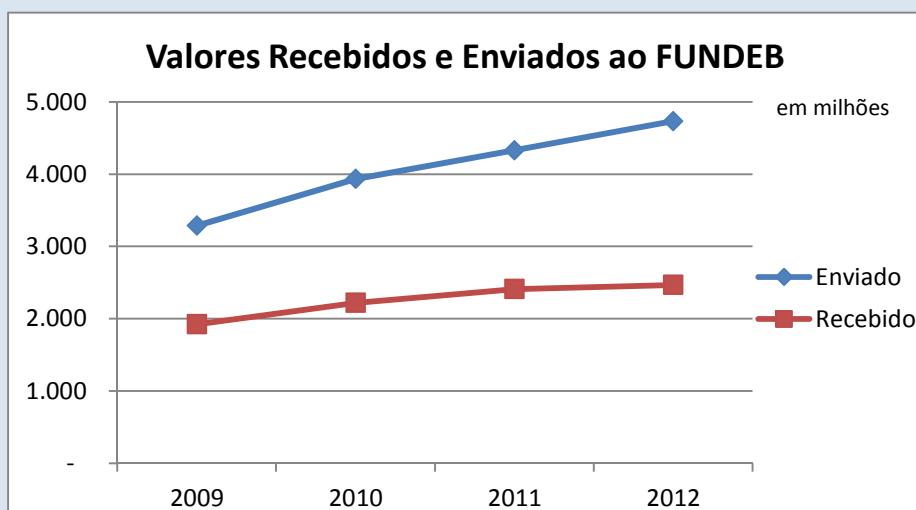


conjuntamente) decorre principalmente da melhora na coleta de dados pelo Censo Escolar, que passou a utilizar meios mais rigorosos no cadastramento dos alunos, refletindo melhor a quantidade real de matrículas na rede pública.



Por essa razão o coeficiente do Estado do Rio de Janeiro passou de 40,77% da totalidade dos recursos do FUNDEB para 36,78% em 2012. Esta redução no coeficiente faz com que o Estado tenha uma perda líquida maior com o Fundo, visto que sempre contribui com os mesmos 20% das aludidas receitas e tem como retorno um número menor de recursos.

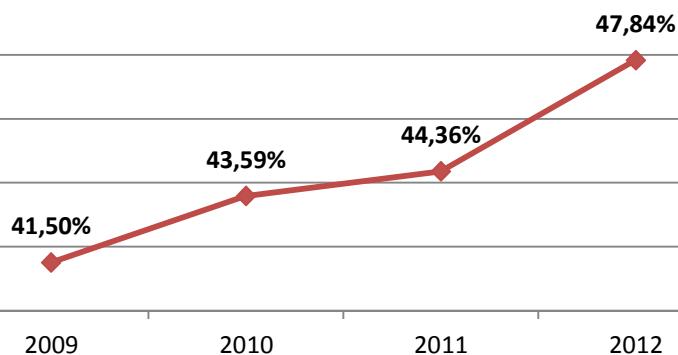
No ano de 2011 o Estado destinou ao fundo R\$ 4.329 milhões e recebeu pelo mesmo R\$ 2.409 milhões, ocorrendo uma perda líquida de R\$ 1.920 milhões (44,36% do arrecado para o Fundo). Já em 2012 o Estado enviou R\$ 4.731 milhões ao fundo e recebeu R\$ 2.468 milhões, sucedendo uma perda líquida de 2.263 milhões (47,84% do arrecado para o Fundo).



**Valores Recebidos e Enviados pelo ERJ ao FUNDEB**
em milhões

	Enviado	Recebido	Perda Líquida
2009	R\$ 3.287	R\$ 1.923	R\$ 1.364
2010	R\$ 3.933	R\$ 2.219	R\$ 1.714
2011	R\$ 4.329	R\$ 2.409	R\$ 1.920
2012	R\$ 4.731	R\$ 2.468	R\$ 2.263

Observa-se, portanto, uma queda percentual no que o Estado do Rio de Janeiro recebe do FUNDEB ao longo dos últimos anos, sobretudo pela municipalização do ensino básico e fundamental. A queda nas matrículas estaduais nessas áreas de ensino afeta diretamente o coeficiente de distribuição dos recursos, aumentando, assim, a perda líquida do Estado com o Fundo.

Perda Líquida do Destinado pelo ERJ ao FUNDEB

	Coeficiente ERJ	Variação anual	Variação Acumulada
2009	40,77%		
2010	39,60%	-2,87%	-2,87%
2011	38,86%	-1,87%	-4,68%
2012	36,68%	-5,61%	-10,03%



IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 17 - Arrecadação do ICMS por Grupos Econômicos Selecionados (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		part % 2013	var % 13/12	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		part % 2013	var % 13/12	R\$ milhões
	2012	2013			2012	2013			
	168,64	238,66	4,6%	41,5%	542,56	708,05	4,7%	30,5%	
Alimentação	220,58	235,79	4,6%	6,9%	741,12	713,27	4,8%	-3,8%	
Bebidas	39,86	62,41	1,2%	56,6%	107,45	168,85	1,1%	57,1%	
Borracha e plástico	81,13	92,50	1,8%	14,0%	236,26	285,93	1,9%	21,0%	
Comunicação e informação	156,01	165,86	3,2%	6,3%	440,92	474,44	3,2%	7,6%	
Construção civil	19,30	20,44	0,4%	5,9%	56,67	58,31	0,4%	2,9%	
Editorial, gráfica e publicidade	82,28	140,61	2,7%	70,9%	237,79	354,18	2,4%	48,9%	
Eletroeletrônicos	591,50	460,56	8,9%	-22,1%	1.646,10	1.729,93	11,6%	5,1%	
Energia elétrica	31,38	29,46	0,6%	-6,1%	95,21	95,31	0,6%	0,1%	
Informática e óptico	117,70	135,34	2,6%	15,0%	346,04	400,36	2,7%	15,7%	
Madeira, papel e fumo	48,66	55,51	1,1%	14,1%	137,50	155,61	1,0%	13,2%	
Máquinas e equipamentos em geral	30,95	36,46	0,7%	17,8%	91,12	100,84	0,7%	10,7%	
Médico-hospitalar e odontologia	238,25	235,02	4,6%	-1,4%	754,34	804,87	5,4%	6,7%	
Mercados, lojas e magazines	184,89	202,33	3,9%	9,4%	577,26	595,75	4,0%	3,20%	
Metalurgia e siderurgia	41,98	46,31	0,9%	10,3%	126,69	139,56	0,9%	10,2%	
Móveis e utensílios	117,97	167,74	3,3%	42,2%	347,65	463,05	3,1%	33,2%	
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	743,50	1.280,86	24,8%	72,3%	2.228,80	3.135,80	21,0%	40,7%	
Petróleo, combustíveis e gás natural	165,62	181,80	3,5%	9,8%	497,61	536,16	3,6%	7,7%	
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	130,92	154,94	3,0%	18,3%	375,37	462,86	3,1%	23,3%	
Química e petroquímica	634,02	661,34	12,8%	4,3%	1.821,87	1.947,03	13,0%	6,9%	
Telecomunicações	159,35	169,77	3,3%	6,5%	508,67	552,37	3,7%	8,6%	
Têxtil e vestuário	91,32	103,38	2,0%	13,2%	255,59	293,19	2,0%	14,7%	
Transportes gerais e armazenagem	145,82	236,04	4,6%	61,9%	497,37	600,85	4,0%	20,8%	
Veículos automotores	66,41	44,30	0,9%	-33,3%	191,07	188,40	1,3%	-1,4%	
Outras atividades econômicas	4.308,04	5.157,42	100,0%	19,7%	12.861,02	14.964,97	100,0%	16,4%	

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na arrecadação do ICMS por Grupos Econômicos, observa-se que os setores que mais se destacaram na participação de 2013 foram: Energia Elétrica, Petróleo, Combustíveis e Gás Natural e Telecomunicações. A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

Na arrecadação do ICMS, no bimestre e acumulado, os setores que mais se destacaram foram Energia Elétrica, Petróleo, Combustíveis e Gás Natural e Telecomunicações.



- Petróleo, combustíveis e gás natural:

Bimestre: R\$ 1.280,86 milhões / + 72,3 %
Acumulado: R\$ 3.135,80 milhões / + 40,7 %

O grupo econômico de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural arrecadou R\$ 1.280,86 milhões no terceiro bimestre, gerando um aumento de 72,3% frente ao mesmo período de 2012. Em relação à participação do setor, esta corresponde a 24,8% da arrecadação de ICMS do Estado no bimestre.

O bom desempenho foi resultado de algumas atividades econômicas do setor, como: Produção e Processamento de Gás Natural, Comércio Atacadista de álcool carburante, biodiesel e gasolina e, também, pelo setor de Extração de Petróleo e Gás Natural.

A atividade econômica de produção e processamento de gás natural representa 15,3% dentro do grupo de Petróleo, Combustível e Gás Natural e, subiu 37,5% de 2012 para 2013, passando de R\$ 127,7 milhões para R\$ 220,5 milhões.

A atividade econômica de Extração de Petróleo e Gás Natural teve um aumento de 272% de 2012 para 2013, alcançando R\$ 248,4 milhões e representa 21,6% do grupo do Petróleo.

Já a atividade de Comércio Atacadista de álcool carburante, biodiesel e gasolina, foi a maior responsável pelo bom desempenho do grupo do Petróleo no bimestre. Sua arrecadação subiu 580,5% e passou de R\$ 53,9 milhões em 2012 para R\$ 367,3 milhões em 2013 e representa 32% do setor. Dentro da atividade de Comércio Atacadista o setor que mais se sobressaiu foi o da Importação; houve um aumento de 45.286% de um ano para o outro. Em 2012 a Importação era de R\$ 673 mil reais. Já em 2013 este valor subiu para R\$ 305,4 milhões.

No acumulado, o grupo de Petróleo segue com grande representatividade (21%). O grupo obteve uma variação de 40,7% de 2012 para 2013 (+ R\$ 907 milhões).



- Telecomunicações:

Bimestre: R\$ 661,34 milhões / + 4,3%
Acumulado: R\$ 1.947,03 milhões / + 6,9%

O grupo econômico de Telecomunicações apresentou um incremento de 4,3% (+ R\$ 27,32 milhões) do terceiro bimestre de 2012 para o terceiro bimestre de 2013. O grupo representa 12,8% do total do ICMS arrecadado no bimestre.

A atividade econômica responsável pelo aumento da receita foi a de Telefonia Móvel Celular, que aumentou 11,5% de um ano para o outro, alcançando R\$ 312,3 milhões. Esta atividade representa 46,6% da atividade de Telecomunicações.

Pela análise do acumulado observa-se uma variação positiva de 6,9% (+ R\$ 125,16 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, com destaque para as atividades econômicas de Telefonia Fixa e de Telefonia Móvel.

- Energia Elétrica:

Bimestre: R\$ 460,56 milhões / - 22,1%
Acumulado: R\$ 1.729,93 milhões / + 5,1%

O grupo econômico de Energia Elétrica apresentou uma queda de 22,1% (- R\$ 130,94 milhões) na arrecadação do ICMS do terceiro bimestre de 2012 para o mesmo período de 2013. Mesmo com a diminuição da receita, este setor ainda possui grande representatividade na arrecadação do ICMS do período (8,9%), e arrecadou R\$ 460,56 milhões.

O grande motivo da diminuição da arrecadação do ICMS no grupo de Energia Elétrica foram as reduções das Tarifas de Energia implementadas pelo Governo Federal no início do ano.

A atividade econômica de Distribuição de Energia Elétrica, que representa 85% do grupo de Energia Elétrica, apresentou uma queda de 20,8% e fechou o 3º bimestre de 2013 com R\$ 390,8 milhões.



No acumulado, o Grupo de Energia Elétrica se encontra com R\$ 1.729,93 milhões – uma variação positiva de 5,1% (+R\$ 83,83 milhões) frente a 2012 e representa 11,6% da arrecadação total do ICMS no ano de 2013.



IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 1.792,19 milhões / - 16,1 %

Acumulado: R\$ 4.442,06 milhões / - 9,2%

Tabela 18

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA PATRIMONIAL	2.147,89	1.792,19	-16,6%	4.893,71	4.442,06	-9,2%
Petróleo	1.892,81	1.667,32	-11,9%	4.151,34	4.123,87	-0,7%
Royalties	507,44	430,64	-15,1%	1.486,10	1.440,19	-3,1%
Part. Especial	1.384,71	1.039,19	-25,0%	2.663,31	2.484,86	-6,7%
FEP	0,66	0,58	-12,4%	1,93	1,90	-1,8%
CFT's	130,51		-100,0%	390,01		-100,0%
Aplic. Financeiras	103,65	106,02	2,3%	291,14	266,51	-8,5%
Demais Rec. Patrimoniais	20,92	18,85	-9,9%	61,22	51,68	-15,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

A Receita Patrimonial obteve um decréscimo tanto no 3º bimestre de 2013, quanto no acumulado. No bimestre, a queda foi de 16,6% (- R\$ 355,70 milhões) e no acumulado de 9,2% (- 451,65 milhões).

A queda das Receitas Patrimoniais, no bimestre e no acumulado, ocorreu em quase todas suas alíneas. Destas, somente as Aplicações Financeiras fecharam o bimestre com um valor positivo. A queda foi mais expressiva nas Receitas Royalties de Participações Especiais, e dos Certificados Financeiros do Tesouro cujas receitas terminaram em 2012.

– **Petróleo:** as Receitas Patrimoniais provenientes de Petróleo geraram R\$ 1.667,32 milhões de reais para o Estado do Rio de Janeiro no 3º bimestre de 2013, o que levou a uma variação negativa de 11,9% frente ao mesmo período de 2012. Este valor a menor é decorrente da diminuição tanto da Receita de Royalties quanto de Participações Especiais. A primeira realizou R\$ 430,64 milhões (- 15,1%; - R\$ 76,80 milhões em relação a 2012), enquanto a segunda, R\$ 1.039,19 milhões (- 25%, - R\$ 345,53 milhões). A queda das Receitas de Petróleo é consequência de uma combinação da diminuição da produção do óleo assim como de uma variação negativa do Brent. Segundos dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a produção Fluminense atingiu 13.126 mil m³ nos meses de março e abril de 2013, levando a uma variação negativa de 10,9%

A Receita Patrimonial obteve uma variação negativa de 16,6% no 3º bimestre de 2013, fruto, principalmente, da queda nas Receitas de Petróleo.



frente ao mesmo período de 2012. Mesmo com a produção mais baixa, a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro correspondeu a 72% da produção Nacional. O Brent²³, outra variável que influenciou negativamente as Receitas de Petróleo, baixou 14,1% quando comparado a 2012, atingindo o valor de US\$ 105,36. Já a Participação Especial, compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, diminuiu 25% (- R\$ 345,52 milhões).

Este resultado foi decorrente da queda na produção em grandes campos, como Roncador, Marlim, e Marlim Leste que, devido à baixa produção e ao valor mais baixo do Brent, receberam Participações Especiais menores, quando comparados a 2012.

Ao contrário da produção e do valor do Brent, a taxa de câmbio do período favoreceu as Receitas de Petróleo, uma vez que houve desvalorização do real frente ao dólar, gerando uma variação de 9,4% frente ao mesmo período de 2012. No acumulado, observa-se também a queda nas Receitas de Petróleo ao compararmos com 2012 (- 0,7% ; - R\$ 27,47 milhões), No entanto, esta foi pouco acentuada, uma vez que, no primeiro bimestre de 2013, a Receita proveniente do Petróleo obteve um grande aumento de receita.

– CFT'S: Os Certificados Financeiros do Tesouro, como já explicado em edições de boletins anteriores, não geraram receita para o Estado no terceiro bimestre de 2013, uma vez que a totalidade da receita foi antecipada para 2012.

– Aplicações Financeiras: as aplicações financeiras obtiveram um aumento pouco significativo entre o 3º bimestre de 2012 e o 3º bimestre de 2013, representado 2,3% (R\$ 106,02 milhões) de receita a maior. Ao contrário do bimestre, no acumulado, ocorreu uma redução no valor de R\$ 24,63 milhões (-8,5%), seguindo a tendência das Aplicações Financeiras ao longo de 2013, a qual é resultado de uma política de redução da taxa SELIC entre os anos.

Mesmo com a produção de Petróleo mais baixa, esta correspondeu a 72% da produção nacional no 3º bimestre de 2013.

²³ Petróleo do tipo BRENT é uma referência do mercado para a cotação do Petróleo. É um tipo de Petróleo com determinada densidade e viscosidade. O petróleo Brent foi batizado assim porque era extraído de uma base da Shell chamada Brent. Atualmente, a palavra Brent designa todo o Petróleo extraído no Mar do Norte e comercializado na Bolsa de Londres.



Tabela 19

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAR - ABR)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - ABR)		var %
	2012	2013		2012	2013	
Produção (milhões de m ³)	14,74	13,13	-10,9%	46,18	42,04	-9,0%
Brent (US\$)	122,60	105,36	-14,1%	115,64	109,71	-5,1%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	1,83	2,00	9,4%	1,80	2,02	12,6%

Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 3º bimestre são apresentados os dados de produção do 2º bimestre de 2013.



IV.I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 1.243,44 milhões / +35,0%
 Acumulado: R\$ 2.760,84 milhões / + 48,5%

Tabela 20 – Demais Receitas Correntes

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
	921,00	1.243,44	35,0%	1.858,58	2.760,84	48,5%
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	921,00	1.243,44	35,0%	1.858,58	2.760,84	48,5%
Receita de Contribuições	188,41	200,70	6,5%	582,70	690,93	18,6%
Receita Agropecuária	0,02	0,01	-54,5%	0,07	0,04	-47,3%
Receita Industrial	0,02	103,21	453.514,6%	0,12	103,35	86051,4%
Receita de Serviços	97,49	-18,44	-118,9%	168,57	183,28	8,7%
Multas e Juros de Mora	145,24	103,65	-28,6%	282,34	291,42	3,2%
Indenizações e Restituições	24,13	622,26	2478,3%	75,80	673,38	788,4%
Dívida Ativa	227,05	114,60	-49,5%	276,82	390,77	41,2%
Receitas Diversas	238,64	117,43	-50,8%	472,16	427,68	-9,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

As Demais Receitas Correntes tiveram um acréscimo de 35,0% (+ R\$ 322,44 milhões) no 3º bimestre em relação a 2012, influenciadas, principalmente, pelo aumento da receita Industrial (+ R\$ 103,19 milhões) e das receitas de Indenizações e Restituições (+ R\$ 598,13 milhões).

No acumulado, por sua vez, ocorreu um aumento de 48,5% (+ R\$ 902,26 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, destacando-se as Receitas de Contribuições (+ R\$ 108,23 milhões), a Receita Industrial (+ R\$ 103,23 milhões), a Receita de Dívida Ativa (+ R\$ 113,96 milhões) e Indenizações e Restituições (+ R\$ 597,58 milhões).

– **Receita Industrial:** Houve aumento de R\$ 103,19 milhões (+ 453.514,6%) em relação ao mesmo período do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 103,21 milhões no bimestre. Ocorreu predominância da arrecadação na Receita de Industriais de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, concentrado no mês de junho de 2013, totalizando 103,17 milhões no bimestre.

O acumulado mostrou um aumento de 86.051,4% e representa um acréscimo de R\$ 103,23 milhões em relação ao mesmo período de 2012, justificado pelos motivos citados anteriormente.



– Receitas de Serviços: Houve queda de R\$ 115,93 milhões (-118,9%) no bimestre, em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando num resultado bimestral total negativo de R\$ 18,44 milhões, influenciados, principalmente, nas contas Serviços de Juros de Empréstimos, por estornos no RIOPREVIDÊNCIA a título de ajuste para acertos de classificação, e Serviços de Processamento de Dados.

No acumulado houve um acréscimo de R\$ 14,71 milhões (+8,7%) em relação ao mesmo período do exercício anterior. O aumento é justificado nas contas Outros Serviços Financeiros, Serviços Administrativos, Serviços de Registro do Comércio e Outros Serviços.

– Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa: O crescimento das Receitas de Dívida Ativa e Multas e Juros de Mora no acumulado ainda é influenciado pelo Programa de REFIS²⁴ estadual, autorizado pela Lei Estadual nº 6.136 de 28 de dezembro de 2011. O Programa permitiu parcelamento em até 18 meses, redução de juros de mora e exclusão de multas de débitos inscritos em Dívida Ativa com vencimento até 30 de novembro de 2011 que tenham sido inscritos no programa até 31 de maio de 2012.

Outro fator relevante que influenciou o acréscimo na receita proveniente da dívida ativa e de multas e juros foi a Lei nº 6.269/2012, que alterou o cálculo da correção monetária e das multas aplicáveis. Até 01/01/2013, o reajuste era calculado com base na variação da UFIR-RJ; e após esta data passou-se a utilizar o valor da Selic acrescido de 1%, o que elevou o valor dos débitos atualizados. Adicionalmente, o valor da multa de mora passou a ser calculado por dia de atraso, ao invés dos prazos fixos da lei anterior.

A receita de Dívida Ativa teve um decréscimo bimestral de R\$ 112,45 milhões (- 49,5%) em relação ao mesmo período de 2012. Essa redução concentra-se na conta de Dívida Ativa do ICMS.

No acumulado, comparativamente ao mesmo período de 2012, houve uma variação positiva de 41,2% (+ R\$ 113,96 milhões) na receita de Dívida Ativa, sendo a maior parte desta receita originada da Dívida Ativa Tributária do ICMS.

As receitas de Multas e Juros de Mora tiveram redução de 28,6% (- R\$ 41,58 milhões) no terceiro bimestre comparado a mesmo período de 2012. Destaque para as Multas de Natureza Formal do

No acumulado, a Receita oriunda de Indenizações e Restituições apresentou um expressivo aumento de 788,4% (R\$ 597,58 milhões), composta, principalmente, da receita de Restituições Ordinárias Não Provenientes de Impostos.

²⁴ Conforme a Lei Estadual nº 6.136 de 28 de dezembro de 2011.



ICMS, Multas da Dívida Ativa do ICMS referentes a Lei Complementar Estadual Nº 134/2009 e em maior proporção aos Juros e Multas de Mora da Dívida Ativa do ICMS.

No acumulado, comparativamente ao mesmo período de 2012, houve uma variação positiva de 3,2% (+ R\$ 9,07 milhões) na Receita de Multas e Juros de Mora, garantido pelo aumento na conta de Multas e Juros de Mora do IPVA.

– Indenizações e Restituições: Apresentaram um acréscimo de R\$ 598,13 milhões (+ 2.478,3%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um total de R\$ 622,26 milhões, destacando-se as Restituições Ordinárias Não Provenientes de Impostos e Arrecadações Próprias da Administração Direta.

No acumulado, houve uma acréscimo de 788,4% (+ R\$ 597,58 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, explicado pelos mesmos motivos citados anteriormente.

– Receitas Diversas: Comparativamente ao mesmo bimestre de 2012, houve queda de 50,8% (- R\$ 121,21 milhões), totalizando R\$ 117,43 milhões no bimestre. Sob esta análise, as contas que mais contribuíram para esse resultado foram as contas de Receita Proveniente da Lei Federal nº 11.429/2006, Receita Centro de Estudos Jurídicos da PGE e em maior peso, a rubrica Demais Receitas, no que diz respeito às receitas do Tribunal de Justiça.

No acumulado, registramos queda de 9,4%, explicada pelos mesmos motivos citados anteriormente, que corresponde a uma redução de R\$ 44,48 milhões em relação ao mesmo período de 2012.



IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 876,39 milhões / - 5,5%
 Acumulado: R\$ 2.895,23 milhões / + 5,1%

Tabela 21 - Receitas de Transferências

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	927,41	876,39	-5,5%	2.755,68	2.895,23	5,1%
Transf da União	478,69	524,69	9,6%	1.446,68	1.527,81	5,6%
FPE	178,01	194,18	9,1%	515,29	544,35	5,6%
IPI exp	136,77	140,14	2,5%	360,59	392,07	8,7%
IOF	0,01	0,01	-49,5%	0,02	0,02	12,2%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	37,78	2,93	-92,3%
SUS	87,47	102,49	17,2%	263,19	309,45	17,6%
Salário Educação	56,30	62,42	10,9%	200,27	212,95	6,3%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	42,89	42,89	0,0%
Outras Transf. da União	5,83	11,16	91,2%	26,67	23,16	-13,2%
FUNDEB	421,78	392,97	-6,8%	1.248,98	1.312,00	5,0%
Convênios	26,59	-41,28	-255,2%	59,57	55,40	-7,0%
Outras Transf. Corr.	0,35	0,01	-98,4%	0,45	0,02	-94,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

O total arrecadado de Receitas de Transferências apresentou queda de R\$ 51,02 milhões no 3º bimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012.

Contudo, o resultado acumulado apresentou aumento de R\$ 139,55 milhões, alcançando o total de R\$ 2.895,23 milhões em 2013, representando um aumento de 5,1% em comparação com os seis primeiros meses de 2012.

Ainda que com o crescimento bimestral das transferências de FPE (+R\$ 16,17 milhões), IPI-Exportação (+R\$ 3,38 milhões) e SUS (+R\$ 15,01 milhões) não foram arrecadadas receitas suficientes para fazer frente às quedas nas contas do FUNDEB (-R\$ 28,81 milhões) e Convênios (-R\$ 67,87 milhões).

As transferências do FUNDEB apresentaram decréscimo bimestral de 6,8% (-R\$ 28,81 milhões). Contribuiu para esse desempenho, a queda do coeficiente de retorno do FUNDEB do Estado do Rio de

A redução do coeficiente de retorno do FUNDEB (-8,21%), resultou na queda bimestral da receita do FUNDEB.



Janeiro, com base na Portaria Interministerial nº 4 de 07/05/2013²⁵. Tal coeficiente reduziu em 8,21% a participação do ERJ no coeficiente de retorno.

No acumulado, a receita do FUNDEB apresentou aumento de R\$ 63,02 milhões (+ 5,0%), determinado pelo aumento da contribuição referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos dois primeiros bimestres de 2013.

A receita de Convênios apresentou uma queda expressiva de 255,2% no bimestre (- R\$ 67,87 milhões) derivada, principalmente, da conta Outras Transferências de Convênios da União. Para correta análise, deve-se destacar que esta conta, em especial o convênio com o Instituto Vital Brazil S.A., apresentou, em junho de 2013, um estorno no valor de R\$ 77,07 milhões de uma receita atípica recebida no mês de abril (R\$ 78,87 milhões) e dando origem à queda bimestral significativa. Já no acumulado, a queda das Transferências de Convênios de R\$ 4,18 milhões (- 7,0%) são explicados pela conta Transferências de Convênios da União destinados a Programas de Educação, com destaque para o Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que apresentou queda de 78,2% (- R\$ 6,42 milhões).

IV.I.3.2 Transferências da União

As receitas de Transferências da União apresentaram crescimento de 9,6% (+R\$ 46,00 milhões) no bimestre, em relação ao mesmo período de 2012. O resultado repetiu-se no acumulado, correspondendo a um acréscimo de R\$ 81,13 milhões (5,6%).

O razoável desempenho bimestral nas contas das receitas de FPE (+R\$ 16,17 milhões), Salário Educação (+R\$ 6,13) e SUS (+R\$ 15,01 milhões) compensaram eventuais resultados negativos em outras contas deste grupo.

²⁵ O coeficiente do retorno do FUNDEB foi reduzido de 0,36843498948, em 2012, para 0,338171020177, em 2013. Fonte: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-dados-estatisticos>



– **FPE²⁶**: A receita de FPE arrecadada no bimestre apresentou crescimento de 9,1% (+R\$ 16,17 milhões), em relação ao mesmo período de 2012.

O FPE tem como fontes o IPI e o IR. O resultado bimestral positivo dessa transferência foi produto do bom desempenho da arrecadação do Imposto de Renda, havendo tímido crescimento na arrecadação do IPI.

Com maior peso nas receitas do FPE, o IR obteve crescimento, principalmente, na parcela Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)

– Entidades Financeiras. Esse aumento concentrou-se no mês de maio e decorre de uma arrecadação extraordinária originária da venda de participação societária em bolsa de valores.

No acumulado, a receita de FPE teve aumento de 5,6% (+ R\$ 29,07 milhões), alcançando uma arrecadação de R\$ 544,35 milhões. Da mesma forma que a análise bimestral, a alta no acumulado deve-se ao crescimento nos dois impostos.

Grande parte da variação acumulada da receita do FPE esteve, novamente, presente no aumento do IR, mais especificamente o IRPJ. Tal fato explica-se pelo crescimento do imposto pago por estimativa mensal, em especial do setor financeiro.

Contribuíram também para este resultado o Imposto de Renda Pessoa Física, com o aumento no pagamento das quotas da declaração de ajuste anual e do carnê-leão, e o Imposto de Renda Retido da Fonte, pelo aumento nos derivados dos Rendimentos do Trabalho decorrente da variação nominal da massa salarial habitual. Além disso, merece destaque as receitas do Imposto de Renda Retido na Fonte relativo a Rendimentos de Residentes no Exterior, que apresentou acréscimos nominais nos itens: Royalties e Assistência Técnica e Rendimentos do Trabalho - residentes do exterior.

O resultado positivo do IR explica o aumento nos repasses do FPE, Transferência da União mais significativa para o Estado.

²⁶ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de maio e junho de 2013, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensalmai13.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensaljun13.pdf>



Quanto ao IPI, este apresentou ligeiro aumento no bimestre, a despeito da queda no IPI Vinculado à Importação. Os responsáveis por esse desempenho foram os itens IPI-Automóveis, em função da alteração de sua tabela de incidência para os fatos geradores a partir de maio de 2012, IPI-Outros, explicado pelo crescimento na produção industrial de maio de 2013 em relação a 2012 e IPI-Bebidas. Esses eventos impactaram diretamente a receita do IPI-Exportação, levando ao crescimento de 2,5% no bimestre (+R\$ 3,38 milhões).

No acumulado, o crescimento do IPI deveu-se ao desconto a título de restituições (no valor de R\$ 2.480,35 milhões) em janeiro de 2012, o que fez reduzir expressivamente a arrecadação líquida de IPI da União, distorcendo a base de comparação. Esta redução atípica em 2012 acaba por não retratar a queda na arrecadação de IPI em 2013, principalmente do IPI-Vinculado à Importação (queda na alíquota média efetiva) e do IPI-Automóveis (alteração na tabela de incidência para os fatos geradores a partir de maio de 2012). Como dito anteriormente, apesar das quedas nas receitas da União, as receitas do IPI-Exportação apresentaram crescimento de 8,7% (+R\$ 31,48 milhões).

–SUS: Dentre as Receitas de Transferências da União, as Transferências do SUS merecem destaque. Com arrecadação de R\$ 102,49 milhões no bimestre, esta receita apresentou aumento de 17,2% (+R\$ 15,01 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. Esse resultado deve-se a repasses para programas como o Programa Teto Estadual Rede de Urgência (referente às Unidades de Pronto-Atendimento) e Programa Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

No acumulado, a receita apresentou crescimento de 17,6% (+R\$ 46,26 milhões), alcançando o total de 309,45 milhões. O aumento é explicado pelos mesmos motivos citados anteriormente.

–CIDE: Não houve receita no bimestre, uma vez esta transferência é de arrecadação trimestral e os meses de maio de junho não são meses de recebimento.

No acumulado, a CIDE teve redução de R\$ 34,86 milhões (-92,3%) em decorrência do decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 e reduziu a zero as alíquotas de diversos produtos. O valor da receita de R\$ 2,93 milhões no acumulado é residual.

A queda de R\$ 34,86 milhões na CIDE ao longo do ano demonstra o impacto da desoneração nas receitas estaduais.



– OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Com arrecadação de R\$ 11,16 milhões no bimestre, esta receita apresentou crescimento de 91,2% (+R\$ 5,32 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. O aumento concentrou-se, principalmente, nas Transferências Diretas do FNDE, em especial no Programa Nacional de Merenda Escolar / 2012. Embora esta conta tenha derivado o crescimento bimestral, também foi a responsável pela queda no acumulado. Sob esta análise, houve decréscimo de 13,2% (- R\$ 3,51 milhões).

**IV.II Receitas de Capital**

Bimestre: R\$ 2.310,93 milhões / +112,3%
 Acumulado: R\$ 4.060,43 milhões / + 174,3%

Tabela 22 – Receitas de Capital

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
	RECEITAS DE CAPITAL	1.088,65	2.310,93	112,3%	1.480,11	4.060,43
Operações de Crédito	977,15	1.966,46	101,2%	1.156,17	2.659,90	130,1%
Alienação de Bens	11,51	1,36	-88,2%	17,01	1.005,93	5.815,0%
Amortiz. de Empréstimos	41,56	103,60	149,2%	103,47	106,17	2,6%
Transf. de Capital	58,40	239,52	310,1%	203,40	288,43	41,8%
Outras Rec. de Capital	0,02	0,00	-100,0%	0,06	0,00	-100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 15/07/2013.

As Receitas de Capital apresentaram aumento bimestral expressivo de 112,3% (+R\$ 1.222,28 milhões), principalmente, devido o aumento de 101,2% (+R\$ 989,31 milhões) nas Operações de Crédito - principalmente para as contas Pro-Cidades II²⁷, Metro Linha 4 Fase II e PROCOI²⁸ – e Transferência de Capital, nesta última com destaque para a transferência ao DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes).

As Transferências de Capital apresentaram crescimento de 310,1% (+R\$ 181,12 milhões) no bimestre. O aumento concentra-se na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC, dedicadas ao DNIT (Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transporte) através da Secretaria de Estado de Obras. Cabe destacar que vinha sendo observada redução nessas transferências

²⁷ A operação de crédito realizada para o Programa de Melhoria da Infra Estrutura do Estado do Rio de Janeiro para Grandes Eventos – PRÓ-CIDADES II/RJ destina-se a complementar os recursos para as seguintes intervenções: Mobilidade Urbana (Linhas 3 e 4 do Metrô, Asfalto e Estação Ferroviária do Maracanã), Segurança Pública, Cultura, Saúde Pública, Educação, Defesa Civil e Saneamento Básico.

²⁸ Os recursos resultantes da operação de crédito referente ao Programa Coordenado de Investimentos – PROCOI destinam-se a complementar os recursos para a realização das obras de infraestrutura viária da Fundação Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RJ), do Programa Pró-Moradia, Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã, de recuperação do Complexo Lagunar de Jacarepaguá e da Construção de Unidades de Segurança Pública.



relacionadas ao PAC até junho de 2013, quando houve uma transferência significativa que acarretou esse aumento acima citado.

As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 149,2% (+ R\$ 62,03 milhões) no bimestre. O aumento bimestral expressivo justifica-se na conta do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro, em especial na receita do FUNDES - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social. Devido a nova classificação de contas contábeis, em 2012, a receita oriunda do FUNDES²⁹ antes classificada como Amortização de Financiamentos Diversos (receita de capital – Amortização de Empréstimos) passou, em 2013, a ser classificada como Serviços de Juros de Empréstimos (receita corrente). No entanto, essa nova classificação foi desfeita, voltando a vigorar o acordo anterior neste bimestre. Para retificar os valores lançados anteriormente, foi feito um lançamento único em junho de 2013 com valor referente aos primeiros seis meses de 2013.

Por outro lado, as receitas de Alienação de Bens apresentaram queda de 88,2% (- R\$ 10,16 milhões) no bimestre. A redução explica-se pela receita atípica em junho de 2012 na conta Alienação de Ativos, proveniente da alienação de imóveis. No acumulado, apresentou crescimento de 5.815,0% (+ R\$ 988,93 milhões). Esse aumento expressivo é explicado pelo ingresso financeiro da receita proveniente da Venda de Títulos do RIOPREVIDÊNCIA no mês de abril, no valor de R\$ 1 bilhão a título de royalties e participações especiais.

No acumulado, os grupos Operações de Crédito e Transferências de Capital, somados a Alienações de Bens, impactaram positivamente as Receitas de Capital, permitindo que alcançassem R\$ 4.060,43 milhões, um aumento de 174,3% (+ R\$ 2.580,33 milhões).

O crescimento das Operações de Crédito foi motivado pelas mesmas operações de crédito responsáveis pelo crescimento bimestral. Em comparação ao ano primeiro semestre de 2012, as Operações de Crédito mostram crescimento de 130,1% (+ R\$ 1.503,73 milhões).

O crescimento das Transferências de Capital no acumulado foi de 41,8% (R\$ 85,04 milhões), em todo ano de 2013, devendo-se ao mesmo motivo do bimestre.

As receitas provenientes de Operações de Crédito garantiram a entrada de recursos de quase R\$ 2 bilhões no bimestre.

²⁹ O FUNDES (Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social) tem a finalidade de financiar programas e projetos prioritários em setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do Estado.



Também contribuiram as receitas referentes à Amortização de Empréstimos que fecharam com crescimento de 2,6% (+ R\$ 2,70 milhões) dado o aumento de recursos no Fundo UPP Empreendedor.



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

Até o 3º bimestre, conforme apresentado na Tabela 23 – Execução LOA 2013, foram liquidadas R\$ 31,22 bilhões em despesas pelo ERJ, incluindo as intra-orçamentárias: R\$ 28,57 bilhões no âmbito do Poder Executivo e R\$ 2,65 bilhões inerente aos demais Poderes e ao Ministério Público Estadual.

No que tange ao orçamento 2013, a dotação atual – despesas autorizadas pela Lei Orçamentária - já alcançou a cifra de R\$ 77,95 bilhões, estando, atualmente, R\$ 2,05 bilhões contingenciados, a fim de manter o equilíbrio da equação orçamentária.

A tabela a seguir evidencia a despesa total do Estado, distinguido, em sua análise, o Poder Executivo dos demais Poderes.

Neste primeiro semestre, já foram executados R\$ 31,22 bilhões, dos quais R\$ 28,57 bilhões (91,52%) foram inerentes ao Poder Executivo.

Tabela 23 – Execução LOA 2013

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A JUN								RS Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.	
2012	DESPESA SEM INTRA	56.436	59.518	1.642	57.876	27.046	25.320	
	DESPESA INTRA	2.351	2.227	0	2.227	990	957	
	DESPESA TOTAL	58.787	61.745	1.642	60.103	28.036	26.277	
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	69.311	2.053	67.258	30.081	27.013	
	DESPESA INTRA	2.694	2.926	0	2.926	1.645	1.555	
	DESPESA TOTAL	67.386	72.238	2.053	70.185	31.727	28.568	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.	
2012	DESPESA SEM INTRA	4.854	5.015	0	5.015	3.155	2.247	
	DESPESA INTRA	392	392	0	392	216	181	
	DESPESA TOTAL	5.246	5.407	0	5.407	3.371	2.427	
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	5.160	0	5.160	3.331	2.420	
	DESPESA INTRA	555	555	0	555	290	227	
	DESPESA TOTAL	5.354	5.715	0	5.715	3.620	2.648	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

**V.II Créditos Adicionais**

Até junho, excluindo da análise as despesas intra-orçamentárias, o Orçamento 2013 do ERJ foi suplementado em R\$ 4,98 bilhões, evidenciando um acréscimo de 7,17% em relação à previsão inicial autorizada.

Este acréscimo ocorreu, principalmente, pelo ingresso de recursos vinculados, que não integravam o orçamento inicial: no âmbito dos recursos do Tesouro registra-se notória evolução, R\$ 3,84 bilhões, principalmente por conta das Operações de Crédito contratadas pelo ERJ (R\$ 3,74 bilhões), e nas Demais Fontes de Recursos acréscimo de R\$ 1,14 bilhão, sendo R\$ 444 milhões oriundos de Convênios e R\$ 692 milhões em outras fontes de recursos para incorporação de superávits financeiros e excesso de arrecadação, conforme indicado na Tabela 24 – Alterações no Orçamento 2013.

As principais ações suplementadas estão apresentadas na Tabela 25 – Alterações Orçamentárias – Principais Ações, merecendo destaque a Implantação de Novas Linhas Metroviárias, extensão de R\$ 1,28 bilhão, seguida da Implantação de Projetos de Infraestrutura, com adição de R\$ 692,03 milhões, ambas suplementadas exclusivamente por Operações de Crédito (FR 11).

V.III Despesas por Fontes

Durante esses primeiros seis meses do exercício, as despesas custeadas com Recursos do Tesouro atingiram 70,79% (R\$ 20,83 bilhões) do total da despesa realizada, no conceito de liquidação (R\$ 29,43 bilhões), basicamente suportadas pelos recursos provenientes de impostos (Fonte 00), receitas próprias do ente. Quando comparada ao mesmo período de 2012, verifica-se um ligeiro aumento de 4,77% (+R\$ 948,82 milhões) nesta FR, e um significativo incremento de 6,77% (+R\$ 1.866 milhões) no total de despesas por fonte de recursos.

Tabela 24 – Alterações no Orçamento 2013

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A JUN 2013				RS Milhões
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOT. ATUAL	
TESOURO	49.869	3.845	53.714	
OP. CRÉDITO	6.092	3.744	9.836	
DEMAIS FONTES	19.622	1.136	20.758	
CONVÊNIOS	1.898	444	2.341	
OUTRAS	17.724	692	18.417	
TOTAL	69.491	4.981	74.471	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

Exceto despesas intra-orçamentárias

Tabela 25 – Alterações Orçamentárias – Principais Ações

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A JUN 2013		RS Milhões
PRINCIPAIS AÇÕES	CRÉDITOS ADICIONAIS	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	1.283	
Implantação de Projetos de Infraestrutura	692	
Implantação de Ações de Apoio Grandes Eventos	398	
Reforma do Complexo do Maracanã	339	
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	303	
SUBTOTAL	3.016	
OUTRAS DEMANDAS	1.965	
TOTAL	4.981	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

Exceto despesas intra-orçamentárias

Tabela 26 – Despesas por FR

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA POR FONTE DE RECURSO		Variação %
	2012	2013	
RECURSOS DO TESOURO	19.887	20.835	4,77%
DEMAIS FONTES*	69	24	-65,41%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	7.430	8.284	11,5%
DEMAIS FONTES**	182	290	59,3%
TOTAL	27.567	29.433	6,77%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em xx/xx/2013.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

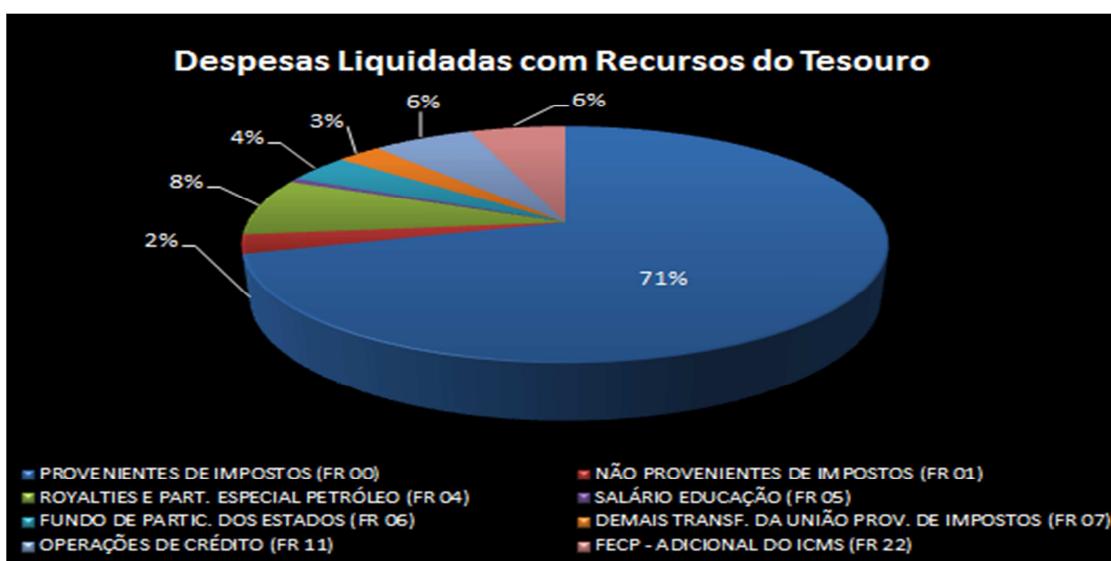
* Fontes de Recursos 20, 21, 26, 90, 95

** Fontes de Recursos 23, 24, 96, 97, 98, 99



Ainda no âmbito das despesas financiadas com Recursos do Tesouro neste semestre, quando comparadas a igual período de 2012, as Demais Transferências da União Provenientes de Impostos (FR 07), apresentaram um crescimento de R\$ 383,82 milhões, as Operações de Crédito (FR 11), R\$ 901,88 milhões e o FECP - Adicional do ICMS (FR 22), R\$ 248,86 milhões. O Gráfico 6 – Despesas Liq. – FR Tesouro demonstra a participação dessas fontes na composição dos Recursos do Tesouro.

Gráfico 6 – Despesas Liq. – FR Tesouro



Cabe ressaltar que os recursos recebidos Da União, vinculados à FR 07 apresentaram expressiva participação no pagamento da Dívida Pública (R\$ 465,17 milhões), diferentemente do ocorrido em 2012, onde parte dessa despesa foi paga com Operações de Crédito (FR11).

A Tabela 27 – Ações Financiadas FR 11 demonstra por Ação a despesa financiada com Operações de Crédito, evidenciando que o maior valor foi aplicado na Implantação da Linha 4 do Metrô sob a gestão da RIOTRILHOS.

Com relação às Outras Fontes, as despesas, neste semestre, somaram R\$ 8,57 bilhões, 12,6% maior do que em 2012 (+R\$ 962,26 milhões). A maior aplicação (79,0%) ocorreu na FR10 (Arrecadação Própria da Administração Indireta), basicamente RIOPREVIDÊNCIA no pagamento de inativos e pensionistas, sendo seguida pela FR 15 (FUNDEB – retorno de parcela dos recursos repassados ao FUNDO do ERJ, para aplicação em sua rede de Ensino), R\$ 1.052,44 . O Gráfico 7 - Despesas Liq. – Outras

Tabela 27 – Ações Financiadas FR 11

Ações Financiadas com Operações de Crédito		Valores em R\$
	JAN - JUN 2013	Valor
Recup Reg. Serrana		11.595.713
Reestr Delegacias Legais e Órg Investigativos		16.200.416
Gestão da Frota		21.878.244
Gestão da Dívida Interna-Refinanciada		38.534.866
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ		41.384.740
Implantação de Projetos de Infraestrutura		100.924.714
Reforma do Complexo do Maracanã		274.749.980
Implantação de Novas Linhas Metroviárias		642.656.912
Demais Ações		103.867.892
TOTAL		1.251.793.477

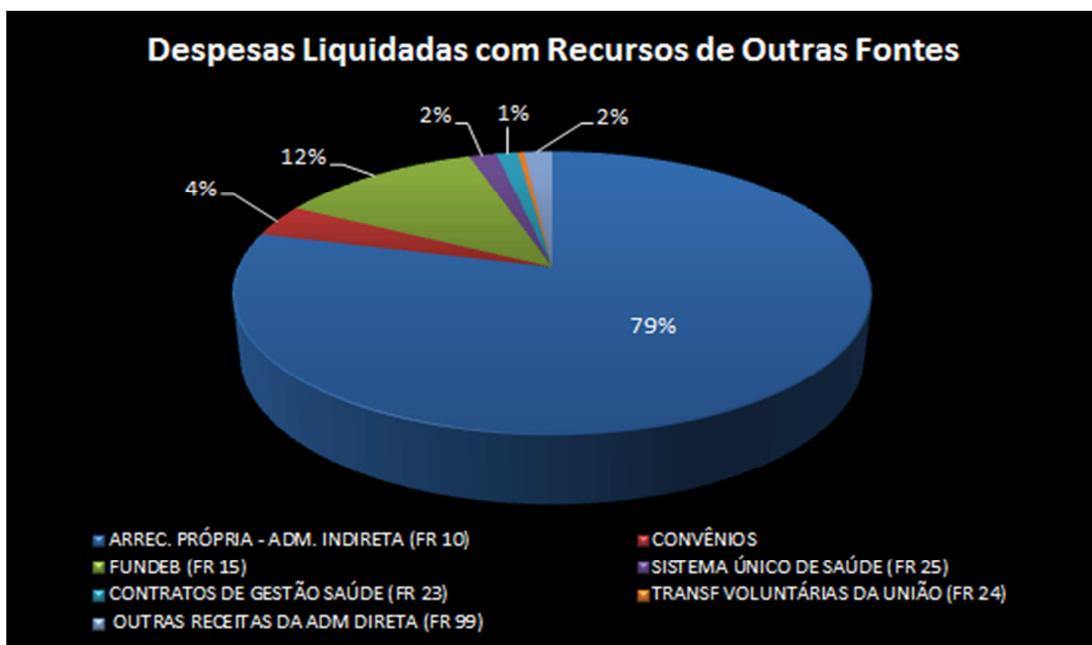
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 22/05/2013



Fontes demonstra a participação dessas fontes na composição deste grupo de FR. Inclui-se ainda nesta análise a despesa financiada com a FR 23 - Contratos Intra-orçamentários de Gestão de Saúde, para pagamento de servidores contratados pela Fundação Saúde (R\$ 110,95 milhões).

Gráfico 7 - Despesas Liq. – Outras Fontes





V.IV Despesas por Grupo

Tabela 28 – Despesas por Grupo

	CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	MAIO A JUN		Variação %	JAN A JUN		Variação %
			2012	2013		2012	2013	
- Despesas Correntes Total:	CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.333	2.783	19,29%	6.807	8.095	18,92%
		1.1 - PODER EXECUTIVO	1.771	2.152	21,50%	5.108	6.218	21,74%
		1.2 - OUTROS PODERES	562	631	12,31%	1.699	1.877	10,46%
		2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	419	528	26,11%	1.268	1.425	12,36%
		3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.797	5.451	13,63%	14.665	16.597	13,17%
		3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	1.646	1.957	18,89%	3.830	4.586	19,73%
		3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.468	1.772	20,73%	3.397	4.121	21,32%
		3.1.2 - OUTROS PODERES	178	184	3,75%	433	465	7,26%
		3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.741	1.957	12,40%	5.027	5.697	13,32%
		3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.410	1.537	9,01%	5.808	6.314	8,72%
- Despesas de Capital Total:	CAPITAL	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)				1.388	1.293	-6,85%
		3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.410	1.537	9,01%	4.420	5.021	13,61%
		TOTAL - DESP. CORRENTES (DC)	7.549	8.762	16,07%	22.741	26.118	14,85%
		4 - INVESTIMENTOS	748	1.307	74,71%	1.314	1.853	41,04%
		4.1 - PODER EXECUTIVO	700	1.280	82,90%	1.200	1.775	47,92%
		4.2 - OUTROS PODERES	48	27	-43,80%	114	78	-31,35%
		4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS						
		5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	31	15	-51,99%	108	58	-46,67%
		6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	342	428	25,30%	1.057	1.405	32,97%
		TOTAL - DESP. CAPITAL (DK)	1.121	1.751	56,17%	2.479	3.316	33,76%
		SUBTOTAL (DC + DK)	8.670	10.513	21,26%	27.567	29.433	6,77%
		FUNDEB*	794	897	12,96%	2.348	2.709	15,38%
		TOTAL GERAL	9.464	11.409	20,56%	27.567	32.142	16,60%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 15/07/2013

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE.

*Em 2013, o cálculo do FUNDEB passou a ser feito por meio de contas redutoras.

A análise pela ótica da classificação Econômica da despesa pública (art. 12 da Lei nº 4.320/1964) dá visibilidade ao peso de cada Categoria no total aplicado no período.

A Tabela 28 – Despesas por Grupo ao lado demonstra que as Despesas Correntes, onde se incluem as Contribuições para o FUNDEB (contabilizado em conta retificadora) requereram 89,68 % do gasto do semestre, enquanto as despesas de Capital apenas 10,32% do gasto. O total liquidado no semestre 42,34% da dotação disponível está compatível com o período, já que nos primeiros meses do ano a execução é um pouco lenta, com tendência a acelerar no segundo semestre, quando o cumprimento de etapas dos investimentos em andamento começa a ser liquidado.

No que tange às Despesas Correntes, cabe destacar a significativa participação das Transferências Obrigatorias, despesas não

Até junho, o ERJ executou, incluindo o FUNDEB, R\$ 32,14 bilhões em despesas, 42,35% do orçamento disponível. Um aumento de 16,60% (+R\$ 4,57 bilhões) frente ao mesmo período de 2012.



discricionárias, (repasse constitucionalmente assegurado aos municípios e pagamento de encargos com a União referente à antecipação da receita de Royalties, pactuada em 1999, para capitalizar o RIOPREVIDÊNCIA). Quando comparada a iguais períodos de 2012, no acumulado até julho esta despesa cresceu 8,72% (+R\$ 506,39 milhões) e no bimestre 9,01% (+R\$ 127,06). As despesas com Inativos e Pensionistas aumentaram 13,32% (+R\$ 669,77 milhões) e no bimestre 12,40% (+R\$ 215,96 milhões), reflexo dos benefícios salariais concedidos ao longo de 2012 aos servidores em atividade.

As Despesas de Custeio, basicamente manutenção das atividades dos órgãos, cresceram, neste 3º bimestre 18,89%, (+R\$ 310,91 milhões) e, no acumulado do semestre, 19,73% (+R\$ 755,80 milhões). Grande parte desse crescimento é resultado da expansão de programas sociais (Bilhete Único, Renda Melhor e Aluguel Social). Em valores absolutos, o maior crescimento está registrado na Função Saúde (+R\$ 300,40 milhões), seguido da Função Educação (+R\$ 105,80 milhões), que também participam com os maiores percentuais no gasto do período, respectivamente, 25,36% e 15,74%.

As Despesas de Capital, (Investimentos) cresceram no semestre 41,04% (+R\$ 539,15 milhões); no bimestre, em relação ao mesmo período de 2012, 74,71% (+R\$ 559,03 milhões), refletindo, basicamente, o término das Obras do Maracanã, a continuidade da construção da Linha 4 do Metrô e ações de apoio ao Desenvolvimento aos Municípios, inclusive Recuperação da Região Serrana.

Por fim, o pagamento da Amortização da Dívida vem apresentando significativas variações, no bimestre (25,30%) e no acumulado (32,97%), seguindo o crescimento da receita, já que o pagamento é limitado a 13% da Receita Líquida Real, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 9.496/97.

A seguir estão detalhados os gastos, as variações e as principais ações por grupo de despesa.



➤ Despesas de Pessoal

Tabela 29 - Despesas de Pessoal

R\$ Milhões

No bimestre: R\$ 2,78 bilhões/ +19,29%	ÓRGÃO	MAIO A JUN		Variação %	JAN A JUN		Variação %
		2012	2013		2012	2013	
	Segurança	445	621	39,33%	1.374	1.829	33,15%
	Educação	430	428	-0,36%	1.107	1.223	10,47%
	Saúde	208	223	7,27%	595	599	0,66%
	Defesa Civil	158	175	10,52%	378	514	35,95%
	Ciência e Tecnologia	117	173	48,30%	440	496	12,88%
	DEMAIS ÁREAS	975	1.163	19,30%	2.913	3.433	17,86%
	TOTAL	2.333	2.783	19,29%	6.807	8.095	18,92%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Na Tabela 29 - Despesas de Pessoal, Despesas de Pessoal, dá-se destaque aos órgãos que apresentaram as maiores variações positivas no semestre, aí incluídos os gastos das Unidades Orçamentárias que integram cada um deles (entidades supervisionadas).

Os maiores crescimentos no semestre estão registrados nas Secretarias de Defesa Civil e de Segurança, aí incluídas a PCERJ e a PMERJ. A primeira com um aumento de 35,95% (+R\$ 135,94 milhões) e a segunda com incremento de 33,15% (+R\$455,38 milhões), por conta de benefícios concedidos ao longo do segundo semestre de 2012. O valor do Auxílio Moradia³⁰ passou a ser fixado em 107,5% do salário para todos os servidores, independentemente do nível de graduação; foi autorizado o pagamento antecipado do reajuste, antes concedido de forma parcelada até 2014, resultando num incremento de 22% no salário e foram autorizadas gratificações pelo exercício do trabalho acima da carga horária normal e nos dias de folga: Gratificação pelo Regime Adicional de Serviços – RAS, (Decreto 43.538, de 03/04/2012), que estabeleceu o PROEIS (Programa Estadual de Integração na Segurança) – e o PROESP (Programa Estadual de Segurança nos Serviços Públicos em Regime de Concessão).

Neste 1º semestre, as despesas do Estado com Pessoal requereram R\$ 8,10 bilhões – um aumento de 18,92%, ou seja, R\$ 1,23 bilhão, em relação a igual período de 2012.

Tabela 30 - Vencimento básico do professor docente I

VENCIMENTO BASE				Em R\$
CARGO	REF.	Maio de 2013	Junho de 2013 Reajuste 8%	
PROFESSOR DOCENTE I 16 HORAS	3	1.001,82	1.081,97	
	4	1.122,02	1.211,79	
	5	1.256,67	1.357,20	
	6	1.407,16	1.519,73	
	7	1.576,38	1.702,49	
	8	1.765,54	1.906,78	
	9	1.977,40	2.135,59	
	3	1.878,40	2.028,67	
	4	2.103,81	2.272,11	
PROFESSOR DOCENTE I 30 HORAS	5	2.356,26	2.544,76	
	6	2.638,42	2.849,49	
	7	2.955,70	3.192,16	
	8	3.310,39	3.575,22	
	9	3.707,63	4.004,24	

³⁰ Lei Estadual 6.162/2012.



A variação apurada na análise acumulada de 10,47% (+R\$ 115,94 bilhões), na Educação, deu-se basicamente por conta do reajuste salarial de 8% concedido aos servidores ativos da Secretaria, do DEGASE e da FAETEC (Decreto Nº 6.475 de 17/06/2013) e do enquadramento dos profissionais por qualificação³¹, Tabela 31 – Adicional de qualificação, ao lado.

Contribui ainda para a variação apontada a equiparação dos vencimentos de Supervisores e Orientadores Educacionais e de Inspetores Escolares, ao salário base dos profissionais de nível superior de 16 e de 30 horas semanais; os vencimentos para carga horária de 25h agora variam entre R\$ 1.990 e R\$ 3.336.

Tabela 31 – Adicional de qualificação Em R\$

Nível de Escolaridade	Carga Horária	Valor Adicional de Qualificação
MESTRADO	Professor - 16h / 22 h / 25h	236
	Professor - 40 h	472
DOUTORADO	Professor - 16h / 22 h / 25h	472
	Professor - 40 h	946

➤ Outras Despesas Correntes

As Despesas Correntes registram consideráveis crescimentos, tanto no bimestre, como no acumulado: 13,63% (+R\$ 653,93 milhões) e 13,17% (+R\$ 1,93 bilhão) respectivamente. A Tabela 32 – Outras Despesas Correntes – Principais Ações apresenta as principais ações executadas neste grupo de despesas, com destaque para as ações de Saúde que apresentaram uma variação positiva no semestre de 50,62%, representando em valores absolutos R\$ 239,89 milhões.

No 3º bimestre de 2013, em Outras Despesas Correntes, foram aplicados R\$ 5,45 bilhões (+13,63%), e, no acumulado, R\$ 16,59 bilhões (+13,17%).

Tabela 32 – Outras Despesas Correntes – Principais Ações

AÇÕES	NO BIMESTRE		Variação %	ATÉ O BIMESTRE		Variação %
	2012	2013		2012	2013	
Apoio às Ações de Saúde (Manut. Hospitais, OS, UPA, Gestão Compart., Contratação Saúde Priv., Assist. Alta Complex.)	246.773	329.835	33,66%	473.858	713.748	50,62%
No bimestre: Ações dos Demais Poderes	177.789	184.460	3,75%	433.432	464.893	7,26%
R\$ 5,45 bilhões/ +13,63 %	74.090	85.727	15,71%	199.532	255.862	28,23%
No acumulado: R\$ 16,60 bilhões/ +3,17%	32.985	48.424	46,80%	106.393	149.266	40,30%
Apoio à Operacionalização do Bilhete Único	38.091	52.522	37,88%	99.010	109.256	10,35%
Renda Melhor + Aluguel Social	16.480	26.682	61,91%	32.238	66.832	107,31%
FAPERJ - Apoio a Pesquisadores	1.059.419	1.228.886	16,00%	2.485.647	2.826.051	13,69%
Incentivo ao Esporte*	1.645.627	1.956.535	18,89%	3.830.110	4.585.907	19,73%
Demais Desp. Custeio	1.741.386	1.957.349	12,40%	5.027.339	5.697.112	13,32%
Subtotal CUSTEIO	1.409.852	1.536.915	9,01%	5.807.971	6.314.362	8,72%
INATIVOS E PENSIONISTAS	4.796.865	5.450.799	13,63%	14.665.421	16.597.380	13,17%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS						
TOTAL						

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

*Rio 2016 + Realização de Atividades Esportivas

³¹ Criado pela Lei nº 1.614 de 24 de janeiro de 1990.



Já no bimestre, essas ações responderam por um incremento de R\$ 83,06 milhões (+33,66%), resultado da implantação do Sistema de Gestão Compartilhada Parcial e Integral nas UPAs e em Unidades Próprias, além da contratação de Serviços de Saúde, Assistência Hospitalar e Ambulatorial em Medicina de Alta Complexidade. No acumulado do período requereram R\$ 713,75 milhões.

A Operacionalização do Bilhete Único, importante programa voltado para o trabalhador fluminense requereu no 3º bimestre R\$ 85,73 milhões e no acumulado do ano R\$ 255,86 milhões. O repasse para empresa RIOCARD, que administra a utilização do benefício, encontra-se em um patamar de R\$ 10 milhões/semana. O aumento do repasse foi o resultado do crescimento significativo de usuários cuja utilização já supera 200 milhões de transações em 2013, mais de 20 milhões a mais do que no mesmo período em 2012, conforme demonstrados nos gráficos abaixo.

Gráfico 9 – Quantidade Acumulada de Transações no Bilhete Único

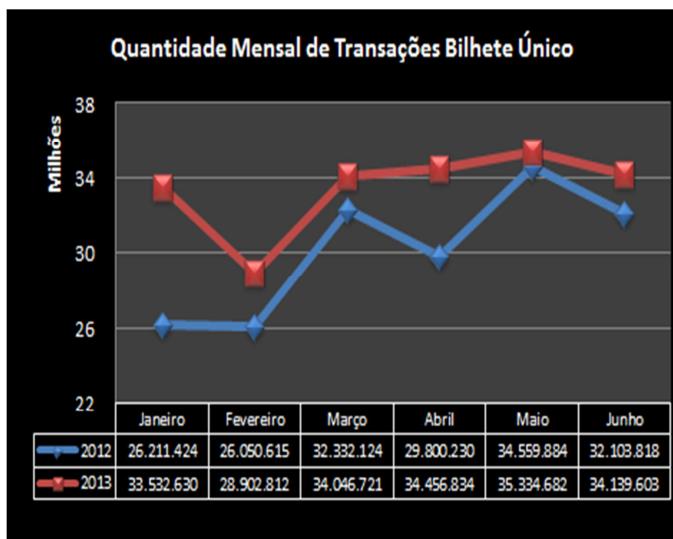
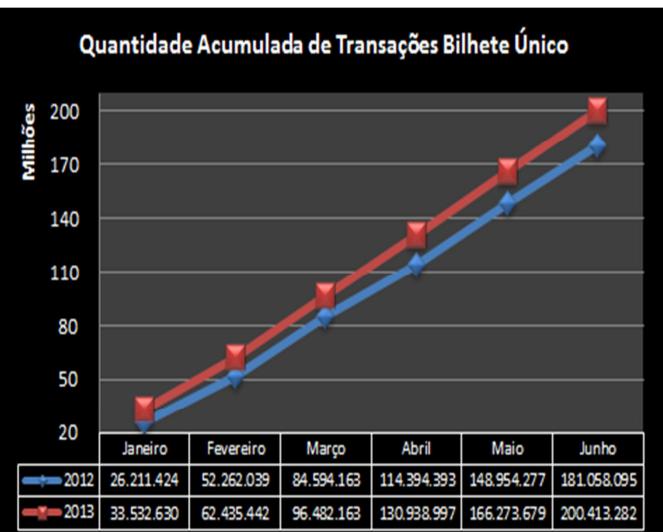


Gráfico 8 – Quantidade Mensal de Transações no Bilhete Único



Também merecem destaque as ações Renda Melhor e Aluguel Social, com significativo aumento de R\$ 18,90 milhões, quando comparado ao acumulado até o 3º bimestre de 2012 (+40,3%), resultado do aumento de beneficiados.

Por fim, outro ponto relevante foi o acréscimo verificado, tanto no acumulado como no bimestre, nas ações de Incentivo ao Esporte: +107,31% (+R\$ 35,6 milhões) e +61,91% (+R\$ 10,2 milhões)



respectivamente, que incluem as despesas do evento Soccerex , R\$ 16,8 milhões, realizado em 2012.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Tabela 33 - Investimento e Inversão Financeira

	PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A JUN		Variação %
		2012	2013	
No acumulado: R\$ 1,91 bilhões/ +34,35%	Implantação de Projetos de Infraestrutura	22.183	102.954	364,10%
	Reforma do Complexo do Maracanã	106.141	424.750	300,17%
	Implantação de Novas Linhas Metroviárias	191.516	642.657	235,56%
	Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	31.161	76.644	145,96%
	Ações de Educação (Ampliação da Rede e Infraestrutura e Desenv. EstudosFAPERJ)	41.861	79.390	89,65%
	Projetos de Gestão Ambiental(Lixão Zero, Projeto Iguaçu e Rio Mais Limpo)	41.606	47.698	14,64%
	Ações PAC (Urbanização de Comunidades)*	19.653	19.847	0,98%
	Projetos de Segurança Pública (Gestão da Frota e Reestruturação de Delegacias Legais)	55.667	38.403	-31,01%
	Recuperação da Região Serrana	67.133	19.571	-70,85%
	Ações de Apoio aos Municípios (Pró-Investe e Somando Forças)	245.693	32.154	-86,91%
	SUBTOTAL	822.616	1.484.069	80,41%
	DEMAIS AÇÕES	599.516	426.605	-28,84%
	TOTAL	1.422.131	1.910.675	34,35%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Tabela 33 - Investimento e Inversão Financeira demonstra as principais ações de Investimentos e Inversões Financeiras no período. No acumulado até junho, a variação foi de 34,35% (+R\$ 488,54 milhões), comentando-se, a seguir, as de maior crescimento.

Analizando essas informações pela ótica do incremento percentual, observa-se que, até o 3º bimestre, a Implantação de Projetos de Infraestrutura registra uma variação positiva de 364% quando comparada à execução de igual período em 2012. São obras voltadas para implantação e conservação da malha rodoviária estadual em geral e, em particular, para o segmento de contorno no município de Barra do Piraí e construção de viaduto no município de Três Rios. Na esteira dos serviços de conservação de rodovias foram beneficiados diversos municípios, dentre outros, Rio das Flores, Duque de Caxias, Cabo Frio, Guapimirim, Cachoeira de Macacu, Rio Bonito, Sumidouro, Queimados, e São Gonçalo, além de outros das Regiões Sul Fluminense, Baixada Litorânea, Costa Verde e Região Metropolitana. Muitos deles incluídos no Programa “Asfalto na Porta”, que realiza serviços de drenagem, pavimentação, meio fio, acessibilidade, sinalização e aplicação de asfalto em vias urbanas.

Neste 1º semestre o ERJ ampliou suas despesas com Investimentos e Inversões Financeiras; a despesa liquidada totalizou R\$ 1,91 bilhão, dos quais 63,31% foram financiados com operações de crédito. Em relação a 2012, crescimento de 34,35%, (+ R\$ 488,54 milhões).



A segunda maior variação percentual positiva, 300,17%, ocorre por conta das obras de Reforma do Complexo do Maracanã, iniciadas em 2009, com a adequação do Estádio Mario Filho aos pré-requisitos estabelecidos pela FIFA. Neste ano o aporte para a finalização das obras foi de R\$ 424,75 milhões, quase em sua totalidade recursos de operações de crédito contratadas junto ao BNDES. Para dar continuidade aos demais investimentos exigidos pelo COI para a realização dos Jogos Olímpicos, e, para a manutenção do Complexo, foi firmado o Contrato de PPP (Parceria Público Privada) Nº 27/2013, na modalidade de Concessão Administrativa com o Consórcio Maracanã S.A integrado pelas empresas IMX, Odebrecht e AEG, vencedor do processo licitatório.

A Implantação de Novas Linhas Metroviárias também tem requerido considerável soma de recursos: incremento de 235,56% no semestre em relação a igual período de 2012, na continuidade das obras de expansão da estação General Osório e da interligação entre as linhas 1 e 4 do metrô, basicamente financiadas com recursos de operações de crédito, contrato de financiamento do ERJ com o BNDES - Programa Pró-Cidades .

No Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em parceria com o Governo Federal, no semestre foram aplicados R\$95,48 milhões na continuidade da Implantação do Arco Metropolitano e das obras de Urbanização em Comunidades de baixa renda.

O primeiro, com variação significativa de 146%, contempla obras e serviços de implantação, terraplanagem, drenagem na rodovia do entorno da Região Metropolitana do ERJ para desviar o intenso tráfego de veículos que apenas atravessam a cidade. O segundo, Urbanização de Comunidades, vem beneficiando os Complexos de Manguinhos, Alemão e Pavão-Pavãozinho; neste 1º semestre de 2013, o montante direcionado ao projeto alcançou R\$ 19,85 milhões.

Na continuidade da Implantação de Novas Linhas Metroviárias, no neste 1º semestre foram aplicados R\$ 642,66 milhões, aumento de 236% ao apurado em 2012, refletindo o comprometimento do Estado com a mobilidade urbana.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em parceria com o Governo Federal, neste primeiro semestre de 2013, direcionou R\$ 96,49 milhões na continuidade dos projetos de Urbanização de Comunidades e de Implantação do Arco Metropolitano.



V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ³², FECAM³³ e FEHIS³⁴.

Com o objetivo de garantir aplicação de recursos públicos em importantes funções do Estado - educação e saúde, a Constituição Federal determinou percentuais mínimos da receita arrecadada pelos entes públicos a serem aplicados em tais áreas.

Os Artigos 198 e 212 da Carta Magna determinam, respectivamente, com base nos recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado, que 12% sejam aplicados em ações e serviços públicos de saúde e, 25%, em manutenção e desenvolvimento da educação.

O Estado do Rio de Janeiro ainda possui outras três vinculações: o Art. 332 da Lei Maior determina a destinação de 2% da receita tributária (deduzidas às transferências e vinculações legais) à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ. Por fim, a Lei Nº 1.060 de 1986, vincula 5% da receita proveniente de compensação financeira por exploração do petróleo ao Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM – e a Lei Nº 4.056, a qual instituiu o Fundo Estadual de Combate a Pobreza, estabeleceu que 10% de seus recursos devem ser aplicados no Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FEHIS).

A Tabela 34 – Índices Constitucionais ao lado apresenta a execução parcial dos índices neste primeiro semestre do exercício, evidenciando a Receita Total sobre a qual incidirá o percentual mínimo estabelecido e a Despesa Total liquidada seguindo os parâmetros exigidos para a contabilização dos índices.

O acompanhamento destes resultados ao longo do ano, bem como sua apresentação neste relatório, assume fins de planejamento e controle do cumprimento de tais despesas vinculadas, as quais são rigorosamente apuradas no final do exercício.

Tabela 34 – Índices Constitucionais

PERÍODO	EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			RS Milhares	
	JAN - JUN		Variação		
	2012	2013			
EDUCAÇÃO					
RECEITA BASE	13.855.270	16.169.978	16,71%		
DESPESA LIQUIDADA*	3.218.398	3.942.192	22,49%		
FUNDEB**	2.347.752	2.708.771	15,38%		
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	3.463.817	4.042.494	16,71%		
% ÍNDICE	23,23%	24,38%	1,15%		
SAÚDE					
RECEITA BASE	13.855.251	16.169.957	16,71%		
DESPESA LIQUIDADA***	1.267.005	1.489.910	17,59%		
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.662.630	1.940.395	16,71%		
% ÍNDICE	9,14%	9,21%	0,07%		
FAPERJ					
RECEITA BASE	8.222.238	9.647.066	17,33%		
DESPESA LIQUIDADA	126.494	150.495	18,97%		
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	164.445	192.941	17,33%		
% ÍNDICE	1,54%	1,56%	0,02%		
FECAM					
RECEITA BASE	3.946.166	3.616.519	-8,35%		
DESPESA LIQUIDADA	69.824	98.674	41,32%		
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)****	197.308	504.094	155,49%		
% ÍNDICE	1,77%	2,73%	0,96%		
FEHIS					
RECEITA BASE	1.276.322	1.386.749	8,65%		
DESPESA LIQUIDADA	96.264	88.882	-7,67%		
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	127.632	138.675	8,65%		
% ÍNDICE	7,54%	6,41%	-1,13%		

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

** Valor pela Conta Redutora em 2013

*** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde e desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

**** Em 2013, valor equivalente a 5% da receita somado ao adicional do Pré-Sal.

³² FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

³³ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

³⁴ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



Por fim, cabe novamente ressaltar que neste exercício houve uma importante mudança em relação à contabilização do FUNDEB para o índice da Educação: o controle passou a ser realizado por meio de contas redutoras na receita, não mais havendo execução de despesa nos projetos de Perda Líquida do Estado (parcela aplicada pelo Estado nos municípios) e o Retorno do FUNDEB (aplicação direta do Estado pela Secretaria de Educação).

Desta forma o valor de R\$ 2,71 bilhões, até o terceiro bimestre, corresponde à aplicação total do Estado para o Fundo. A SEEDUC mantém a execução dos recursos provenientes da FR 15 (FUNDEB) na função Educação, decorrentes do montante que compete à aplicação direta do Estado.

➤ Educação

A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 3,94 bilhões até o 3º bimestre. A Tabela 35 – Aplicação na Função ao lado demonstra a despesa executada por grupo, computada no limite mínimo constitucional. O total liquidado representou 24,38% da receita realizada até o bimestre (demonstrada na Tabela 34 – Índices Constitucionais), percentual próximo aos 25% estabelecidos constitucionalmente.

O grupo Outras Despesas Correntes compõe a maior parcela de aplicação por agrupar as despesas de custeio e a contribuição ao FUNDEB, que representa 68,71% do índice da Educação. O custeio inclui todas as despesas relacionadas ao funcionamento, manutenção e administração da rede de ensino. As despesas que mais contribuíram para o aumento apurado (+29,6%) foram: custeio e administração das unidades escolas (+R\$ 14,90 milhões), apoio administrativo (+R\$ 6,57 milhões), pagamento dos tutores (+R\$ 3,68 milhões) que trabalham no ensino à distância, e a concessão de auxílio qualificação (+R\$ 3,35 milhões).

Em relação às despesas de pessoal, a variação positiva de 49,86% (+R\$ 288,20 milhões) decorreu, principalmente, do aporte dos recursos do Tesouro no RIOPREVIDÊNCIA para atender antecipação do pagamento das contribuições patronais do Estado, influenciando na análise das despesas de pessoal liquidadas entre os exercícios.

Tabela 35 – Aplicação na Função

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2013	Em R\$
	2012	2013			
Pessoal	577.951.923	866.147.233	49,86%	21,97%	
Outras Desp. Correntes	2.605.028.314	3.042.354.420	16,79%	77,17%	
Custeio*	257.276.433	333.583.332	29,66%	8,46%	
FUNDEB*	2.347.751.881	2.708.771.088	15,38%	68,71%	
Investimento/Inversões	35.652.721	38.452.615	7,85%	0,98%	
RP Cancelado	235.114	4.762.034	1925,41%	0,12%	
TOTAL GERAL	3.218.397.843	3.942.192.233	22,49%	100,00%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

* A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral.

Tabela 36 – Servidores beneficiados pelo reajuste de 8% por U.O

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ATIVOS	INATIVOS
SEC.de EDUCAÇÃO	83.612	75.745
Magistério	71.905	61.760
Apoio	11.707	13.985
DEGASE	1.430	98
FAETEC	5.550	505
TOTAL	90.592	76.348



Outras medidas contribuíram para o aumento do total da folha em relação ao exercício anterior: o enquadramento por formação; o aumento de 8% aos servidores ativos e aposentados da Secretaria de Educação – SEEDUC, do DEGASE e da FAETEC já presentes na folha de junho; e o reajuste nos cargos de Professor Supervisor, Orientador Educacional e Professor Inspetor, que, em substituição aos encargos, passaram a receber um vencimento-base que equipara às 25 horas trabalhadas aos demais níveis profissionais.

A Tabela 37 – Distribuição do índice por UO abaixo demonstra a distribuição do Índice referente à educação por Unidade Orçamentária do ERJ.

Tabela 37 – Distribuição do índice por UO

Em R\$ Milhares

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
SEEDUC- Secretaria de Estado de Educação	207.870	440.844	112,08%	35,60%
DEGASE- Depart.Geral Ações Socio-Educat.	47.998	58.421	21,71%	4,72%
UERJ -Fundação Universidade do Estado do RJ	283.554	343.865	21,27%	27,77%
FAETEC-Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	258.524	312.501	20,88%	25,24%
UENF-Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	55.146	60.593	9,88%	4,89%
CECIERJ-Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	10.258	11.466	11,77%	0,93%
UEZO- Fund Centro Universitário da Zona Oeste	7.532	10.494	39,32%	0,85%
Total das Unidades Orçamentárias**	870.881	1.238.183	42,18%	100,00%
FUNDEB**	2.347.752	2.708.771	15,38%	68,71%
RP Cancelado**	-235	-4.762	1925,41%	-0,12%
TOTAL DO ÍNDICE	3.218.398	3.942.192	22,49%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

A Secretaria de Educação – SEEDUC se destaca com a maior participação e variação percentual do período em análise, reflexo da gestão implementada na Secretaria por meio do planejamento estratégico que vem promovendo a melhoria dos resultados da Educação com a valorização dos profissionais integrantes das carreiras de magistério e quadro de apoio da Secretaria de Educação.

Além dos gastos com o grupo de pessoal, verifica-se crescimento das despesas de custeio de pessoal até o 3º bimestre no auxílio alimentação (R\$ 29,34 milhões) e auxílio transporte (R\$ 10,64 milhões). Vale ressaltar que ainda neste bimestre a SEEDUC quitou parcela do vale transporte referente aos alunos da rede no montante de R\$ 9,30 milhões.

A SEEDUC reajustou o salário em 8% atingindo (ativos) 71.905 professores e 11.707 servidores administrativos.



A Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ também figura com números expressivos de gasto: participação de 27,77% no total aplicado pelas unidades orçamentárias até o 3º bimestre e acréscimo de 21,27% (+R\$ 60,31 milhões) quando comparada à execução do mesmo período de 2012.

Estas despesas estão relacionadas à pessoal ligadas à folha de pagamento (auxílio transporte, alimentação e demais benefícios de celetistas). O auxílio financeiro concedido aos estudantes, em relação ao mesmo período anterior, teve acréscimo de R\$ 7,02 milhões. Tal benefício atende cotistas, estudantes bolsistas, médicos residentes e jurídicos, e professores da IEESP (Instituto de Estudos Sociais e Políticos).

Além das despesas pontuais descritas acima neste período foram verificados na UERJ gastos não previstos, como o pagamento de precatório no valor de R\$ 6,13 milhões referente a três parcelas do total de cinco, e despesas com o Banco Itaú referente à indenização no valor de R\$ 2,82 milhões.

A FAETEC, fundação que atua no ensino fundamental, na formação profissional através dos Ceteps CVT, nas Escolas Técnicas Estaduais e Faculdades de Educação Tecnológica, neste primeiro semestre, participou com 25,24% (R\$ 312,50 milhões) das despesas liquidadas pelas Unidades Orçamentárias que compõem o Índice referente à Educação do ERJ. Em 2013, até o terceiro bimestre, a FAETEC contabilizou um acréscimo de 20,88% (+R\$ 53,97 milhões) frente ao executado no mesmo período de 2012. Em despesas de pessoal houve aumento de R\$ 3,41 milhões; em investimento foram desembolsados mais R\$ 2 milhões em relação ao exercício anterior com aquisição de unidades modulares para os centros vocacionais.

Pelo DEGASE Foram investidos R\$ 1,14 milhão em reformas e aparelhagem dos cinco CENSES.

A despesa do Departamento Geral de Ações Socioeducativas – Novo DEGASE, responsável pela recuperação de menores infratores, apresentou uma execução a maior em relação ao mesmo período do último exercício: 21,71%, ou seja, +R\$ 10,42 milhões. Tal variação é decorrente dos gastos ocorridos na manutenção das unidades (limpeza vigilância e conservação) e nos investimentos decorrentes da reforma e construção com equipamentos para o funcionamento dos cinco CENSES (+R\$ 1,14 milhão).

A Universidade Estadual da Zona Oeste – UEO, instituição vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, apresentou uma variação significativa em relação ao exercício



anterior (+39,32%, +R\$ 2,96 milhões). Tamanha variação decorre do acréscimo ocorrido no auxílio transporte e no auxílio alimentação - ambos apresentaram aumentos de 80,8% em relação ao 1º semestre de 2012, que somados acarretaram numa despesa a maior da ordem de R\$ 179,92 mil; crescimento do quadro de funcionários concursados na área acadêmica; concessão de auxílio financeiro a estudantes; e bolsa aos estudantes cotistas.

Neste bimestre, através da Portaria Conjunta FAPERJ/UEZO Nº 181 de 21/05/2013, foi liberada verba de R\$ 10 milhões para a primeira etapa da construção do campus da UEZO, que será uma sede mais moderna para docentes e alunos, dando um salto na qualidade nos dez cursos da instituição.

Figura 1 – Novo Campus da UEZO



- Educação - Outras Fontes de Recursos**

Os recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de transferências da União, são contabilizados para fins do cumprimento do Índice, entretanto a função Educação conta com outras fontes de receitas que são responsáveis por montante significativo dentro do gasto total da área.

A Tabela 38 - Função Educação – Outras Fontes abaixo apresenta a destinação das fontes não Tesouro na função Educação, que apresenta variação negativa de R\$ 10,43 milhões em relação ao

Tabela 38 - Função Educação – Outras Fontes

Em R\$ Milhares

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
FUNDEB (15)	1.064.236	1.052.445	-1,1%	84,0%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	130.089	122.734	-5,7%	9,8%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	27.129	30.266	11,6%	2,4%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	17.077	17.358	1,6%	1,4%
SUS (25)	13.014	14.849	14,1%	1,2%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)		3.197	0,0%	0,3%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	11.429	11.692	2,3%	0,9%
TOTAL	1.262.974	1.252.542	-0,83%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ
mesmo período de 2012.



Os recursos do FUNDEB (FR 15) aplicados pelo Estado em sua rede educacional até o 3º bimestre são majoritariamente destinados à folha de pessoal da SEEDUC e cobrem a maior parte das despesas custeadas com outras fontes de recursos. A execução desta fonte de recursos apresentou uma pequena redução (-1,1%, ou seja, -R\$ 11,79 milhões) justificada pelo não desembolso de parte do valor do auxílio transporte concedidos profissionais do ensino do médio (-R\$ 20,55 milhões).

Com recursos do FUNDEB, foram executados, no período, R\$ 25,14 milhões em benefícios com auxílio qualificação aos docentes da SEEDUC.

O Salário Educação (FR 05) apresentou um decréscimo de 5,7% (-R\$ 7,35 milhões) neste período, ocasionado, principalmente, pela redução ocorrida nas despesas com serviços de vigilância e policiamento (-R\$ 23,81 milhões) e no preparo e distribuição de alimentação (-R\$ 24,84 milhões). Em contrapartida, essa FR apresentou acréscimo de R\$ 10,59 milhões nos gastos com o apoio à nutrição escolar da rede. Na descentralização para a manutenção das unidades escolares foram executados R\$ 6,28 milhões na FR 05 pela SEEDUC, além do montante gasto no mesmo período do ano passado.

As Transferências Voluntárias do FNDE (FR 24), até o 3º bimestre, apresentaram variação positiva de 11,6% (+ R\$ 3,13 milhões), sendo o recurso direcionado à merenda escolar e à aquisição de material didático.

Por fim, os recursos do SUS (FR 25) demonstraram um importante crescimento no período em análise: +14,1%, +R\$ 1,84 milhões. Os recursos do SUS foram executados integralmente pela UERJ na operacionalização do Hospital Pedro Ernesto. Deste montante, parte está concentrada no SIDES (Sistema de Desembolso Descentralizado), R\$ 1,76 milhões, e na aquisição de medicamentos, material cirúrgico, laboratorial e de enfermagem, R\$ 7,18 milhões.



➤ Saúde

Até o primeiro semestre de 2013, foi evidenciado um significativo aumento das despesas do Estado em ações direcionadas para a saúde pública: +17,6% (+R\$ 222,90 milhões), conforme demonstrado na Tabela 39 - Função Saúde – Aplicação na

Tabela 39 - Função Saúde – Aplicação na Função

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2013	R\$ Milhões
	2012	2013			
Pessoal	619.338.651	641.088.194	3,5%	43,0%	
Outras Desp. Correntes	607.594.271	821.839.387	35,3%	55,2%	
Investimento/Inversões	39.671.433	24.234.187	-38,9%	1,6%	
Amortização da Dívida	481.194	2.823.235	486,7%	0,2%	
RP Cancelado	80.687	75.297	-6,7%	0,0%	
TOTAL	1.267.004.862	1.489.909.706	17,6%	100,0%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

Função.

Do crescimento apresentado, vale destacar as despesas referentes ao grupo Outras Despesas Correntes que, em relação ao mesmo período de 2012, apresentou variação de 35,3% (+R\$ 214,24 milhões), representando, neste primeiro semestre, 55,2% do total liquidado no índice. O aumento dos gastos em custeio reflete a mudança de gestão na prestação de serviços de saúde, agora gerenciados em sua maior parte por meio de Organizações Sociais (OS) mediante contratos de gestão.

A ação que obteve maiores valores liquidados nas despesas correntes até junho de 2013 foi a Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais, com R\$ 172,01 milhões aplicados. Destes recursos, R\$ 44,13 milhões foram destinados aos Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 25,56 milhões foram para o Preparo e Distribuição de Alimentação das Unidades Próprias de Saúde do ERJ; e R\$ 24,62 milhões foram utilizados basicamente para aquisição de medicamentos em geral.

Outra importante ação executada neste primeiro semestre foi a Operacionalização Integral de Unidades Próprias para Gestão Compartilhada. Dos R\$ 156,38 milhões direcionados para esse projeto, R\$ 47,01 milhões foram direcionados ao Hospital e

O Hospital Estadual da Criança é a mais nova referência no tratamento contra o câncer infantil, além de realizar transplantes de rim e de fígado e cirurgias ortopédicas. Inaugurado há apenas dois meses, a unidade registrou o volume expressivo de 350 cirurgias em 220 crianças. Por ano, a instituição tem capacidade para realizar 8,4 mil consultas, 3,3 mil cirurgias, 2,4 mil quimioterapias e 40 transplantes pediátricos.



Maternidade Therezinha de Jesus; R\$ 28,32 milhões foram direcionados para o Instituto Estadual do Cérebro; R\$ 28,07 milhões foram para o Centro de Trauma do Hospital Estadual Alberto Torres; R\$ 14,26 milhões no Hospital de Ortopedia e Traumatologia Dona Lindu; R\$ 24,06 no Hospital da Criança e R\$ 10,15 milhões para o Hospital da Mulher Heloneida Studart.

A Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias por meio de OS também liquidou um montante expressivo nestes primeiros seis meses do exercício: R\$ 137,74 milhões até o bimestre. Tais recursos foram destinados à Gestão dos Serviços de Saúde gerenciados por Organizações Sociais de Saúde com contrato de gestão em diversas UPA's do ERJ: Copacabana, Tijuca, Botafogo, Jacarepaguá, Mesquita, Bangu, Queimados, Nova Iguaçu, Caxias, Marechal Hermes, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Ricardo de Albuquerque, Realengo, Engenho Novo, Ilha do Governador, Irajá, Maré e Penha.

Na Tabela 40 – Distribuição do índice por UO abaixo, observa-se a distribuição do Índice da Saúde por Unidade Orçamentária.

As UPA's ultrapassaram 17 milhões de atendimentos em maio de 2013, mês em que o projeto completou seis anos. Seu modelo de atendimento é referência nacional e também na Argentina. Já são 120 milhões de medicamentos distribuídos; 13 milhões de exames patológicos realizados; 3,5 milhões de exames de raios-x; e 67 mil internações nas 52 UPA's do ERJ.

Tabela 40 – Distribuição do índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2013	R\$ Milhões
	2012	2013			
FES - Fundo Estadual de Saúde	1.248.455.121	1.356.022.167	8,6%	91,0%	
IVB - Instituto Vital Brazil	14.961.285	22.947.105	53,4%	1,5%	
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	3.620.022	110.990.619	2966,0%	7,4%	
SES - Secretaria de Estado de Saúde	49.121	25.113	-48,9%	0,0%	
Total das Unidades Orçamentárias	1.267.085.549	1.489.985.003	17,6%	100,0%	
RP Cancelado	80.687	75.297	-6,7%	0,0%	
TOTAL DO ÍNDICE	1.267.004.862	1.489.909.706	17,6%	100,0%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

Conforme apurado acima, evidencia-se a elevada participação do Fundo Estadual de Saúde (FES) no índice (91,0%), sendo, portanto, o responsável pela maior parte das aplicações em ações e serviços públicos em saúde do ERJ: R\$ 1,36 bilhão até junho de 2013.

O gasto da Fundação de Saúde do ERJ, representando 7,4% do índice, demonstrou um considerável crescimento frente ao liquidado no mesmo período de 2012: +R\$ 107,37 milhões. Esta variação é reflexo da contratação pelo regime celetista de profissionais da saúde concursados, regime adotado desde 2011, visando melhor



remuneração dos profissionais. Cabe ressaltar que a execução desta unidade orçamentária é realizada pela FR 23 – Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde, proveniente do empenho do FES com recursos do Tesouro em favor as Organizações Sociais, caracterizando, assim, despesa intraorçamentária do Fundo Estadual de Saúde, deduzida do índice para não haver duplicidade na contabilização das despesas.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB), até o 3º bimestre, apresentaram um aumento de R\$ 7,98 milhões (+53,4%) em relação ao ano anterior. Contudo, apesar do incremento constatado, o Instituto ainda não apresenta uma participação relevante na execução do índice, sendo responsável somente por 1,5% das aplicações em ações e serviços de saúde do ERJ.

A Tabela 41 apresenta outras ações desenvolvidas pelo Governo do ERJ na área de Saúde que tiveram importante destaque nestes seis meses do exercício.

Tabela 41

Outras Ações de Saúde em Destaque no 3º Bimestre de 2013

Instituto Estadual do Cérebro - localizado no Centro do Rio

O Instituto, que iniciou o atendimento a vítimas de Acidente Vascular Cerebral (AVC) em junho deste ano, já é referência no ERJ. O Hospital tem 200 leitos entre internação, UTI e estabilização; 4 centros cirúrgicos e espaço de fisioterapia. A previsão é realizar de 8 a 10 cirurgias por dia e oferecer o que há de mais moderno no campo da neurocirurgia de alta complexidade.

Hospital São Francisco de Assis - localizado na Tijuca

A unidade, que realiza 200 cirurgias cardíacas por mês, ganhou mais um Centro de Terapia Intensiva, aumentando para 35 o total de leitos de CTI. O espaço está equipado com aparelhos de última geração e representa um aumento de 29% na oferta de terapia intensiva na unidade. Os novos leitos fazem parte do projeto de ampliação de leitos em unidades estaduais. Ao todo, a população do ERJ passará a contar com 1.102 leitos até o final deste ano.

Centro da Trauma do Hospital Alberto Torres - localizado em São Gonçalo

Primeiro núcleo de referência no atendimento a pacientes politraumatizados no ERJ, a unidade segue modelo americano de atendimento e possui tecnologia alemã. Funcionando desde junho de 2013, o estado investiu R\$ 6,2 milhões em infraestrutura e equipamentos. Com mil metros quadrados, a unidade tem 3 salas cirúrgicas, uma sala de tomografia, 5 leitos de recuperação pós-anestésica, 35 leitos de CTI e um heliponto para receber casos graves de todo estado.

Hospital Estadual da Mãe - localizado em Mesquita

Inaugurada há um ano, o Hospital da Mãe realizou mais de 12 mil atendimentos e quase 24 mil consultas. Com 12 leitos de pré-parto e 70 leitos clínicos, a unidade de excelência atingiu a marca expressiva de 3.092 partos normais e 1.097 cesarianas. Além de 8.242 ultrassonografias, 859 raios-x e 115.674 exames laboratoriais.



- **Saúde - Outras Fontes de Recursos:**

A função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, as quais não são contabilizadas para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 42 - Função Saúde – Outras Fontes demonstra o detalhamento dessa execução.

Tabela 42 - Função Saúde – Outras Fontes

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE			Participação em 2013	R\$ Milhões		
	JAN A JUN		Variação %				
	2012	2013					
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	9.633.555	123.088.720	1177,7%	48,5%			
SUS (25)	115.452.344	127.595.567	10,5%	50,3%			
CONVÊNIOS (FR 13)	5.053.441	3.030.000	-40,0%	1,2%			
TOTAL	130.139.339	253.714.287	1148,2%	100,0%			

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Comparativamente à execução realizada até o primeiro semestre de 2012, as despesas liquidadas pelo Estado com recursos próprios dos órgãos (FR 10) expôs um acréscimo de R\$ 113,45 milhões. A unidade orçamentária responsável por esse grande aumento nas aplicações da FR 10 foi o Instituto Vital Brazil (IVB), que executou até o bimestre R\$ 97,61 milhões com Medicamentos em Geral, R\$ 3 milhões com a Aquisição de Imóveis mediante Desapropriação para Ampliação da Capacidade de Produção Industrial e outros R\$ 3 milhões em Estudos e Projetos para o programa de Desenvolvimento do Parque Tecnológico da Vida.

As despesas financiadas com recursos do Sistema Único de Saúde (FR 25) cresceram em 10,5% em relação a 2012 (+R\$ 12,14 milhões). Até este terceiro bimestre, foram executados R\$ 127,59 milhões de recursos oriundos desta fonte. Desse montante, os recursos do SUS financiaram parte das despesas das atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Alta e Média Complexidade com a Prestação de Serviços de Saúde vinculados ao SUS (R\$ 58,32 milhões); os Medicamentos Excepcionais no programa de Assistência Farmacêutica Especializada (R\$ 18,50 milhões); os Serviços de Transmissão de dados, voz e imagem na Prestação de Assistência Móvel de Urgência e Emergência (R\$ 11 milhões), além de R\$ 3,05 milhões com a Gestão de Serviços de saúde do Rio Imagem.

Até o terceiro bimestre de 2013, o IVB aplicou R\$ 97,61 milhões de recursos próprios dos órgãos em Medicamentos em Geral. Esse aumento na produção nacional através de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) prevê uma economia de R\$ 225 milhões por ano e o fim da importação desses medicamentos. Os remédios biológicos são mais eficazes do que os tradicionais para o tratamento de doenças crônicas, reduz custos para o governo e possibilita a ampliação do acesso desses medicamentos aos cidadãos do Sistema Único de



➤ **FAPERJ**

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro promove, financia e apoia programas e projetos de pesquisa individuais ou institucionais além de atuar como órgão captador de recursos nas áreas de ciência e tecnologia, em todos os níveis.

A Tabela 43 - Execução Orçamentária da FAPERJ evidencia a execução orçamentária da FAPERJ.

Os projetos financiados com os recursos do Tesouro são contabilizados para o cumprimento do limite mínimo Constitucional, que até o 3º bimestre atingiu 1,56% da Receita Base, executando R\$ 150,49 milhões em despesas.

No entanto, a FAPERJ também conta com recursos próprios e provenientes de convênios.

O total liquidado pelas fontes do Tesouro acumulado no período cresceram 18,97% (+R\$ 24,00 milhões) em comparação com o mesmo período do ano passado. Uma das ações responsáveis por esse incremento foi o Projeto Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico o qual executou até o período R\$ 33,71 milhões, um aumento de R\$ 15,37 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Este valor é decorrente da quitação de editais 28/2012 e 33/2012 que atendem despesas de custeio e equipamentos para a realização das pesquisas Pensa Rio e Prioridade Rio, já mencionados em boletim anterior.

Outra importante ação empreendida neste semestre, o Apoio a Estudantes e Pesquisadores, a qual envolve auxílios financeiros a pesquisadores e estudantes, exibiu variação positiva de 35,73% (+R\$ 10,90 milhões) decorrente da concessão da bolsa FAPERJ/INMETRO e do pagamento aos pesquisadores do PAPD – Programa de Apoio Pós Doutorado – que atendeu aos inscritos do ano de 2009 a 2012.

Tabela 43 - Execução Orçamentária da FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A JUN		Variação %
	2012	2013	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	30.515.204	41.419.214	35,73%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	28.715.471	40.089.191	39,61%
Núcleo de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	18.333.527	33.712.094	83,88%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	10.114.134	10.602.711	4,83%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	6.921.554	6.880.355	-0,60%
Inovação Tecnológica	9.989.101	5.151.801	-48,43%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	3.920.809	4.008.888	2,25%
Tecnologia da Informação p/ Gest Pública- PRODERJ	2.389.963	3.064.035	28,20%
Pessoal e Encargos Sociais	2.601.672	2.928.542	12,56%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	10.161.960	1.495.396	-85,28%
Manut Atividades Operacionais / Administrativas	717.668	655.353	-8,68%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	1.644.698	334.420	-79,67%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	83.140	88.420	6,35%
Despesas Obrigatorias	376.577	51.683	-86,28%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	8.605	12.503	45,29%
SUBTOTAL	126.494.083	150.494.605	18,97%
OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A JUN		Variação %
	2012	2013	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	26.835	202.094	653,10%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	11.483.987	-	-100,00%
Inovação Tecnológica	215.167	-	-100,00%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	1.256.819	611.260	-51,36%
SUBTOTAL	12.982.808	813.354	-93,74%
TOTAL	139.476.891	151.307.959	8,48%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.



A despesa na ação Inovação Tecnológica foi menor que a realizada no primeiro semestre de 2012 (-48,43%, ou seja, -R\$ 4,83 milhões) em virtude da não execução do auxílio Desenvolvimento Tecnológico (ADT1), auxílio este que foi realizado no exercício anterior. O total de R\$ 5,15 milhões executados até este bimestre atendeu às duas primeiras parcelas de custeio e investimento do edital de pesquisa Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do ERJ.

Em relação às despesas cobertas pelas outras fontes de recursos, a variação negativa de 93,74% (-R\$ 12,16 milhões) é decorrente do pagamento, no exercício anterior, de R\$ 11,48 milhões relativos a restituições de saldos não aplicados pelos pesquisadores. Em 2013, foram aplicados R\$ 813,35 mil, sendo R\$ 122,69 mil em devolução FAPERJ/CNPQ e o restante em convênio FAPERJ/INMETRO nos auxílios à pesquisa.

➤ FECAM

As ações do FECAM são realizadas por recursos oriundos da indenização pela exploração do petróleo por meio de descentralização orçamentária do próprio Fundo a outras unidades do Estado, como a Secretaria Estadual do Ambiente – SEA, a CEDAE, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA e a Secretaria de Obras – SEOBRAS. A Tabela 44 – Índice do Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM Ações e Principais Projetos apresenta as ações realizadas e os principais projetos por elas desenvolvidos, como também o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no terceiro bimestre e neste primeiro semestre de 2013.

A ação mais representativa no FECAM foi o Projeto Iguaçu – PAC/RJ, realizada pelo INEA, relacionada com o Controle de Inundações na Baixada Fluminense, executando 20,97% dos R\$ 98,7 milhões liquidados no semestre. Dentro dessa ação, além da intervenção direta nas bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapui, também há os auxílios à população atingida, como assistência técnica às obras de construção de unidades habitacionais.

As ações Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara e Rio Mais Limpo tiveram grande destaque nos investimentos, com 53,44% dos R\$ 55,9 milhões liquidados somente no terceiro bimestre. Essas ações estão relacionadas com a construção e modernização de



sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 44 – Índice do Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM
Ações e Principais Projetos

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONÁVEL PELA EXECUÇÃO	MAI - JUN	JAN - JUN	R\$
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NAS BACIAS DOS RIOS IGUAÇU, BOTAS E SARAPUI, NA BAIXADA FLUMINENSE.	INEA	8.135.214	20.689.899	
	APOIO AO INEA NO GERENCIAMENTO E NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NA BAIXADA FLUMINENSE.	INEA			
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTO DO SISTEMA PAVUNA E EM SARAPUÍ.	CEDAE	14.587.600	17.758.871	
	CONSTRUÇÃO DA LINHA DE RECALQUE DA ELEVATÓRIA DE ESGOTOS ANDRÉ AZEVEDO, EM COPACABANA.	CEDAE			
	AQUISIÇÃO POR COMPRA DE TUBULAÇÕES DE PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE), PARA ESGOTO DO SISTEMA DE SANEAMENTO DA MARINA DA GLÓRIA.	CEDAE			
Rio Mais Limpo	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA PRAIA DA BICA.	CEDAE	15.271.944	17.243.705	
	IMPLEMENTAÇÃO E REFORMA DOS SISTEMAS DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DE ARRAI DO CABO E BARRA MANSA.	SEA			
	RECUPERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DAS PRAIAS DE SÃO CONRADO E BICA.	SEA			
Prevenção e Controle Ambiental Inundações	APOIO NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO INEA	INEA	6.150.662	16.438.597	
	PROJETO DE INDENIZAÇÃO AS VITIMAS QUE FORAM ATINGIDAS PELA TRAGÉDIA NATURAL NA REGIÃO SERRANA	INEA			
	OBRAS DE DESFAZIMENTO DE IMÓVEIS NA REGIÃO SERRANA	INEA			
Apóio a projetos de saneamento, proteção e recuperação ambiental	PROJETO BÁSICO DO SISTEMA DE INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS PARA MITIGAÇÃO DAS CHEIAS DOS RIOS MURIAÉ E POMBA	SEA	4.358.840	6.913.355	
	SERVICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DA REDE DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR E METEOROLOGIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	INEA			
Projeto de Macrodrenagem PAC - RJ - FECAM	EXECUÇÃO DAS OBRAS EMERGENCIAIS (2ª FASE) DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES, DRENAGEM E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DOS RIOS SANTO ANTÔNIO, QUIABA E CARVÃO, EM PETRÓPOLIS; DO CORREGO DANTAS E DO RIO BENGALA, NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO; E DOS RIOS IMBUÍ, PAQUEQUER E PRÍNCIPE NO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS	INEA	1.348.628	6.809.560	
Lixão Zero - FECAM	EXECUÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTACAO DO COMPLEXO DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FIDELIS	SEA	1.669.845	4.726.281	
	CONTROLE E AFERIÇÃO DOS ÍNDICES DE EFICIÊNCIA DO PROGRAMA COMPRO DA LIXO TRATADO	SEA			
	CONVÊNIO PARA VIABILIZAR A ADEQUADA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIO DE SAO JOAO DE MERITI E MARICÁ	SEA			
DEMAIS AÇÕES	CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOSTO DE ITAPERUNA	SEOBRS	4.354.509	8.094.089	
	ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO EIXO BARRA RECREIO E DO EIXO OLÍMPICO	CEDAE			
TOTAL GERAL			55.877.243	98.674.358	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

1. Valores Liquidados



➤ FEHIS

O índice do FEHIS é composto por ações realizadas com recursos da FR 22 – Fundo Estadual de Combate à Pobreza pelas seguintes unidades orçamentárias: Secretaria de Obras, Secretaria de Habitação, Instituto de Terras e Cartografia – ITERJ e Companhia de Habitação – CEHAB. Ainda compõe o índice a parcela do Aluguel Social paga pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH com a fonte de recursos citada anteriormente.

A Tabela 45 – Índice do Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social – FEHIS Ações e Principais Projetos expõe as ações que compuseram o índice até este terceiro bimestre agrupadas por unidade orçamentária, a descrição dos principais projetos executados e o valor total liquidado de tais ações.

No acumulado deste primeiro semestre destacam-se o pagamento do Aluguel Social e a construção de unidades habitacionais (UH), que somam R\$ 65,8 milhões dos R\$ 88,9 milhões liquidados no primeiro semestre.

O Aluguel Social, a cargo da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, representou 45,58% do total liquidado, com R\$ 40,5 milhões pagos a famílias da Região Serrana, Niterói, São Gonçalo, Manguinhos e Complexo do Alemão. A Produção de Unidades Habitacionais (UH), a cargo da CEHAB, foi a segunda maior ação, com R\$ 25,3 milhões liquidados, representando 28,44% do total. Além da produção das UH, são feitas obras de infraestrutura, como a construção da rede de coleta de esgoto sanitário, necessárias para atender a população que irá residir no local.



Tabela 45 – Índice do Fundo Estadual de Habitação e Interesse Social – FEHIS

Ações e Principais Projetos

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	Em R\$
			JAN - JUN
SEOBRAS	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL DE IMÓVEL SITUADO NA COMUNIDADE DO ALEMÃO, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO DE 40 UNIDADES HABITACIONAIS NO AMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA	4.489.564
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	INDENIZAÇÕES PARA DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEIS NECESSÁRIAS AS OBRAS DO PAC NO COMPLEXO DE MANGUINHOS	1.538.630
	Urbanização do Dona Marta	CONSTRUÇÃO DE 64 UNIDADES HABITACIONAIS E DE 1 CENTRO COMUNITÁRIO DE AÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE SANTA MARTA	877.242
	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	OBRAS DE INFRAESTRUTURA E URBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PAVÃO -PAVAOZINHO E CANTAGALO	464.785
	Reassentamento de Moradores de Áreas de Risco	INDENIZAÇÕES EM FUNÇÃO DE REALOCAÇÃO DE MORADORES DA ÁREA DE ALTA FLORESTA, NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO	64.800
TOTAL SEOBRAS			7.435.021
SEH	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	PAGAMENTO DE CUSTEIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS NA FUNÇÃO HABITAÇÃO	396.493
	Reloc Morad Assent Pop - Áreas Risco/Insalub	PAGAMENTO DE ALUGUEL PROVISÓRIO NOS MUNICÍPIOS DE VOLTA REDONDA, LAJE DO MURIAÉ, CONCEIÇÃO DE MACABU E CACHOEIRAS DE MACACU	360.090
	Acomp Exc do PI Est Hab Int Social PEHIS	PAGAMENTO DA ÚLTIMA PARCELA RELATIVA A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	171.750
	Banco de Terras	VISTORIA EM TERRENO COM VISTAS A AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM	1.235
	Realização de Estudos Técnicos	IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA HABITAR BRASIL NO MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL.	200
TOTAL SEH			929.768
ITERU	Cons dos Assentamentos Rurais e Urbanos	DESAPROPRIAÇÃO RELATIVA AO DOMÍNIO ÚTIL DO TERRENO 12 MIL METROS QUADRADOS, NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO	623.406
		LOCAÇÃO DE ÔNIBUS PARA ATENDER AS CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR NO ASSENTAMENTO ANTÔNIO DE FARIAS MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E NO ASSENTAMENTO TERRA PROMETIDA NOS MUNICÍPIOS DE DUQUE DE CAXIAS E NOVA IGUAÇU	
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	AQUISIÇÃO DE 40 CONJUNTOS DE TRATAMENTO INDIVIDUAL DE ESGOTO SANITÁRIO VISANDO ATENDER AO ASSENTAMENTO FAZENDA ENGENHO NOVO NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO	524.338
		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPATIBILIZAÇÃO DA PLANTA DE PARCELAMENTO DOS LOTES DE DIVERSAS COMUNIDADES VISANDO ATENDER AO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
		IMPLEMENTAÇÃO DE PORTAL DE COMUNICAÇÃO WEB E SISTEMA DE GESTÃO	
	Regularização Fundiária de Interesse Social	AQUISIÇÃO DE UM STORAGE IOMEGA PX4-300D HB 2TB.	30.540
TOTAL ITERU			1.492.227
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais (UH)	CONSTRUÇÃO DE 928 UH NOS MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DE MACACU, LAJE DO MURIAÉ, DUQUE DE CAXIAS, CARMO, PETRÓPOLIS, CASEMIRO DE ABREU E TRÊS RIOS	25.281.794
		OBRAS DE INFRAESTRUTURA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS BAIRROS CARMO E SÃO FRANCISCO NO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS	
	Recuperação e Melhoria de U. Habitacionais	RECUPERAÇÃO DE 300 BLOCOS HABITACIONAIS NOS MUNICÍPIOS DE BELFORD ROXO, MESQUITA, NOVA IGUAÇU, RIO DE JANEIRO, SÃO GONÇALO E TRÊS RIOS	8.099.663
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	INFRAESTRUTURA DE URBANIZAÇÃO E ESGOTO SANITÁRIO EM ALTO CHALÉ NO MUNICÍPIO DE MESQUITA.	4.733.354
		OBRAS DE REURBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA, EM VIAS E VIÉLAS E SERVIÇOS PRELIMINARES, BAIRRO RIO DAS PEDRAS, JACAREPAGUA-RJ	
	Projeto Habitacional a cargo do Fundo - FNHIS	PAGAMENTO DA 9ª MEDICAO, EMPREENDIMENTO VARJÃO NO MUNICÍPIO DE PIRÁI.	225.546
	Recuperação de Receita Oriunda do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	SERVIÇOS DE EVOLUÇÃO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS NO PADRÃO FCVS	173.098
TOTAL CEHAB			38.513.456
SEASDH	Aluguel Social	ALUGUEL SOCIAL PARA AS FAMÍLIAS DA REGIÃO SERRANA, NITEROI, SÃO GONÇALO, MANGUINHOS E COMPLEXO DO ALEMÃO	40.511.306
TOTAL SEASDH			40.511.306
TOTAL GERAL			88.881.777

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/07/2013.

1. Valores Liquidados

**Box 02- DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS**

O BOX deste bimestre detalha as atividades executadas pelo DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas, importante órgão da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro que procura promover ações de cunho sociais e educacionais junto à sociedade fluminense.

Criado em janeiro de 1993 pelo Decreto Nº 18.493, o DEGASE, órgão do Poder Executivo do ERJ vinculado à Secretaria de Estado de Educação, é responsável pela execução das medidas socioeducativas, preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aplicadas pelo Poder Judiciário aos jovens em conflito com a lei, tendo, portanto, a missão e a responsabilidade de auxiliar a recuperação e inserção desses adolescentes na sociedade, possibilitando a construção de projetos de vida e a convivência familiar e comunitária.

A criação do Novo Degase ocorreu a partir da interlocução do Governo Estadual com o Centro Brasileiro para Infância e Adolescência - CBIA (órgão do Governo Federal no período de 1991 a 1994), em consonância com as diretrizes político-governamentais de promoção, defesa e garantia de direitos de proteção legal. Neste período, houve absorção integral dos adolescentes atendidos pela CBIA, o mesmo não ocorrendo com as instalações físicas, fato que acarretou demandas específicas no atendimento.

Atualmente, o Departamento conta com oito Unidades de Internação e dezessete Unidades de Semiliberdade - Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Atendimento nas Unidades de Internação

UNIDADE DE INTERNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ATENDIMENTO		
		2012	2013	
		ATÉ O 3º BIMESTRE	TOTAL ANO	ATÉ 3º BIMESTRE
Centro de Socioeducação Gelso de Carvalho Amaral (CENSE-GCA)	Ilha do Governador	3.159	6.508	4.106
Centro de Socioeducação Dom Bosco	Ilha do Governador	3.400	6.289	3.413
Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves	C. dos Goytacazes	-	-	110
Centro de Socioeducação Professor Antonio Carlos Gomes da Costa	Ilha do Governador	303	643	445
Centro Integrado de Tratamento ao Uso e Abuso de Drogas	Ilha do Governador	65	121	47
Escola João Luiz Alves (EJLA)	Ilha do Governador	745	2.380	1.329
Educandário Santo Expedito (ESE)	Bangu	773	1.607	1.042
Centro de Atendimento Intensivo Belford Roxo (CAI-Baixada)	Belford Roxo	1.098	2.329	1.288
TOTAL		9543	19877	11780

Complexo de Campos dos Goytacazes atenderá 25 municípios da região norte e noroeste fluminense.

A unidade Centro de Socioeducação Professora Marlene Henrique Alves, localizada em Campos dos Goytacazes no norte fluminense, é a primeira unidade instalada no interior do Estado, das cinco que o Governo do ERJ pretende implementar, que busca promover a descentralização das internações dos menores em conflito com a lei, reforçando, assim, a política estadual de ressocialização de jovens.



**Quadro 2 – Atendimento nas Unidades de Internação –
Semiliberdade**

UNIDADE DE INTERNAÇÃO SEMILIBERDADE	ATENDIMENTO			
	LOCALIZAÇÃO	2012		2013
		ATÉ O 3º BIMESTRE	TOTAL ANO	ATÉ O 3º BIMESTRE
Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente (CRIAAD)	Ilha do Governador	194	551	323
	Bangu	108	205	118
	Penha	261	407	12
	Ricardo de Albuquerque	55	133	95
	Santa Cruz	131	343	232
	Niterói	208	445	157
	São Gonçalo	362	717	426
	Duque de Caxias	9	304	252
	Nilópolis	118	229	149
	Nova Iguaçu	262	420	0
	Barra Mansa	178	419	211
	Volta Redonda	194	404	179
	Cabo Frio	177	436	293
	Macaé	221	441	174
	C. dos Goytacazes	79	194	278
	Nova Friburgo	71	150	72
	Teresópolis	57	106	62
TOTAL		2.685	5.904	3.033

Neste primeiro semestre, 3.033 jovens foram atendidos nos CRIAAD, expondo um aumento de 12,96% quando comparado ao mesmo período de 2012.

O DEGASE, em dezembro de 2007, através da Portaria nº 32 de 26 de dezembro de 2007, determinou que todo adolescente, ao ingressar no departamento, fosse cadastrado e identificado no Sistema de Identificação e Informação de Adolescentes – SIIAD. A implantação deste sistema possibilitou a criação do Prontuário Único Móvel, a partir da unificação dos cadastros e geração do RI – registro de internação. O Prontuário Único Móvel acompanha o adolescente desde sua entrada nas unidades de ingresso no DEGASE, no CENSE GCA – Centro Socioeducativo Professor Gelson de Carvalho Amaral e nos Centros de Recursos Integrados de Atendimento aos Adolescentes – CRIAAD's até sua saída, quando da extinção da medida socioeducativa. Neste momento o Prontuário Único Móvel passa a ficar arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOP, localizado na Administração Central, Ilha do Governador.

O SIIAD é fruto da parceria entre a Secretaria de Educação e DETRAN-RJ através da Resolução SEEDUC/DETRAN-RJ Nº 392 publicada no DO de 19/05/2009.



O SIIAD completou 5 (cinco) anos de implantação. Ao longo desse tempo, 16.327 adolescentes foram cadastrados, e destes, tivemos adolescentes identificados e certificados, 1.328 carteiras de identidade emitidas em 1ª via e 286 reversões realizadas e cadastradas, bem como 2.188 adolescentes identificados com nome diferente do certificado. O Quadro 3 exterioriza essa importante ação do Governo do ERJ.

O crescimento da despesa total no período 2007/2013 (considerada a Dotação prevista para o ano) foi de 259,4%, ou seja, incremento de R\$ 101,04 milhões. O maior crescimento constatado ocorreu nas ações voltadas para a melhoria do atendimento aos jovens em conflito com reformas; construções de novas unidades com modernas instalações; e equipes especializadas. Foram investidos R\$ 69,60 milhões, deste montante, R\$ 55,50 milhões com recursos do Tesouro e R\$14,09 milhões com outras fontes.

SIIAD -SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO E INFORMAÇÃO DE ADOLESCENTES	
Adolescentes identificados	16.327
Carteiras de identidade emitidas em 1ª	1.328
Certidões de nascimento cadastradas	4.616
Adolescentes certificados	10.235
Adolescentes com nome diferente do nome certificado	2.188
Adolescentes com reversão cadastrada	286
TOTAL DE ATENDIMENTO	34.980



Na Tabela 46 – Evolução da Despesa Liquidada por Grupo 2007 - Junho/2013 abaixo, apresentamos com maior detalhamento as despesas realizadas ao longo deste período pelo DEGASE.

Tabela 46 – Evolução da Despesa Liquidada por Grupo 2007 - Junho/2013

GRUPO DE DESPESA	FR	2007	2008	2009	2010	2011	2012	DISPONÍVEL 2013	JUNHO/2013	Δ % 2007 / 2013
PESSOAL	TESOURO	26.057.069	52.454.694	57.696.265	66.059.304	69.111.043	72.911.055	78.565.579	34.648.713	201,5%
CUSTEIO	TESOURO	10.654.488	15.574.170	26.983.603	38.780.875	46.413.289	51.348.095	43.524.000	16.743.307	308,5%
	OUTRAS FONTES		184.330	31.399	311.242	-	-	618.220	13.500	
	TOTAL CUSTEIO	10.654.488	15.758.500	27.015.002	39.092.117	46.413.289	51.348.095	44.142.220	16.756.807	314,3%
INVESTIMENTO	TESOURO	1.902.484	2.186.516	523.367	13.346.028	20.632.705	13.146.946	15.177.977	3.769.406	697,8%
	OUTRAS FONTES	332.035	543.753	-	6.187.489	7.034.033	-	2.103.325	-	533,5%
	TOTAL INVESTIMENTO	2.234.519	2.730.269	523.367	19.533.517	27.666.738	13.146.946	17.281.302	3.769.406	673,4%
	TOTAL GERAL	38.946.075	70.943.463	85.234.635	124.684.939	143.191.071	137.406.096	139.989.101	55.174.925	259,4%

O DEGASE ainda oferece aos adolescentes no Centro de Capacitação oficinas e cursos de qualificação profissional visando à capacitação profissional através da parceira de convênios de cooperação técnica, conforme demonstrado no quadro abaixo.



Obras realizadas pelo DEGASE inauguradas em 2013.

➤ Centro Socioeducativo Dom Bosco

Investimento total de R\$ 4,82 milhões. O novo espaço conta com alojamentos para três, adolescentes, escola formal, sala de informática, campo de futebol, piscina e horta orgânica e área de convivência.



➤ CAI - Campos dos Goytacazes

Investimento total de R\$ 11,20 milhões. Construído em uma área de 20 mil m², o centro é voltado para acautelamento e internação permanente e provisória de adolescentes do sexo masculino.





➤ **Projeto HORUS**

Batizado de HORUS, em referência ao Deus onipresente, o Novo DEGASE está implantando em todas as suas unidades o sistema de monitoramento eletrônico 24 horas. O projeto está em fase final de instalação para começar a operar plenamente no ano que vem. O Centro de Monitoramento, que possibilitará maior controle das atividades desenvolvidas, está instalado na Ilha do Governador: contando com 21 computadores e um painel de vídeo, o sistema receberá todas as imagens em tempo real. Ao todo serão 21 funcionários a cada turno de seis horas responsáveis por acompanhar a movimentação dos cerca de 1.100 adolescentes e, ao observarem alguma anormalidade, captarão as imagens. O HORUS também vai contar com uma sala de Gerenciamento de Situação de Conflito, onde os gestores vão examinar como intervir em caso de crise. Os centros socioeducativos da Ilha do Governador já estão conectados e sendo monitorados pelo sistema.

Criado pela Coordenação de Segurança e Inteligência, o sistema é pioneiro no país. Cada unidade socioeducativa ganhou câmeras de vídeo, cujos números podem chegar a 60 dependendo do porte do prédio.



No Centro de Monitoramento do DEGASE foram investidos R\$ 1,33 milhões em obras e na instalação dos equipamentos para operacionalização R\$ 4,90 milhões.



Por fim, cabe destacar as diversas oficinas e cursos de qualificação profissional oferecidos pelo DEGASE aos adolescentes nos Centros de Capacitação. Essa atividade busca, através de parceiras estratégicas, tais como convênios de cooperação técnica, capacitar esses jovens aumentando, assim, suas chances no mercado de trabalho. O quadro ao lado demonstra os diversos projetos existentes.

QUADRO DAS OFICINAS DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL			
PROJETO	PARCEIRO	OFICINA	LOCAL
Ampliando Horizontes	Ação Comunitária do Brasil /PETROBRÁS	Batik e Tie-Dye, Garcom, Telemarketing, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Almoxarife, Bordado, Cabelo Afro, Cerâmica Negra, Marcenaria, Estamparia	CAI Belford Roxo CECAP CENSE PACGC Educandário Santo Expedito - ESE
Mãos do Futuro	Werner Coiffeur Ltda. e RioSolidário - Obra Social do Rio de Janeiro	Auxiliar de Cabeleireiro, Auxiliar de Manicure, SPA de Pés e Mão	CECAP
Aprendizes da Liberdade	SENAI / Masan / Riosolidario / TIRJ SENAI / De Millus S.A / Riosolidario / TIRJ	Ajudante de Cozinha Mecânica de Auto (Jovem Aprendiz)	CECAP
Aromas e Histórias	Riosolidario	Perfumaria	CECAP
Liberdade Digital	PRODERJ e Riosolidario	Informática	CECAP
Flor e Ser	Fundação Mokiti Okada - MOA e Academia Sanguetsu	Ikebana – Arranjos Florais Horta Orgânica	CECAP, CENSE Dom Bosco, CRIAAD Barra Mansa, CRIAAD Niterói
CVT	FAETEC	Construção Civil Hotelaria	CVT Ilha do Governador CVT Bangu
TV NOVO DEGASE	CIEDS	Oficina de TV e vídeo para internet	CECAP Educandário Santo Expedito - ESE
Um Negócio Bom pra Cachorro	Instituto Plano e Ação Brasileiro – IPAB	Adestramento de Cães, Banho e Tosa de Cães	CECAP, Educandário Santo Expedito - ESSE, Centro de Atendimento Integrado -
Crescendo com Cidadania	Centro de Integração Social e Cultural –CISC	Costura Industrial, Costura Básica, Práticas de Mercado, Elétrica	CECAP, Educandário Santo Expedito - ESSE, CRIAAD São Gonçalo, CRIAAD



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Cota Financeira estabelecida no 3º bimestre deste ano, por meio da Resolução SEFAZ nº 638, de 12 de junho de 2013, em relação a Resolução do bimestre anterior (Resolução nº 614 de 17 de abril de 2013), apresentou um acréscimo em torno de R\$1,5 bilhão, sendo que, aproximadamente, R\$ 0,8 bilhão desse montante é pertinente às Outras Fontes de Recursos. Esse incremento nas Outras FR decorre, em sua maioria (92,4% do total), da liberação de Operações de Crédito e Convênios PAC – Administração Direta. Tais recursos serão gastos em programas de infraestrutura viária e em transportes.

Gráfico 10

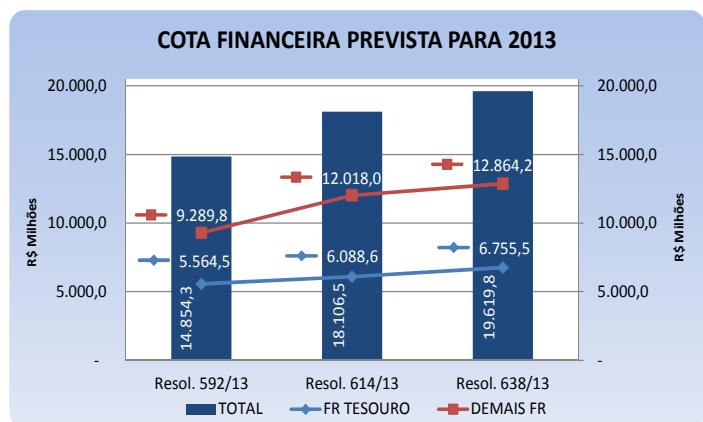


Tabela 47

No tocante a utilização da Cota Financeira (Tabela 47), com o incremento nas demais FR, é possível constatar que o índice de liberação até o terceiro bimestre do ano corrente encontra-se com maior similaridade, sendo 50,6% (R\$2,83 bilhões) para as FR do Tesouro e 49,4% (R\$2,76 bilhões) para Outras FR. Porém, quanto à utilização das parcelas, o mesmo equilíbrio não ocorre, pois 97,5% da Cota Financeira liberada nas FR de Tesouro foram utilizadas, enquanto nas Outras FR, o índice de utilização foi de 67,4%. Tal fato ratifica a tendência de os Órgãos utilizarem, em maior celeridade, o uso dos recursos do Tesouro em detrimento dos demais recursos.

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ JUNHO DE 2013

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	3.651	2.914	2.827	2.756	2.498
FR - Outras	3.367	1.902	2.763	1.862	1.798
Total geral	7.018	4.817	5.590	4.618	4.297

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Jun/2013

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	79,81%	103,10%	94,57%	97,50%	90,65%
FR - Outras	56,50%	68,84%	97,89%	67,39%	96,58%
Total geral	68,63%	86,16%	95,88%	82,61%	93,04%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Jun/2013

Tabela 48

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2013 POR ÁREAS (FR TESOURO)

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	367	238	235	234	211
SAÚDE	1.230	985	917	916	830
SEGURANÇA	246	195	186	182	167
DEMAIS ÁREAS	1.809	1.497	1.490	1.424	1.290
TOTAL GERAL	3.651	2.915	2.827	2.756	2.498

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Jun/2013

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	64,94%	101,52%	98,36%	99,86%	90,28%
SAÚDE	80,08%	107,43%	93,00%	99,91%	90,60%
SEGURANÇA	79,35%	104,98%	93,50%	98,15%	91,72%
DEMAIS ÁREAS	82,74%	100,49%	95,10%	95,56%	90,60%
TOTAL GERAL	79,83%	103,12%	94,55%	97,50%	90,65%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição acumulada até Jun/2013



Observando a ultima etapa da despesa, o pagamento, o Tesouro Estadual adimpliu 90,6% das Programações de Desembolso emitidas até o terceiro bimestre, cerca de R\$ 2,5 bilhões, mantendo, assim, percentual de pagamento próximo ao realizado no mesmo bimestre do ano anterior, demonstrando, dessa forma, a eficiência do Tesouro do Estado do Rio de Janeiro na execução dos pagamentos.

O Gráfico 11 demonstra que os órgãos estaduais utilizaram 97,5% do montante liberado. E, apenas, 9,1% do total de recursos liberados ainda não foram quitados, confirmando a celeridade dos pagamentos.

Ressalte-se que o montante da Cota Financeira liberada até o 3º bimestre de 2013, referente as FR do Tesouro, foi 19,0% superior em relação ao mesmo período do ano passado, ou seja, este ano, o volume de pagamentos já superou, significativamente, o valor no período do exercício passado.

VI.2 Pagamento de PD's

Durante o terceiro bimestre de 2013, o Tesouro Estadual manteve o prazo médio praticado no pagamento das Programações de Desembolso (PD's) emitidas pelos órgãos, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Destaque para a redução no prazo médio das áreas prioritárias: de 19 dias para os atuais 17 dias.

O Tesouro Estadual adimpliu, neste bimestre, cerca de 90% do montante das PD's em até 30 dias, e, conforme pode ser observado no Gráfico 12, a menor parcela foi honrada num prazo acima de trinta dias após suas respectivas datas de emissão. Esse fato decorre, em parte, por erros na confecção das PDs pelos órgãos.

Esse cenário reflete o planejamento permanente do caixa do Estado, o que garante a eficácia e agilidade na execução da programação orçamentária e financeira,

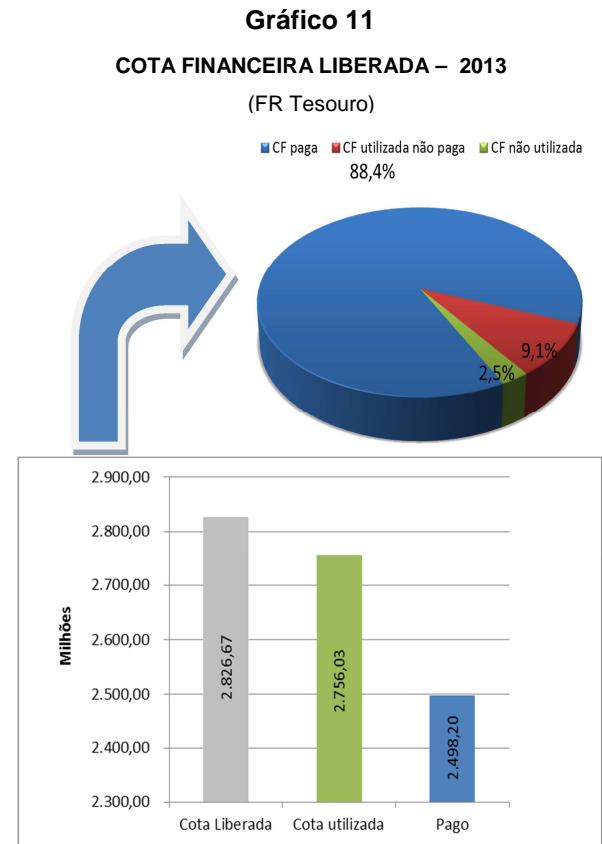


Tabela 49
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

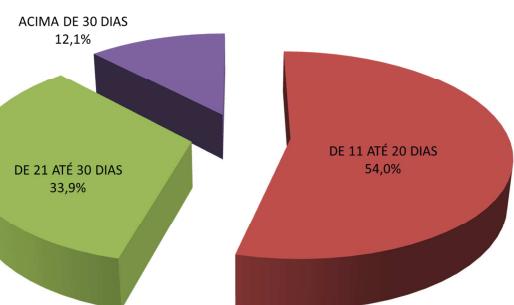
3º BIMESTRE DE 2013

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	17
NÃO PRIORITÁRIAS	24
MÉDIA GERAL	21

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 12

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO
3º BIMESTRE 2013





visto que o Tesouro Estadual continua atuando de forma célere e equânime junto aos órgãos do Estado.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

As expectativas inflacionárias para o ano de 2013 (5,65% a.a), acima da meta do Banco Central (4,50% a.a), levaram o Comitê de Política Monetária (COPOM), na 175^a³⁵ reunião, a elevar a taxa Selic em 0,50 pontos percentuais, passando a vigorar a taxa de 8% a.a.

Assim, o aumento da taxa Selic, junto com outros fatores, e.g. disponibilidade financeira do período e alocação dos recursos em fundos com melhores rentabilidades, acarretaram no aumento de 7,16% da receita financeira no 3º bimestre, quando comparado ao 2º bimestre de 2013, e, 3,10% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Com isso, o Tesouro até o terceiro bimestre deste exercício realizou 44% da receita financeira estimada pela LOA de 2013.

Esse bom desempenho advém do constante esforço do Tesouro Estadual em otimizar os recursos na sua administração, por meio da manutenção da política de investimentos em fundos exclusivos (criados especialmente para o Estado), que possuem uma rentabilidade maior que a dos outros fundos. Tais fundos obtiveram, em média, 101,54% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Após a realização da segunda elevação da taxa de juros básica no ano, e ainda, de alguns indicadores econômicos apresentarem uma provável desaceleração da economia, a curva de juros foi ajustada pelo Banco Central, projetando para o final do 2013 uma taxa de juros de 9,25% a.a..

Como consequência, espera-se que a rentabilidade dos fundos se mantenha elevada até o final do ano. Todavia, esse aumento, por si

Gráfico 13

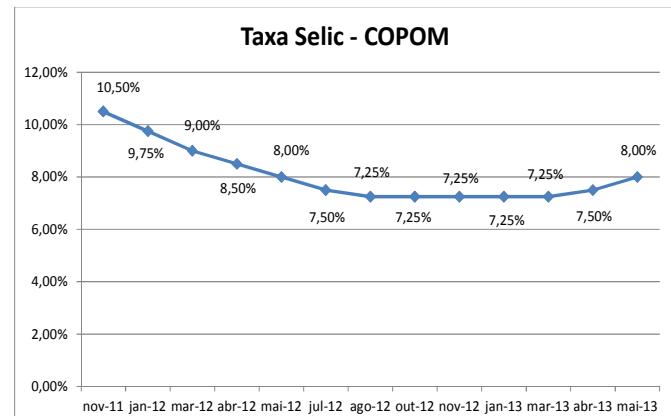
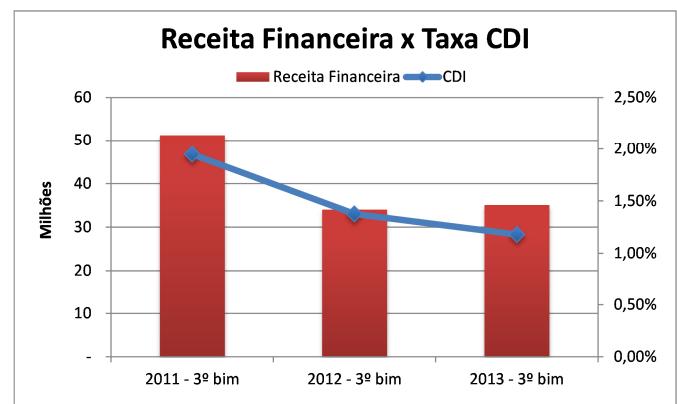


Gráfico 14



³⁵ Reunião realizada nos dias 28 e 29 de maio de 2013.



só, não garante o aumento da receita financeira, já que outros fatores influenciam no rendimento dos fundos, como por exemplo, a disponibilidade em caixa.

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a junho de 2013, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 105,4 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 54,3%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 20,6% para serviços de água e esgoto, 22,8% para serviços de telefonia, móvel e dados e 2,1% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2013, foram disponibilizados R\$ 319 milhões³⁶ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 139 milhões, ou seja, 43,5%.

Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos é celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais³⁷, abrange 16 concessionárias.

Gráfico 15

Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos

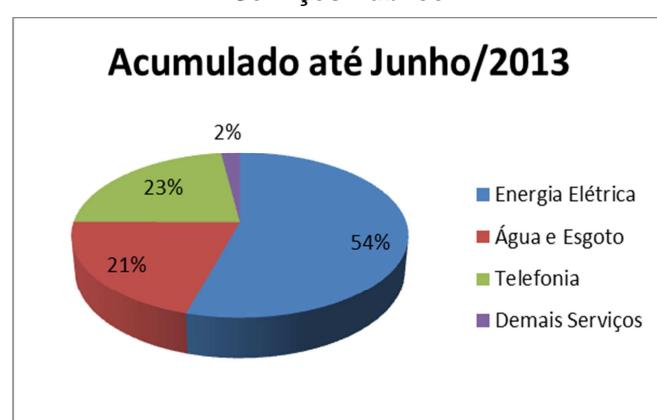
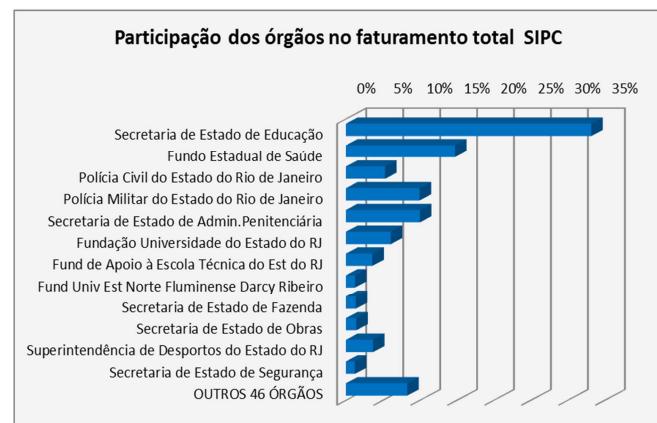


Gráfico 16



³⁶ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.



Considerando o faturamento de 2013, através do SIPC, foram registrados R\$ 149,2 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 92 milhões, ou seja, 62% do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (38%), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Analizando o 3º bimestre, verifica-se que a Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG), juntas, são responsáveis por 70% do montante faturado em março/abril, sendo que este grupo quitou, apenas, 37% do total por eles faturado.

Por outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo do Centro de Tecn. de Informação e Comum. do Estado do RJ (PRODERJ), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Fundação Leão XIII (FL.XIII) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Inst. de Segurança Pública do Estado do RJ (ISP), Fund. de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), Inst. Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA), dentre alguns outros.

³⁷ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.



VI.4.1 Características de Consumo

Analizando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 3º bimestre de 2013, verificou-se um aumento global de 3,7%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em maio e junho de 2013, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 9,1 milhões, sendo R\$ 8,5 milhões de demanda contratada e R\$ 0,67 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, esses serviços são prestados pela OI/Telemar. Observa-se que neste primeiro quadrimestre de 2013 a média do faturamento foi de R\$ 1,3 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 112 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a OI/Telemar está realizando os procedimentos necessários para inclusão destes serviços no SIPC.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 3º bimestre de 2013, foram faturados R\$ 19,4 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE comprehende cerca de 85% do total faturado para este tipo de serviço.

Tabela 50
Faturamento Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

FAVORECIDOS	1 Bim/13	2 Bim/13	3 Bim/13
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	73.462,18	120.709,11	93.389,34
AGUAS DE NITEROI	1.147.158,63	1.250.857,64	1.201.682,86
AGUAS DE NOVA FRIBURGO	93.906,75	133.348,01	120.983,37
AGUAS DO IMPERADOR	104.875,55	125.943,39	128.672,34
AGUAS DO PARAIBA	912.687,44	1.055.923,11	966.497,50
CEDAE	17.295.916,37	17.266.657,13	16.425.750,14
AGUAS DE JUTURNAIBA	185.017,42	189.434,35	190.957,66
PROLAGOS S/A	108.902,96	150.844,01	131.248,28
SAAE/B. MANSA	27.963,81	38.573,46	36.223,63
SAAE/V. REDONDA	127.140,90	126.517,93	136.309,56
Total Faturado	20.077.032,01	20.458.808,14	19.431.714,68

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Desde a implantação do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, em meados de 2007, até a presente data, esta SEFAZ recebeu 1.690 requerimentos solicitando informações sobre créditos. Desse montante, após as 5 fases abertas, 994 credores aderiram ao mesmo, totalizando um valor repactuado de aproximadamente R\$ 258,5 milhões.



Assim, como cerca de R\$ 260 milhões já foram repactuados, conclui-se que 75% do total da dívida foi resolvida por intermédio Programa, dando ao tratamento deste assunto um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

VI.5.1 Valores Adimplidos em Maio de 2013

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado pela Secretaria de Estado de Fazenda para o Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, após os pagamentos realizados no mês de maio de 2013, o Tesouro Estadual despendeu o total de R\$ 12,05 milhões.

Cabe destacar que, desde o início do Programa, iniciado em meados de 2007, o Tesouro Estadual já pagou o montante de R\$ 211,85 milhões.

Verificou-se, ademais, que após a aplicação dos procedimentos instituídos pelo módulo “AUTENTICA” (instituído por meio da Portaria CGE nº 138, de 16 de outubro de 2009) e da baixa contábil de alguns restos a pagar em virtude da prescrição administrativa, verificou-se que o estoque efetivo dos restos a pagar abarcados pelo programa, que, inicialmente, montava em R\$ 400 milhões, atualmente monta em cerca de R\$ 345 milhões.

Assim, como cerca de R\$ 258,50 milhões já foram repactuados, conclui-se que quase 75,00% do total da dívida foi atendida pelo programa, dando ao tratamento deste a um alto grau de transparência, previsibilidade e segurança para os fornecedores do Estado.

Em relação ao total dos pagamentos efetuados até o 3º bimestre de 2013, aproximadamente 82,00% do total da dívida já foi integralmente quitado. Importante enfatizar, também, que do total desses credores, 869 credores já tiveram seus créditos integralmente adimplidos, o que corresponde a aproximadamente 87,00% do total de adesões. E, ainda, do total desses fornecedores, 602 possuíam créditos com valores inferiores a R\$ 50.000,00, ou seja, receberam em parcela única.



VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deveria quitar seu estoque em 15 anos.

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro transferiria, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

No entanto, no dia 14 de março de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4.357 e 4.425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.

Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que criava o regime especial de pagamento.

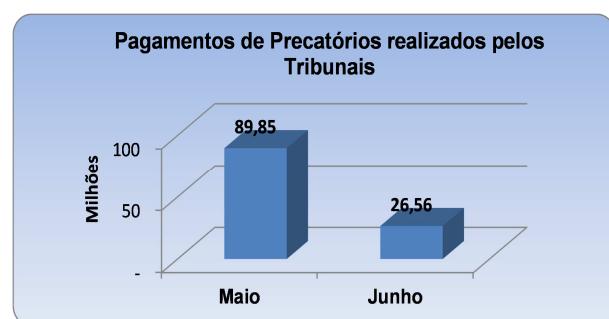
Não obstante, até a publicação da decisão do STF, quando então serão modulados seus efeitos, os Tribunais deverão dar continuidade aos pagamentos conforme o Regime Especial adotado.

Assim, nos meses de maio e junho de 2013, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos de precatórios no montante de R\$ 116,40 milhões.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.

No 3º bimestre de 2013, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 1,93 milhão em pagamentos de quatro acordos

Gráfico 17





de parcelamento, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

No mês de junho, houve importante avanço por parte do Estado do Rio de Janeiro no intuito de quitar seu estoque de precatórios, acumulado durante anos a partir da década de 90. Em 27 de junho de 2013, foi promulgada a Lei Complementar nº 147, que dispõe sobre a utilização de parcela dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

De acordo com o estabelecido na LC 147/2013, 25% do total de depósitos judiciais e extrajudiciais serão utilizados para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante em um fundo de reserva destinado a garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

Para iniciar os pagamentos das requisições judiciais de pagamento em conformidade com a LC 147/2013 estão sendo expedidas as normas complementares no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como convênio com o Banco do Brasil para operacionalização dos pagamentos.

A expectativa do Estado do Rio de Janeiro é que até o fim do ano o estoque de precatórios seja quitado.

Cabe destacar que essa é uma iniciativa pioneira do Estado do Rio de Janeiro no intuito de liquidar integralmente sua dívida com precatórios.



Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 3º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 427 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 5,67 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁸.

Tabela 51

MÊS	QUANTIDADE	VALOR
MAIO	260	4.322
JUNHO	167	1.350
TOTAL	427	5.672

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 3º bimestre de 2013, o montante de R\$ 124,00 milhões.

³⁸ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".



VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

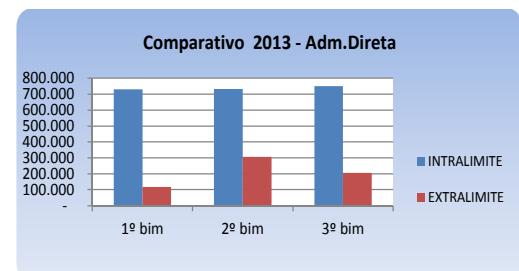
O Tesouro Estadual desembolsou no 3º bimestre de 2013, R\$ 956,63 milhões com o serviço da dívida³⁹. A importância desembolsada foi 8,0% inferior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pela redução do serviço extralímite, que foi 32,7% inferior ao pago no 2º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida interna e externa ocorridos no bimestre anterior.

Do total pago no 3º bimestre de 2013, R\$ 749,59 milhões foram referentes à dívida intralímite⁴⁰, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 87,58 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro⁴¹ Estadual alcançou R\$ 1,65 milhões, 46,8% inferior em relação ao 2º bimestre de 2013. Essa diferença se deve ao pagamento semestral ocorrido no bimestre anterior do contrato da RIOTRILHOS-DMLP.

Gráfico 18



³⁹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

⁴⁰ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidos as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

- I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;
- II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;
- III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;
- IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;
- V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;
- VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;
- VII – as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

⁴¹ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



Tabela 52

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	2º bim 2013			3º bim 2013			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	575.832	461.280	1.037.112	426.661	528.312	954.973	-7,92%
INTRALIMITE	334.928	397.249	732.178	355.294	394.293	749.587	2,38%
EXTRALIMITE	240.904	64.030	304.934	71.367	134.019	205.386	-32,65%
INTERNA	74.209	30.090	104.299	71.367	124.943	196.310	88,22%
EXTERNA	166.695	33.940	200.635	-	9.076	9.076	-95,48%
ADM. INDIRETA HONRADA	2.130	976	3.106	1.507	147	1.654	-46,75%
TOTAL	577.962	462.255	1.040.217	428.168	528.459	956.627	-8,04%

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	266.449	397.249	663.698	267.962	394.293	662.255	-0,22%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	334.928	397.249	732.178	355.540	394.293	749.833	2,41%
Amortização do resíduo	(68.479)	-	(68.479)	(87.578)	-	(87.578)	27,89%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

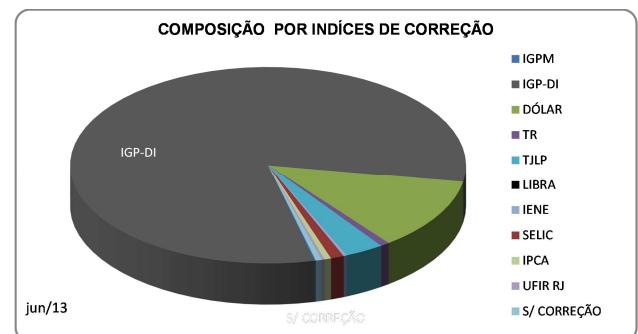
No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se uma queda de 95,5% em relação aos meses de março e abril, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa ocorridos no bimestre anterior. No bimestre, houve apenas o pagamento dos juros de alguns contratos da dívida externa no valor de 9,08 milhões. Ressalta-se, contudo, que este montante representa 0,9% do total do serviço pago.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 3º bimestre de 2013, o estoque da Dívida Financeira cresceu 3,8% em relação ao bimestre anterior.

O estoque da dívida interna, seguindo a mesma tendência do total da dívida, cresceu 3,3%, quando comparado ao 2º bimestre de 2013. Explicado basicamente pela incorporação de resíduo do contrato de refinanciamento firmado ao amparo da Lei nº 9496/97, e pela variação do IGP-DI⁴² no período.

Gráfico 19



⁴² A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 3º bimestre fechou em 0,3% (IGP-DI de abr/13 e mai/13) e nos últimos 12 meses (de jun/12 a mai/13) em 6,2%.



Tabela 53

<i>R\$ mil</i>			
DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2013			
	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	71.771.812	74.501.489	3,80%
INTERNA	66.500.252	68.670.288	3,26%
Dívida com a União	61.902.034	61.916.769	0,02%
Outras Dívidas Contratuais	4.598.218	6.753.519	46,87%
EXTERNA	5.179.203	5.736.773	10,77%
Com Aval do Tesouro Nacional	5.176.134	5.733.386	10,77%
Mobiliária	3.070	3.387	10,34%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	92.357	94.428	2,24%
DÍVIDA FINANCEIRA	71.771.812	74.501.489	3,80%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	34.130.549	34.189.103	0,17%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,10	2,18	3,63%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 7,7% do total da dívida financeira, encerrou o 3º bimestre de 2013 com saldo de R\$ 5,73 bilhões, ou seja, 10,8% superior ao 2º bimestre de 2013, consequência da desvalorização do real frente ao dólar⁴³ e do ingresso de recursos das operações que se encontram em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 94,43 milhões, representando um aumento de 2,2% em relação ao saldo verificado em março e abril de 2013.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 3,6% em relação ao 2º bimestre de 2013. A relação subiu de 2,10 para 2,18⁴⁴.

⁴³ A cotação do dólar (US\$) no dia 30 de junho foi de 2,2156, 10,7% superior a cotação do 30 de abril de 2013 foi de 2,0017.

⁴⁴ A meta da dívida para o exercício de 2013, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 22/10/2012, foi de 2,19.



Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 90,31% do estoque. Desse montante, 93,54% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6,00%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2039, os vencimentos de curto prazo⁴⁵, representam 7,15%, e desse percentual, apenas 0,38% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴⁶. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴⁷ e ao prazo médio de repactuação⁴⁸, estes atingiram 13,20 anos e 10,40 anos, respectivamente.

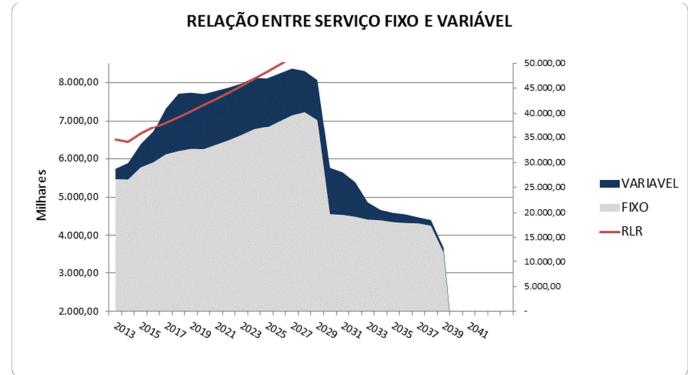
Cenários Econômicos

A análise de sensibilidade tem por objetivo medir as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chave, como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 54

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX DE JUROS R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.303.711	1,94%	1,75%
2,1 - 4	236.403	0,35%	0,32%
4,1 - 6	62.939.513	93,54%	84,48%
acima de 6,1	2.805.996	4,17%	3,77%
Subtotal	67.285.623	100,00%	90,31%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	3.412.640	47,29%	4,58%
2,1 - 4	569.860	7,90%	0,76%
4,1 - 6	3.233.365	44,81%	4,34%
Subtotal	7.215.866	100,00%	9,69%
Total	74.501.489		100,00%

Gráfico 20



⁴⁵ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴⁶ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 à 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

⁴⁷ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

⁴⁸ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).



Tabela 55

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	74,38%	59.823.653	IGP-DI	73,88%	58.291.134	IGP-DI	76,89%	68.568.663
DÓLAR	16,89%	13.588.300	DÓLAR	17,22%	13.588.300	DÓLAR	15,24%	13.588.300
TR	1,71%	1.378.512	TR	1,75%	1.378.512	TR	1,55%	1.378.512
TJLP	4,65%	3.741.583	TJLP	4,74%	3.741.583	TJLP	4,20%	3.741.583
LIBRA	0,00%	3.387	LIBRA	0,00%	3.387	LIBRA	0,00%	3.387
IENE	0,24%	189.890	IENE	0,24%	189.890	IENE	0,21%	189.890
SELIC	0,89%	713.697	SELIC	0,90%	713.697	SELIC	0,80%	713.697
UFIR RJ	0,11%	92.234	UFIR RJ	0,12%	92.234	UFIR RJ	0,10%	92.234
IPCA	0,75%	599.936	IPCA	0,76%	599.936	IPCA	0,67%	599.936
S/ CORREÇÃO	0,37%	299.851	S/ CORREÇÃO	0,38%	299.851	S/ CORREÇÃO	0,34%	299.851
TOTAL	100,00%	80.431.042	TOTAL	100,00%	78.898.523	TOTAL	100,00%	89.176.052

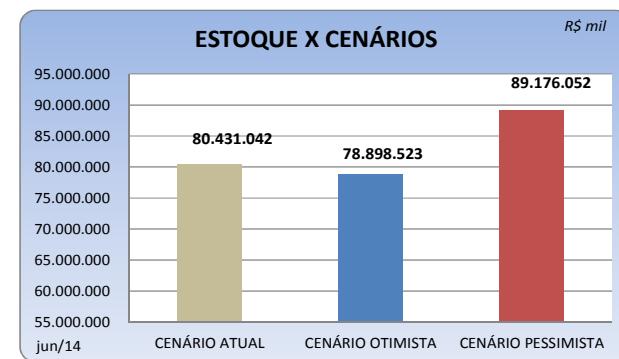
jun/14

jun/14

jun/14

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,54% a.a. e 14,61% a.a., respectivamente. Considerando os cenários de variação da projeção do IGP-DI apresentados, no estoque da dívida, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado na tabela 4, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 10,27 bilhões e, em valores relativos, de 13,03%.

Gráfico 21



Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,01% na participação do IGP-DI no total da dívida, passando de 74,38%, no cenário atual, para 76,89%, no cenário pessimista.

Analizando-se o cenário macroeconômico, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) O IGP-DI variou 0,76% em junho, ante 0,32 em maio, de acordo com a FGV, repercutindo aceleração do IPA, IPC e INCC. O indicador acumula aumentos de 1,85% no ano, resultando em inflação acumulada em doze meses de 6,28%. O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60% do indicador geral teve alta de 0,85% no mês, ante alta de 0,01% em maio, acumulando alta de 0,67% no ano e de 6,02% em doze meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no IGP-DI, segundo componente mais importante do IGP-DI, registrou crescimento de 0,35% no mês, ante 0,32% em maio, acumulando alta de 3,29% no



ano, comparativamente a 5,74% no mesmo período do ano anterior, e de 6,22% em doze meses. O grupo alimentação, que pressionou o indicador até abril, teve alta de 0,02% em junho ante avanço de 0,36% em maio. O INCC-DI subiu 1,15% em junho, ante 2,25% em maio, destacando-se a desaceleração nos preços de materiais, equipamentos e serviços, 0,50%, em junho ante 0,64% em maio, enquanto os custos de mão de obra registraram 1,74% em junho, depois de subir 3,77% em maio. O INCC acumulou variações de 6,02% no ano e de 8% em doze meses.

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 4,04 bilhões para 8,82 bilhões e de 6,18% para 11,86%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional atreladas a moeda norte americana.

A Tabela 56 e Tabela 57 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%) nas variáveis chave e a tabela 6 demonstra o quanto varia o serviço no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor

Verifica-se, na Tabela 56 e Tabela 58, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chave no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 65,9 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 1,1% do mesmo. Constatase, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analizando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 57, observase que o mesmo, é pouco sensível a variações do dólar americano e do iene, visto que o aumento de 10% nessas moedas, gera um aumento de no máximo 1,3 % em relação ao estoque vinculado ao dólar americano.

Tabela 56

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil	%
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólar Americano	+10,0%	+51.167,50		+0,890
Iene Japonês	+10,0%	+4.804,85		+0,084

Tabela 58

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil	%
Libor	+1,0%	+65.927,80		+1,147

Tabela 57

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil	%
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólar Americano	+10,0%	+1.081.906,97		+1,345
Iene Japonês	+10,0%	+18.988,99		+0,024



Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 1,97 bilhão de receita oriunda de operações de créditos, em maio e junho:

- R\$ 1,00 bilhão, destinado ao Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J II – PRÓ CIDADES II (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 530 milhões, destinados à Elaboração de Estudos e Projetos Relativos a Linha 4 do Metrô - Fase II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 399,96 milhões, destinados ao Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA PROCOI (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 13,97 milhões, destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA); e
- R\$ 5,58 milhões, para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 5,24 milhões, destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 3,89 milhões, para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES) ;
- R\$ 1,6 milhão, destinado ao Programa de Modernização da Administração Estadual II – PMAE II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 1,32 milhão, ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 781,56 mil, destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID).



Tabela 59

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 30.06.2013

R\$ mil

	2013		2014/16
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	2.659.899	2.099.403	12.639.577
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	2.536.025	1.267.237	8.796.424
BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	6.770	6.770
CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	51.893	99.939	394.858
BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	3.887	23.655	23.655
BNDES PMAE II	1.600	4.257	4.257
CAIXA PAC	5.560	50.582	68.715
CAIXA - VIALIGHT	-	21.000	259.140
BNDES - MARACANÃ_ COPA 2014	-	40.000	40.000
B. BRASIL - PROGRAMA PRÓ-CIDADES	539.000	-	1.656.000
BNDES - METRÔ LINHA 4 - FASE I	-	22.845	22.845
CAIXA - PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II	-	61.000	415.373
PROINVEST BB	-	471.821	471.821
PROCOI / CAIXA	399.957	-	799.914
PRÓ-CIDADES II B. BRASIL	1.004.128	-	2.131.672
LINHA 4 METRÔ - FASE II BNDES	530.000	465.368	2.501.405
Demais	123.873	832.166	3.843.153
PET II AQUISIÇÃO DE TRENS - B. BRASIL	17.146	44.146	59.960
RIO RURAL - BIRD	5.580	16.725	35.115
PROFAZ - BIRD	782	17.946	27.044
PRÓ-GESTÃO -BIRD	1.000	25.431	38.039
PRODETUR - BID	-	35.825	235.563
PSAM - BID	-	47.190	981.466
PET II ADICIONAL - BIRD	-	192.304	1.262.592
POE - CAF	-	80.900	132.936
PROVIAS - CAF	-	52.177	515.484
MARACANÃ PROCOPA II - CAF	95.785	67.523	67.523
ARCO METROPOLITANO - CAF	3.580	196.120	354.496
INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I	-	55.877	132.936
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	1.524.670	1.772.057
RIORURAL - ADICIONAL		39.613	205.000
RIO METRÓPOLE PROGESTÃO II		16.400	98.400
INVESTIMENTOS COMPLEMENTARES COPA E OLIMPIADAS	-	1.468.657	1.468.657
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	37.000	600.000
Total	2.659.899	3.661.073	15.011.634

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de jun/2013

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012.



Tabela 60

Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 30.06.2013

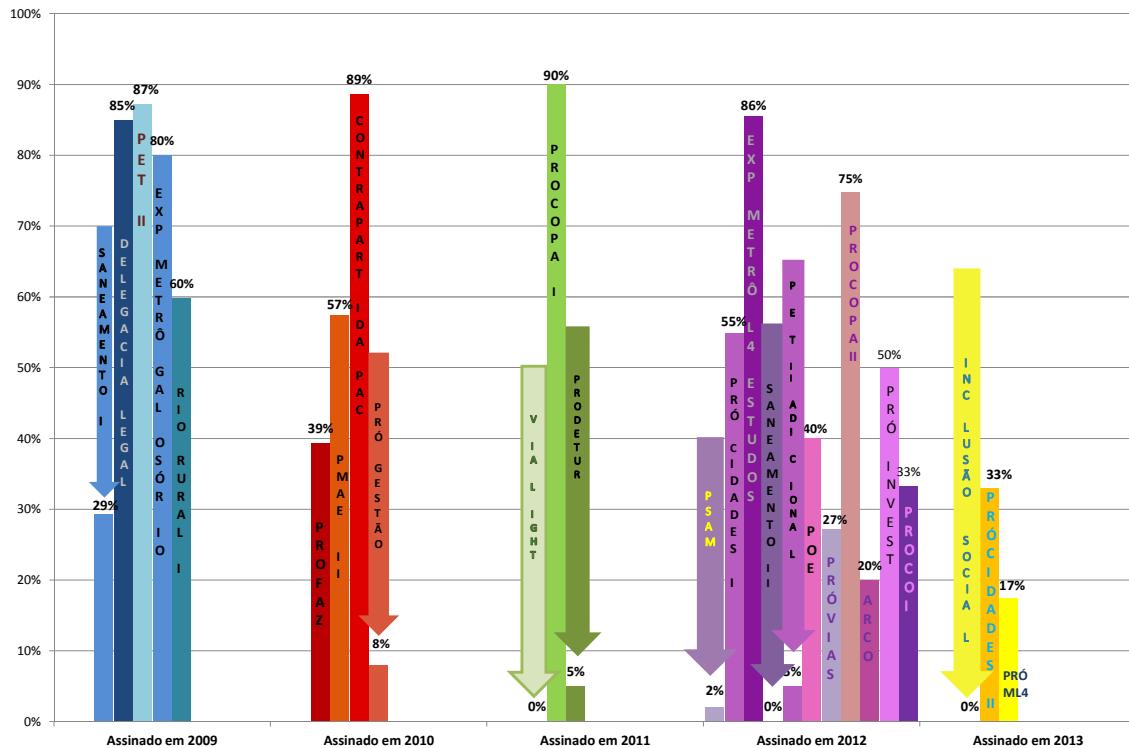
DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO/INST. FIN./ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
			CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009							
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I - CAIXA - CEDAE	REAL	558.000.000	163.142.120	29%	558.000.000	163.142.120
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL - BNDES - SEOBRAS	URTJLP	79.530.718	67.547.692	85%	157.000.000	133.344.548
24/09/2009	PET II - BIRD - SETRANS	DOLAR	211.700.000	184.637.410	87%	469.042.520	345.726.952
25/11/2009	EXP.METRO/GENERAL OSORIO-BNDES-RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587	13.772.924	80%	33.959.283	27.188.855
14/12/2009	RIO RURAL I - BIRD - SEAAPA	DOLAR	39.500.000	23.651.149	60%	87.516.200	44.071.665
2010							
10/05/2010	PROFAZ - BID - SEFAZ	DOLAR	19.759.050	7.770.588	39%	43.778.151	12.943.820
26/05/2010	PMAE II - BNDES - SEPLAG	URTJLP	5.056.533	2.900.302	57%	9.982.000	5.725.429
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA - SEOBRAS	URTJLP	307.002.053	272.193.652	89%	606.046.613	537.332.045
22/11/2010	PRO-GESTAO I - BIRD - SEPLAG	DOLAR	18.673.000	1.504.378	8%	41.371.899	3.027.960
2011							
28/06/2011	VIALIGHT - CAIXA - SEOBRAS	REAL	259.138.332	-	0%	259.138.332	-
29/07/2011	MARACANA PROCOPA I - BNDES - SEOBRAS	URTJLP	202.626.033	182.363.430	90%	400.000.000	360.000.000
08/08/2011	PRODETUR - BID - SETUR	DOLAR	112.000.000	5.680.000	5%	248.147.200	10.292.160
2012							
20/03/2012	PSAM - BID - SEA	DOLAR	451.980.000	9.000.000	2%	1.001.406.888	18.816.300
05/06/2012	PRO-CIDADES I - B. BRASIL - SEOBRAS	DOLAR	1.786.165.115	980.064.394	55%	3.957.427.429	1.989.563.000
12/06/2012	EXP.METRO-L4-Estudos e Projetos-BNDES-RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.241	68.441.894	86%	157.954.513	135.109.775
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA - CEDAE	REAL	415.372.249	-	0%	415.372.249	-
05/09/2012	PET II Adicional - BIRD - SETRANS	DOLAR	600.000.000	30.135.607	5%	1.329.360.000	61.536.909
13/09/2012	POE - CAF - SEOBRAS	DOLAR	100.000.000	40.000.000	40%	221.560.000	82.902.000
13/09/2012	PRO-VIAS - CAF - SEOBRAS	DOLAR	319.675.000	87.013.827	27%	708.271.930	180.510.183
22/11/2012	MARACANA PROCOPA II - CAF - SEOBRAS	DOLAR	120.666.000	90.189.809	75%	267.347.590	182.420.666
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO - CAF - SEOBRAS	DOLAR	200.000.000	40.000.000	20%	443.120.000	83.004.000
12/12/2012	PRO-INVEST - B. BRASIL - SEPLAG	URTJLP	476.655.846	237.647.802	50%	940.956.773	469.135.773
20/12/2012	PROCOI - CAIXA - SEOBRAS	REAL	1.199.871.472	399.957.427	33%	1.199.871.472	399.957.427
2013							
22/02/2013	INCLUSAO SOCIAL - BID - SEASDH	DOLAR	60.000.000	-	0%	132.936.000	-
26/04/2013	PRO-CIDADES II - B. BRASIL - SEOBRAS	DOLAR	1.433.848.224	471.728.638	33%	3.453.292.152	1.004.127.845
26/04/2013	METRO - PRO-ML4 - BNDES - RIO TRILHOS	URTJLP	1.535.603.927	268.479.494	17%	3.031.405.000	530.000.000

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



Gráfico 22

OPERAÇÕES CONTRATADAS EM FASE DE DESEMBOLSO
PERCENTUAL LIBERADO POR CONTRATO



Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁹

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º bimestre de 2013, com 549 Convênios de Despesa e 393 Convênios de Receita vigentes⁵⁰.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças⁵¹; já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC⁵², engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 82 convênios, beneficiando 50 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 342,13 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, em obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 467 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até os meses de maio e junho de 2013 foi de R\$ 1,18 bilhão.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 3º bimestre de 2013, o total de 42 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,08 bilhões⁵³. Dessa importância, R\$ 1,17 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 914,03 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Dos recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 3º bimestre de 2013, foram repassados em torno de R\$ 961,99 milhões,

⁴⁹Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁵⁰Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁵¹ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁵²Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁵³ Valor original desconsiderando os aditivos.



sendo destinados 84,16%, à área de Habitação; e, 15,84%, à área de Saneamento.

Ademais, cabe informar que a Subsecretaria Adjunta de Gerenciamento de Projetos (EGP-Rio), vinculada à Casa Civil, promoveu, no dia 18 de junho de 2013, o Encontro de Gestores de Convênios para coordenadores, gerentes e ordenadores de despesa que trabalham na administração direta e indireta do governo. O objetivo do evento foi alinhar estratégias na gestão de convênios, e manter a adimplência junto à prestação de contas do Estado.

A iniciativa faz parte da estratégia de melhoria continuada, executada pela referida Subsecretaria, dentro da organização do Estado, para que cada órgão consiga alcançar a eficiência na gestão de convênios, desde a elaboração de uma proposta até a devida prestação de contas.

Cabe destacar, ainda, que o evento contou com a participação do Contador Geral do Estado e Da Superintendente das Coordenadorias Setoriais de Auditoria, da Auditoria Geral do Estado, que ratificaram a importância da padronização das informações na celebração de convênios.

Além disso, salienta-se que, após a inicialização desse trabalho, o Estado do Rio de Janeiro conseguiu manter uma contínua adimplência, aumentando a captação de recursos junto ao Governo Federal, haja vista que, apenas no ano passado, foram celebrados 90 novos convênios junto a órgãos da União.



VI.9 Operação de Crédito

No terceiro trimestre de 2013, a Coordenação de Captação de Recursos (COCAR), responsável por identificar, fomentar e negociar as contratações de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro participou do Seminário de Gestão em Investimento Público (GIP) promovido pelo Banco Mundial (BIRD) com a colaboração da Prefeitura do Rio de Janeiro. O seminário teve como objetivo apresentar uma visão ampla da relevância da GIP, assim como as estruturas desenvolvidas pelo Banco para avaliá-la. Foram apresentadas e discutidas, também, ferramentas básicas para avaliação de projetos de investimento e conciliação de projetos de Parcerias Público-Privadas.

Participou, ainda, de Workshop organizado pelo BIRD, com o intuito de adquirir maiores conhecimentos da ferramenta PEFA (*Public Expenditure and Financial Accountability*) aplicada a entes nacionais e subnacionais. Tal instrumento fornece uma visão geral de todos os aspectos do desempenho dos sistemas de gestão de finanças públicas de um país, estado ou município (o que inclui receita, despesa, aquisições em ativos e passivos financeiros), por meio da ponderação de 28 indicadores desenvolvidos pelo referido Banco.

Além disso, foram iniciadas tratativas junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para viabilizar a contratação de mais uma operação de crédito, na modalidade de apoio orçamentário (*Policy Based Loan – PBL*). Neste sentido, a SUBFIN recebeu um consultor do BID em uma rápida missão, a fim de colaborar com as primeiras etapas necessárias à formalização do empréstimo, como a preparação de matriz de problemas e de políticas do futuro financiamento. Desse modo, a COCAR, em conjunto com a Assessoria da Subsecretaria Geral, iniciou a formatação das ações necessárias para a operacionalização do referido projeto.



VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

Em 04 de junho de 2013, foi assinado o primeiro contrato de Parceria Público Privado do Estado do Rio de Janeiro, Contrato Casa Civil/RJ nº 27/2013.

Celebrado com a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Complexo Maracanã Entretenimento S.A, o contrato contempla a gestão, operação e manutenção dos Estádios Maracanã e Maracanãzinho, bem como a realização de obras incidentais que inclui a demolição e reconstrução em outra área dos seguintes equipamentos: (i) Estádio de Atletismo Célio de Barros e (ii) Parque Aquático Julio Delamare, (iii) Escola Municipal Friedenreich, (iv) prédio do antigo museu do índio, (v) presídio Evaristo de Moraes. O contrato abarca, ainda, a construção de um estacionamento com duas mil vagas e a construção de um Museu do Futebol em área adjacente ao Estádio Maracanã.

A concessão administrativa compreende 35 (trinta e cinco) anos com valor para o investimento correspondente a R\$ 594.162.148,71 (quinhentos e noventa e quatro milhões, cento e sessenta e dois mil, cento e quarenta e oito reais e setenta e um centavos). Ademais, a partir do segundo ano de operação da concessão, a Concessionária terá a obrigação de pagar o valor anual de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos reais), a título de outorga da concessão, em decorrência do valor econômico do bem público cuja outorga de uso foi adotada como contraprestação pecuniária.

É importante ressaltar que a celebração deste contrato não afetou o valor do montante permitido para gastos decorrentes de contratações de PPPs, limitado legalmente em 3% da Receita Corrente Líquida⁵⁴ do Estado.

Atualmente, encontram-se em estudo 11 (onze) projetos de diversas áreas, com vistas à inclusão no Programa Estadual de Parceria Públco-Privada do Rio de Janeiro.

⁵⁴ O Art. 24, da Lei 5.089, de 10 de julho de 2007 dispõe o seguinte: "A Administração Pública Estadual somente poderá contratar parceria público-privada quando a soma das despesas de caráter continuado e das contraprestações, derivadas do conjunto das parcerias já contratadas, incluindo créditos tributários e outras formas de renúncias fiscais definidos no art. 26 desta Lei, não tiver excedido, no ano anterior, a 3% (três por cento) da receita corrente líquida do exercício, e desde que as despesas anuais dos contratos vigentes, nos 10 (dez) anos subsequentes, não excedam a 3% (três por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios".

Gráfico 23

Quantidade de Propostas Preliminares de Projetos PPP

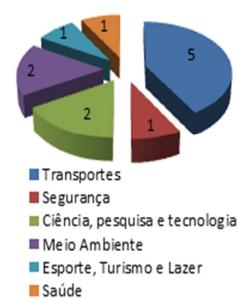




Tabela 61

Projeto	Objeto	Investimento Total Inicial (milhões)	Contraprestação anual (milhões)	Prazo de Concessão	Fase Atual
PPP Medicamentos IVB	Implantação de uma plataforma para pesquisa e fabricação de medicamentos em Resende.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Ferrovia Modalidade Patrocinada	Implantação, manutenção e operação da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro, Trecho: Prapá Araribóia, em Niterói, até a localidade de Guaxindiba, na cidade de São Gonçalo, próximo a BR 101, com extensão estimada de via de 23 km.	R\$ 3.072,20	R\$ 375,70	35 anos	Aguardando Estudo Técnico
PPP Resíduos Sólidos	Implantação e manutenção de um aterro sanitário no município de Saquarema para atender os municípios de Araruama, Saquarema e Silva Jardim	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Instituto Carlos Éboli Modalidade Administrativa	Implantação da nova sede dos seguintes institutos: (i) Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE); e do (ii) Instituto de Pesquisas e Perícias em Genética Forense da Polícia Civil do Estado do RJ, bem como a instalação de gestão de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades operacionais.	R\$ 840,90	R\$ 46,70	20 anos (2 anos de obras e 18 anos de manutenção)	Análise do Estudo Técnico
PPP Rodovias I Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-104 para implantação de melhorias fiscais e operacionais.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias II Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-106, para duplicação, trecho: Maricá-Bacaxá, com construção de túnel sob Serra do Mató Grosso (1,9 km).	R\$ 760,00	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias III Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-108 para implantação de melhorias físicas e operacionais com ampliação no trecho Rio das Ostras - Macaé.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Rodovias IV Modalidade Administrativa	Restauração, operação, manutenção e conservação do sistema viário correspondente a rodovia RJ-116 para implantação da estrada de contorno a Cidade Nova Friburgo, entre Mury e interseção RJ-116 e RJ-144.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando Estudo Técnico
PPP Saneamento Modalidade Administrativa	Implantação, operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário dos municípios de São Gonçalo e Itaborai.	R\$ 1.229,00 (R\$ 646 milhões do setor privado e R\$ 628 milhões do setor público)	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando deliberação do CGP
PPP Data Center	Projeto de integração e modernização tecnológica da informação e da central de dados do Governo do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência
PPP Banda Larga	Projeto para implementar o acesso à Internet banda larga para os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Ainda não disponível	Aguardando publicação de MIP e Termo de Referência